**OBSERVAÇÕES:**

**1. A LICITANTE DEVE ATENTAR PARA A DESCRIÇÃO DO OBJETO CONSTANTE DO EDITAL (ANEXO 1), E NÃO DO ITEM DA “BEC”.**

**2. A LICITANTE DEVE MANTER SEMPRE ATUALIZADOS NO SISTEMA BEC/SP OS DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA, INCLUSIVE, SE FOR O CASO, OS DADOS QUE DIGAM RESPEITO AO ENQUADRAMENTO DA EMPRESA NA CONDIÇÃO DE ME OU EPP.**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2019**

**PROCESSO N° 027/2019 FED**

**OFERTA DE COMPRA Nº 270033000012019OC00006**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.fazenda.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br**

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 25/04/2019**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/05/2019 às 11:30 HORAS.**

**PREGOEIRA: ALESSANDRA MARCHI MACEDO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio de seu Diretor-Geral, **Doutor RICARDO DE BARROS LEONEL**, Promotor de Justiça, no exercício da competência delegada pelo Ato nº 045/03-PGJ, de 15 de maio de 2003, torna público que se acha aberta, nesta Unidade, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM** - Processo n° 027/19 FED, objetivando aseleção de propostas visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para a **aquisição de equipamentos de informática**, que será regida pela Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual n° 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo a Resolução nº CC-27, de 25 de maio de 2006, pelo Decreto Estadual nº 63.722, de 12 de setembro de 2018, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.° 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto Estadual n° 47.297, de 6 de novembro de 2002, pelo Ato nº 045/03 – PGJ de 15.05.2003 e Ato nº 597/2009, de 1º de julho de 2009, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico “[www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)”, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela Autoridade Competente.

**I. DO OBJETO**

1. A presente licitação tem por objeto aseleção de propostas visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **equipamentos de informática**, conforme especificações constantes do Memorial Descritivo, que integra este edital como **Anexo 1**.

**Observações**

a) Os preços máximos unitários que a Administração está disposta a pagar estão indicados no ANEXO 5 - ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO E PREÇOS MÁXIMOS, deste edital.

b) Estima-se que as aquisições ocorrerão de três em três meses.

c) As quantidades mencionadas neste edital são estimadas, conforme consta do ANEXO 5 - ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO E PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS, e dizem respeito à previsão de aquisição para o período de doze meses de validade da Ata de Registro de Preços.

d) Os itens acompanhados pela denominação “cota principal”, ou seja, os itens 01, 03, 05, 07, 09 e 11 do ANEXO 1, destinam-se a todos os interessados que atendam às exigências deste edital.

e) Os itens acompanhados pela denominação “cota reservada”, ou seja, os itens 02, 04, 06, 08, 10 e 12 do ANEXO 1, destinam-se exclusivamente a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam às exigências deste edital, sem prejuízo de participação na cota principal.

f) As licitantes enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas poderão cotar todos ou quaisquer dos itens licitados. As demais licitantes, não enquadradas como ME, EPP ou cooperativas, somente poderão apresentar proposta para os itens 01, 03, 05, 07,09 e 11 do ANEXO 1.

g) Aplica-se, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 11.488/2007.

h) As Licitantes deverão atentar para o disposto no ITEM X – DAS CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO deste edital.

**II - DA PARTICIPAÇÃO**

1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos, tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro e que preencham os seguintes requisitos:

1.1. Quanto aos ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 do ANEXO 1:

1.1.1. Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, a quantidade total licitada dos equipamentos descritos no Anexo 1, foram divididas em cotas principais e cotas reservadas.

a) no tocante aos itens 01, 03, 05, 07, 09 e 11 (cota principal), poderão participar todos os interessados que cumprirem as exigências fixadas no supracitado subitem 1.

b) no tocante aos itens 02, 04, 06, 08, 10 e 12 (cota reservada), apenas poderão participar os interessados que cumprirem as exigências fixadas no supracitado subitem 1 e que sejam considerados, nos termos da lei, microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas.

1.2. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

1.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

1.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

1.2.3. Que possuam vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

1.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

1.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

1.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal n° 12.529/2011;

1.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8°, inciso V, da Lei Federal n° 9.605/1998;

1.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

1.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei.

1.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

1.3. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no Sistema de Pregão Eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

1.4*.* O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico “[www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou www.fazenda.sp.gov.br.

2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico “[www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br/)” (opção “CAUFESP”), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.

4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5.1. A(s) licitante(s) aceita(m) todas as condições do presente Pregão, bem como se sujeitam integralmente às disposições legais que regem as normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito do Poder Público, inclusive o Ato (N) nº 308/2003-PGJ, de 18.03.03.

5.2. A(s) licitante(s) fica(m) ciente(s) de que toda empresa contratada por Órgão Público deverá ter condições pronta apresentação de documentos comprobatórios de regularidade perante o sistema de seguridade social (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), nos termos do artigo 195, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988, bem como, do Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, que sua verificação e apresentação, com data recente e dentro de sua validade, faz-se exigível para fins de liberação de pagamento final; e que os referidos documentos públicos encontram-se acessíveis através dos sites: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) e www.caixa.gov.br.

6. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e/ou trabalhista previsto na alínea "f”, do subitem 9, ambos do item V deste Edital, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

**III - DAS PROPOSTAS**

1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br na opção "PREGAO - ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

2. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado, observadas as especificações do memorial descritivo constantes do Anexo 1 deste Edital;

b) preços unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverá estar incluído, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, observada a legislação vigente.

3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sessão pública do Pregão Eletrônico.

4. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

5. O(s) preço(s) ofertado(s) permanecerá(ão) fixo(s) e irreajustável(is).

6. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital e seus anexos.

1. Deverão ser anexados à proposta catálogo e especificações técnicas do modelo do produto ofertado, podendo ser extraído de páginas do fabricante na INTERNET, com o respectivo endereço do “site” acessado.
2. Deverá ser anexado à proposta o resultado do teste de desempenho medido pelo software BAPCO SYSMARK 2018 com o respectivo procedimento, de acordo com o estabelecido no **Anexo 12.**
3. Não é obrigatória a apresentação de proposta para todos os itens, podendo a licitante apresentar proposta somente para o(s) item(ns) de seu interesse.

**IV - DA HABILITAÇÃO**

1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 9, do item V, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

**1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa.

**1.2. REGULARIDADES FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

c) Certidões de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante.

d) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS).

e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

f) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT).

**1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA**

a) Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a.1) Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a", deste subitem 1.3, deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

a.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

**1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que tenha fornecido equipamentos de informática compatíveis com o objeto e prestação de assistência técnica em garantia, de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do objeto ofertado, apresentado(s) em original ou por cópia autenticada.

a.1. A referida comprovação poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser a licitante.

1. Declaração elaborada pela licitante, subscrita por seu representante legal, conforme Anexo 11, de disponibilidade de apresentação, na data da assinatura do contrato, dos seguintes documentos:

b.1) Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO, comprovando que o MONITOR DE VÍDEDO, COMPUTADOR E SEU RESPECTIVO MONITOR DE VÍDEO estão em conformidade com a norma IEC 60950 (Safety of Information Technology Equipament Including Eletrical Business Equipament), para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos **(somente para os itens 01, 02, 03, 04, 09, 10, microcomputador e o seu respectivo monitor de vídeo e itens 11 e 12 monitor de vídeo)**.

b.2) Comprovação da certificação de compatibilidade do equipamento do modelo e marca ofertada com Windows 10 da Microsoft (Windows Catalog). Deverão ser apresentadas fotocópia(s) autenticada(s) do(s) certificado(s) ou comprovantes extraídos da Internet, no site da Microsoft (**itens 01 a 10, microcomputador e notebook)**.

**1.5. OUTROS DOCUMENTOS**

1.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo 2, atestando que:

a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na forma do Decreto estadual nº 42.911/1998;

b) inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei estadual nº 10.218/1999 e do artigo 10 da Lei federal nº 9.605/1998;

c)a licitante não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedações previstas na Resolução CNMP nº 37/2009, com suas alterações, em especial nos artigos 3º e 4º.

1.5.2. Declaração de Capacidade de Assistência Técnica, conforme modelo do Anexo 8.

1.5.3. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo 3, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei federal nº 12.846/2013 e ao Decreto estadual nº 60.106/2014.

Obs.: Os documentos indicados neste subitem 1.5, deverão ser apresentados em papel timbrado da licitante. Caso a licitante não possua papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e DDD, “e-mail” e número de fax, se houver.

**2 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor das declarações e comprovações indicadas nos subitens 1.3, 1.4 e 1.5 do ITEM IV deste edital, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

2.3. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2.3.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

2.4. A certidão positiva com efeitos de negativa tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

**V. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO**

1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1. Serão desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto, por item, não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

b) que apresentem preços, por item, baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;

c) que contenham qualquer elemento que permita a identificação do licitante, até a fase de lances (inclusive) no processo licitatório;

c.1. a inclusão de qualquer símbolo, marca ou outros elementos indicativos nas propostas ofertadas ou em seus respectivos anexos, que permitam ou possibilitem a identificação do licitante que a apresentou, implicará na desclassificação da proposta de preços, impedindo a continuidade da participação no procedimento licitatório. Visando evitar outra possibilidade de identificação do proponente nos arquivos enviados, seguir as instruções abaixo: - clicar no meu Arquivo; - clicar em Propriedades; - na aba Resumo, apagar as informações constantes nos campos Título, Autor e Empresa, as quais podem identificar o licitante e/ou a empresa.

d) apresentadas para os itens 02, 04 e 06 do ANEXO 1 por licitante não considerado, nos termos da lei, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, e que não possua tal condição no registro do licitante junto ao CAUFESP.

2.1.1. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

2.3. O eventual desempate de propostas, por item, do mesmo valor, será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas, por item.

4. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

4.1.1. Os lances deverão ser formulados, por item, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de R$ 50,00 (cinquenta reais) aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

a) Na etapa de lances será respeitada a seguinte ordem: primeiro serão dados os lances referentes à cota principal; finalizada a cota principal, iniciar-se-á a etapa de lances para a cota reserva;

a.1) Para a cota reservada, não havendo vencedor, o poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, de forma sucessiva, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, observando se ainda:

a.1.1) Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa.

4.2. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

4.2.1 A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

4.2.1.1. Não havendo novos lances ofertados, por item proposto, nas condições estabelecidas no subitem 4.2.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

4.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 4.2.

5. Encerrada a etapa de lances, por item proposto, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

5.1. Para essa classificação será considerado o último preço admitido, por item, de cada licitante.

6. Com base na classificação a que alude o subitem 5 deste item V, será assegurado às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 o exercício do direito de preferência quanto à contratação dos itens 01, 03, 05, 07, 09 e 11 do Anexo 1 deste edital, observadas as seguintes regras:

6.1. A(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte, ou cooperativa(s) que preencha(m) as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor(es) valor(es), dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), será(ão) convocada(s) pelo pregoeiro, para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.1.1. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, por item, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 6.1.

6.2. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), por item proposto, inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte, e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 6.1.

6.3. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o subitem 5, seja(m) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte, ou cooperativa(s) que preencha(m) as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do(s) preço(s).

7. O Pregoeiro poderá negociar com o(s) autor(es) da(s) oferta(s) de menor valor, obtida(s) com base nas disposições dos subitens 6.1 e 6.2, ou, na falta desta(s), com base na classificação de que trata o subitem 5, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do(s) preço(s).

8. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes apurados mediante pesquisa realizada por este Ministério Público, juntada aos autos.

8.2. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará, da licitante detentora da melhor oferta, o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, conforme Anexo 14, contendo o preço unitário e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

8.2.1. A planilha de proposta deverá conter indicação da marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Memorial Descritivo constante do Anexo 1.

9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, por item, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item IV deste Edital;

b) caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item IV deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;

b.1) essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) a licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio de ferramenta disponibilizada no “chat” (clicar no pictograma em forma de clipe, escolher o arquivo e clicar em “abrir”) ou por correio eletrônico para o endereço cjl@mpsp.mp.br.

c.1) Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” deste subitem 9, serão apresentadas, obrigatoriamente, na forma indicada na alínea “c”, acima, as declarações a que se refere o subitem 1.5, bem como os demais documentos exigidos no ITEM IV - DA HABILITAÇÃO, deste edital, que não constarem do cadastro junto ao CAUFESP.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma indicada da alínea "c" deverão ser apresentados na Comissão Julgadora de Licitações, situada Rua Riachuelo, 115 – 5º andar – sala 510 – São Paulo, SP, em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e da aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

e.1) Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais, para que sejam autenticados pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação.

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

f.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste subitem 9.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, a(s) licitante(s) será(ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s) do certame.

h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

10. A(s) licitante(s) habilitada(s) nas condições da alínea “f” do supramencionado subitem 9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de cinco dias úteis, contado a partir do momento em que a(s) licitante(s) for(em) declarada(s) vencedora(s) do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f” do subitem 9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 10, acima, para que a(s) licitante(s) vencedora(s) possa(m) comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o subitem 10 ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

13. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e/ ou trabalhista, nos moldes dos subitens 10 a 12 deste ITEM V, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5, examinará a oferta subsequente de menor preço, por item proposto, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

14. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

15. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste subitem.

**VI - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

1. Divulgado(s) o(s) vencedor(es) ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e/ou trabalhista nos moldes dos subitens 10 a 12 do item V, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

2 . Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem "1" deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contra razões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja Rua Riachuelo, 115 – 5º andar – sala 510 – São Paulo/SP.

2.1. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na Rua Riachuelo, 115 – térreo – Centro – São Paulo, observados os prazos estabelecidos no subitem 2, deste item.

3. A falta de interposição do recurso na forma prevista no subitem 1 importará a decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à Autoridade Competente a homologação do procedimento licitatório.

4. O recurso terá efeito suspensivo, no que se refere ao item proposto, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s), homologará o procedimento licitatório e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

6. A adjudicação será feita por item proposto.

# VII - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES

1 - A Ata de Registro de Preços será formalizada com observância do Ato Normativo nº 597/2009 - PGJ, de 1º de julho de 2009 e, no que couber, das disposições do artigo 11 do Decreto Estadual nº 63.722, de 21 de setembro de 2018 e será subscrita pela autoridade que assinou o edital.

2 - A Ata de Registro de Preços deverá registrar o(s) preço(s) e o(s) fornecedor(es) do(s) produto(s), com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.

3 - A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da convocação, que se dará por meio de publicação no Diário Oficial do Estado. A proponente que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, dela será excluída.

3.1. No ato da assinatura, o(s) beneficiário(s) da Ata deverá(ão) estar cadastrado(s0 no CAUFESP – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo ([www.caufesp.sp.gov.br](http://www.caufesp.sp.gov.br)), criado pelo Decreto Estadual nº 52.205, de 27/09/2007.

4 - Colhidas as assinaturas, este Ministério Público providenciará a imediata publicação da Ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata a parte final do subitem **3,** deste item VII.

5 - O prazo de validade do Registro de Preços será de **12 (doze)** meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.

6 - A existência de preços registrados não obriga este Ministério Público a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

7 - Assegurados o contraditório e a ampla defesa, o(s) fornecedor(es) do(s) bem(ns) terá(ão) seu Registro de Preços cancelado quando:

7.1 - Presentes razões de interesse público devidamente fundamentadas.

7.2 - Descumprir total ou parcialmente as condições do edital ou da Ata de Registro de Preços.

7.3 - Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido por este Ministério Público, sem justificativa aceitável.

7.4 - Não aceitar(em) reduzir seu(s) preço(s) registrado(s), na hipótese deste(s) se tornar(em) superior(es) àquele(s) praticado(s) no mercado.

*7.5*. For suspensa de licitar e/ou impedida de contratar nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e da Súmula nº 51 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.6. For impedida de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/98 e impedida de contratar para os fins estabelecidos pela Lei Estadual nº 10.218/99.

7.7. For declarada inidônea pelo Poder Público e não reabilitada.

8 - Independentemente das previsões retro indicadas, o(s) fornecedor(es) poderá(ão) solicitar o cancelamento de seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

9 - Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata.

10 - Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades deste Ministério Público e por meio da emissão de Nota(s) de Empenho.

**VIII - DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

1. À(s) licitante(s) caberá(ão) acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

**IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

1 - Os equipamentos deverão ser entregues em até 40 (quarenta) dias corridos a contar do 1º dia útil após a assinatura do contrato, no Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, localizado na Avenida Casa Verde, 571/593 – Casa Verde – São Paulo – SP, Telefone (11) 3775-4195. O horário para entrega será das 9:30 às 12:30 horas e das 13:30 às 15:30 horas, em dias úteis.

2 - A (s) entrega (s) poderá (ão) ser efetuada (s) parcialmente, desde que a entrega total não ultrapasse o prazo máximo estipulado no item 1.

# X – DAS CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO

1 – O Ministério Público do Estado de São Paulo se reserva o direito de aceitar equipamento(s) com especificação superior à proposta oferecida pela(s) licitante(s) vencedora(s), caso aconteça uma das situações a seguir:

* 1. Caso no momento da entrega dos equipamentos, a licitante vencedora encontre dificuldades para o cumprimento do apresentado na proposta técnica, devido a não continuidade de produção de algum componente, desde que a qualidade dos componentes seja superior à oferecida na Proposta Técnica, a critério exclusivo da Instituição.
  2. Caso no momento da entrega dos equipamentos, a licitante vencedora ofereça uma configuração superior à oferecida na Proposta Técnica, a mesma passará por testes e aprovações e poderá ser aceita desde que não traga ônus para esta Instituição.
  3. Não serão aceitos produtos com configurações diferentes dentro do mesmo lote.
  4. Na nota fiscal ou fatura, deverá constar, obrigatoriamente, a descrição completa do(s) material(is) entregue(s), quantidade, marca, características, valor unitário e total geral.

2 – Após a entrega dos produtos e o recebimento da respectiva nota fiscal, o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, emitirá Termo de Aceite Definitivo dos produtos, em até 15 (quinze) dias corridos, que será assinado por servidor do Ministério Público.

3 - Ressalta-se a importância de não haver divergência entre o produto entregue e o especificado na Proposta. Se isso ocorrer após a verificação, com produtos fora do especificado, a empresa deverá substituir o(s) produto(s) em, no máximo, **10** (dez) dias contados do recebimento da comunicação de recusa, após o que serão realizados novos testes.

4 – As licitantes deverão atentar para os artigos 18 e 66 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5 – Será de inteira responsabilidade da licitante a omissão de valor ou volume de qualquer serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto licitado.

6 - **Todos os produtos deverão:**

1. Ser fornecidos com os cabos, acessórios, conectores, interfaces, parafusos, suportes, "drivers", programas de configuração e demais dispositivos necessários ao seu perfeito e efetivo funcionamento.
2. Estar acompanhados de documentação completa (manuais, diagramas, termos de garantia, etc.) e atualizada, em português, necessária à instalação e operação dos produtos. Não serão aceitas cópias de qualquer tipo; a documentação deverá ser fornecida em sua forma original.
3. Ser acondicionados conforme praxe do fabricante, devendo garantir proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor. Na parte externa das embalagens, deverá ser afixada etiqueta constando o número de série do(s) equipamento(s), além de espaço em branco, reservado para identificação pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, do(s) número(s) de patrimônio a ser(em) recebido(s).

c.1. Juntamente com a nota fiscal deverá ser entregue por meio magnético, arquivos que os identifiquem, no seguinte formato:

* Lay-out do arquivo (de preferência separados em lotes – ex: uma planilha para cada lote)
* **Lay-out do arquivo**

Descrição Tipo Tamanho

Nº Item do edital Caracter 01

Tipo do equipamento Caracter 15

Nº Sequencial Caracter 03

Nº Série Caracter 15

Nº Nota fiscal Caracter 12

Endereço da entrega Caracter 40

Cidade da entrega Caracter 40

Nome da UA (Unidade Administrativa)

Numero de Patrimônio

**onde:**

**Nº Item do edital** - número do item no edital do referido equipamento.

**Tipo do equipamento** – Computador (por exemplo).

**Nº Sequencial** - número sequencial do equipamento. Por exemplo, para o item 1 (2000 Computadores) teremos Nº Sequencial de 001 a 2000.

**Nº Série** - número de série do equipamento.

**Nº Nota fiscal** - número da nota fiscal de venda do equipamento.

**Endereço da entrega** – nome do logradouro definido pelo Ministério Público para entrega do equipamento.

**Cidade da entrega** – cidade onde foi entregue o equipamento.

**Nome da UA** – Nome da Unidade Administrativa do Ministério Público

**Número de Patrimônio** – numero do patrimônio atribuído ao equipamento

* **Observações:**

1. O arquivo deverá ser gerado no formato XLS (Excel).
2. Devem ser utilizadas apenas letras maiúsculas.
3. Deve ser utilizada 1 linha para cada equipamento.
4. Para os microcomputadores, devem ser gerados registros para a CPU, o monitor e o teclado.

c.2. A licitante vencedora deverá fixar nos equipamentos chapa/etiqueta com número de controle patrimonial, a ser fornecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO juntamente com as instruções para a fixação das mesmas, antes do início da entrega.  O número de controle patrimonial deverá, também, ser registrado em suas embalagens externas, através de etiqueta adesiva (fornecida e confeccionada pelo fornecedor).

c.3. A licitante vencedora deverá encaminhar ao MINISTÉRIO PÚBLICO, juntamente com as Notas Fiscais, relatório contendo o número da Nota Fiscal, o local de entrega, o número de série do equipamento e o número do controle patrimonial.

1. Possuir garantia permanente contra defeitos de montagem de hardware.

7 - Após a entrega de 01 (um) equipamento modelo, pela licitante vencedora, o Ministério Público o submeterá à verificação quanto às especificações constantes deste Edital e da Proposta Comercial. As verificações serão realizadas a critério do Ministério Público.

8 - Após a entrega dos equipamentos e o recebimento da respectiva nota fiscal, o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, emitirá Termo de Aceite Definitivo dos equipamentos, em até 15 (quinze) dias corridos, que será assinado por servidor do Ministério Público.

9 - Nas operações internas (fornecedores e prestadores de serviços contribuintes do ICMS no Estado de São Paulo) deverá ser observada, quando da entrega do objeto contratado, a correta emissão da Nota Fiscal, nos termos do Decreto Estadual nº 48.034/2003, de 19 de agosto de 2003, e demais normas aplicáveis à espécie.

1. – **Responsabilidades e critérios de Atendimento do chamado técnico em garantia:**
   1. Caso o(s) equipamento(s) apresente(m) defeito ou problemas durante o prazo de garantia, a Licitante Vencedora deverá designar técnico para atendimento no local para diagnóstico e solução do problema em, no máximo, 08  (oito) horas úteis, a contar da abertura do chamado técnico, conforme horário de atendimento mencionado no subitem 10.1.1.,   munido (do kit recovery homologado para este modelo e) de todas as peças e componentes necessários para a conclusão definitiva do conserto ou problema, devendo ser realizado pelo mesmo fornecedor e na mesma visita. Não sendo resolvido o defeito ou o problema no prazo estipulado, ou se houver necessidade de reparos fora das dependências do Ministério Público, a Licitante Vencedora deverá colocar à disposição deste, no momento da própria visita, equipamento backup configurado e devidamente formatado, conforme subitem 10.4, durante o prazo de execução do reparo, que não poderá ultrapassar 15 (quinze) dias corridos. Na retirada do equipamento backup, este deverá ser formatado na presença do usuário garantindo a exclusão dos dados do usuário.
      1. O atendimento deverá ser realizado das 09:00 às 18:00 horas de 2ª a 6ª feira, exceto feriados.
      2. Todo atendimento deverá ser realizado por conta da Licitante Vencedora, presencialmente e diretamente na localidade, nos termos estabelecidos no contrato. Não serão aceitos testes ou realização de procedimentos por telefone, whatsapp ou e-mail. Será facultado o contato telefônico com o usuário exclusivamente para fins de agendamento.
      3. Havendo necessidade de reinstalação do software Windows, fornecido com os equipamentos, a Licitante Vencedora será responsável por sua instalação através do kit recovery homologado para este modelo, configuração na rede de dados através de assistente de integração, ativação do Office, bem como pela realização de backup e restore de todos as pastas, arquivos e dados do usuário, inclusive arquivos do tipo PST e configuração do correio eletrônico da Instituição, conforme modelo Anexo 13, devendo ser realizado pelo mesmo fornecedor e na mesma visita.
      4. A Licitante Vencedora  deverá, quando necessário, proceder a configuração e instalação dos equipamentos reparados, substituídos ou equipamentos backup, através do kit recovery homologado para este modelo, configuração na rede de dados através de assistente de integração, ativação do Office, bem como pela realização de backup e restore de todos as pastas, arquivos e dados do usuário, inclusive arquivos do tipo PST e configuração do correio eletrônico da Instituição, conforme modelo Anexo 13, devendo ser realizado pelo mesmo fornecedor e na mesma visita.
      5. Caso haja necessidade de substituição de disco(s) rígido(s) do(s) equipamento(s) durante o período de garantia, o(s) disco(s) rígido(s) defeituoso(s) deverá(ão) permanecer em posse do Ministério Público para garantir a integridade e o sigilo dos dados armazenados.
      6. Será de inteira responsabilidade da Licitante Vencedora, a retirada, transporte, entrega ou devolução  de todo o equipamento em que houver necessidade de reparos em laboratório. Caberá a Licitante Vencedora o fornecimento e substituições de toda e qualquer peça ou componente, quando se fizer necessário, por peças ou componentes originais, novos, de capacidade igual ou superior, sem ônus adicional para o Ministério Público**,** devendo ser devidamente descritas em relatório técnico assinado e deixado cópia em posse do usuário.
      7. A Licitante Vencedora deverá fornecer site próprio ou e-mail para registro dos chamados técnicos além de número de telefone da central de atendimento, de modo que a Instituição não assuma as despesas referentes às ligações interurbanas (0800). No caso de abertura de chamado por e-mail, o registro da data e hora de abertura do chamado fica valendo pela data e hora do envio da mensagem, devendo o e-mail ser respondido retornando o número de chamado da Licitante Vencedora, em no máximo 02 (duas) horas.
      8. Os chamados técnicos poderão ser registrados por pessoal sem conhecimento técnico, seja pelo Ministério Público  ou por empresa credenciada para essa finalidade sem prejuízo ao atendimento. Durante a abertura dos chamados, não serão realizados testes. Os registros dos chamados deverão ser realizados de forma prática, rápida e simples, sem ônus para o Ministério Público**,** bastando apenas, fornecimento de informações básicas para o atendimento, como a unidade administrativa, contato, telefone, endereço da localidade e dados do equipamento como modelo, patrimônio, série, breve descrição do problema e número de chamado interno do Ministério Público, que deverá ser utilizado como referência para acompanhamento dos chamados junto a Licitante Vencedora**.** Não serão aceitas outras formas para abertura, tais como sistemas informatizados com categorizações e/ou automatizados para despacho de peças, informações adicionais de part number, etc.
      9. No caso de divergência no diagnóstico ou reincidência  do problema, caberá a Licitante Vencedora, nova(s) visita(s) técnica(s) até a solução definitiva do problema. Se necessário, o Ministério Público por meio de  contato telefônico ou e-mail, poderá agendar um atendimento conjunto entre a Licitante Vencedora e a equipe de software para solução definitiva do problema.
      10. Após o atendimento de cada chamado técnico, ou no caso de defeito não resolvido, ou se houver fornecimento de equipamento backup ou necessidade de reparos fora das dependências do Ministério Público**,** a Licitante Vencedora deverá encaminhar em até 06 (seis) horas, os dados referentes ao fechamento ou andamento do chamado, por e-mail e disponibilizar as informações através de site próprio, para que o Ministério Público ou empresa credenciada possam realizar o acompanhamento da evolução dos chamados, conforme modelo Anexo “15”.
      11. A Licitante Vencedora deverá encaminhar diariamente, por e-mail, ao Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC do Ministério Público e empresa credenciada, Relatório de Chamado Técnico, de todos os chamados técnicos, atendidos ou não, conforme modelo apresentado Anexo 15.
      12. No caso de constatação de defeito por mau uso, deverá a Licitante Vencedora, providenciar e encaminhar ao Ministério Público, relatório com o laudo técnico e orçamento, de acordo com os preços praticados no mercado, para eventual autorização.
      13. Prestar a assistência técnica devida para os itens objeto deste contrato, oferecendo, nos casos de descredenciamento de Centros de Assistência Técnica, novas opções de atendimento, nas mesmas proximidades, em substituição àqueles, inclusive nas localidades constantes do Anexo 10 do edital correspondente.
   2. Deverá ser garantida uma disponibilidade de 90% (noventa por cento) no funcionamento dos equipamentos. Um novo cálculo deverá ser realizado a cada 3 (três) meses, a partir do primeiro lote fornecido, onde a Licitante Vencedoradeverá encaminhar por e-mail, relatório com levantamento do índice de disponibilidade do período, de cada equipamento instalado, baseado nos dados de abertura e fechamento de chamados técnicos junto à sua central de atendimento. Os equipamentos que não atingirem a meta de 90% de disponibilidade deverão ser substituídos por outros de características e especificação idênticas, novos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da notificação pelo Ministério Público, conforme subitem 10.4.
   3. O índice de quebra de equipamentos não poderá ultrapassar o limite de 5% (cinco por cento) trimestralmente, considerando o total de equipamentos entregues ao Ministério Público**.** Um novo cálculo deverá ser realizado a cada 3 (três) meses, a partir do primeiro lote fornecido, onde a Licitante Vencedora deverá encaminhar por e-mail, relatório com levantamento do índice de quebra do período, baseado nos dados de abertura e fechamento de chamados técnicos junto à sua central de atendimento.
      1. No caso do índice de quebra ultrapassar o percentual estabelecido a Licitante Vencedora estará sujeita à multa, por não cumprimento das condições pactuadas.
   4. No caso de substituição ou fornecimento de equipamentos backup, estes deverão ser idênticos ou de capacidade e desempenho superior. A Licitante Vencedoraserá responsável por sua instalação através do kit recovery homologado para este modelo, configuração na rede de dados através de assistente de integração, ativação do Office, bem como pela realização de backup e restore de todos as pastas, arquivos e dados do usuário, inclusive arquivos do tipo PST e configuração do correio eletrônico da Instituição, conforme modelo Anexo 13, devendo ser realizado pelo mesmo fornecedor e na mesma visita. No caso de fornecimento de equipamento por outro de características, capacidade e desempenho superior, este deverá ser fornecido conforme subitem 1.1 do Item X para nova homologação.
   5. A critério e sob responsabilidade do Ministério Público**,** poderá ser realizada atualizações do kit recovery do equipamento fornecido. Neste caso, uma cópia do kit recovery atualizado será fornecida para a Licitante Vencedora, que deverá sob sua responsabilidade, replicar para sua equipe técnica num prazo de até 15 (quinze) dias úteis, utilizando a nova versão nos próximos atendimentos.

# XI - DOS PREÇOS

1 - Nos preços registrados deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: embalagem, transporte, seguros, despachos, fretes, encargos sociais, trabalhistas ou previdenciários, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

2 - Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo se se tornarem superiores aos praticados no mercado, conforme levantamento a ser realizado pela Administração, hipótese em que os fornecedores registrados serão convocados para a redução dos preços, nos termos do Ato (N) nº 597/2009 - PGJ, de 1º de julho de 2009, e do artigo 17 do Decreto Estadual nº 47.945/03, com as alterações que lhe foram incorporadas.

3 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, caberão aos fornecedores, comprovando o desequilíbrio econômico-financeiro, apresentar proposta de revisão ao Ministério Público, nos termos do artigo 14 do Ato (N) nº 597/2009 - PGJ.

**XII - DA CONTRATAÇÃO**

1. Cada contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração do respectivo termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como “Anexo 9”.

1.1. 1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, a Certidão de Débitos Relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XII, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

1.3. Constitui condição para a celebração da contratação a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo - CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração.

1. A adjudicatária deverá, no prazo de **5** (cinco) dias corridos contados da data da convocação, que se dará por meio de publicação no Diário Oficial, comparecer na Área de Compras – Rua Riachuelo, 115 – 5º andar - sala 516 –Centro - SP, para retirar a respectiva Nota de Empenho, e na Assessoria Técnica da Diretoria-Geral para assinatura do Contrato (6º andar, sala 613).

2.1. Para comprovação da declaração constante da alínea “b” do subitem 1.4, item IV deste Edital, é obrigatória,pela respectiva licitante vencedora, a apresentação dos seguintes documentos:

- Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO, comprovando que o MONITOR DE VÍDEO, COMPUTADOR E SEU RESPECTIVO MONITOR DE VÍDEO estão em conformidade com a norma IEC 60950 (Safety of Information Technology Equipament Including Eletrical Business Equipament), para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos  **(somente para os itens 01, 02, 03, 04, 09, 10, 11 e 12 monitores de vídeo, microcomputadores e o seu respectivo monitor de vídeo)**.

- Comprovação da certificação de compatibilidade do equipamento do modelo e marca ofertada com Windows 10 da Microsoft (Windows Catalog). Deverão ser apresentadas fotocópia(s) autenticada(s) do(s) certificado(s) ou comprovantes extraídos da Internet, no site da Microsoft **(itens 01 a 10 microcomputador e notebook)**

2.2. A documentação deverá, obrigatoriamente, estar identificada com os seguintes dados:

- Número e data do Pregão;

- Número correspondente ao item do edital;

- Razão Social do Proponente, endereço completo, número do telefone e fax;

- Nome completo, número do telefone e fax do representante do Proponente.

2.3. A documentação acima indicada deverá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

3. Quando a adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal e/ou trabalhista abordada no subitem 10 do ITEM V ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do subitem 9 do ITEM V ou, ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que tratam os subitens 1.1 e 1.3 deste ITEM XII ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

3.1 - Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

3.2 - A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E. e divulgação nos endereços eletrônicos [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br), [www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br) opção "e-negociospublicos" e [www.mpsp.mp.br](http://www.mpsp.mp.br).

3.3 - Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 7 a 10, do item V e do item VI, todos deste Edital.

# XIII- DAS AMOSTRAS

**1 -** Para comprovação das especificações e demais características ofertadas para os equipamentos dos itens 01 a 10 (microcomputador e notebook), as quais deverão estar em perfeita conformidade com o exigido no edital, é **OBRIGATÓRIA**, pela licitante vencedora, a apresentação de **1** (uma) **amostra física** (**equipamento modelo**, com a devida instalação do software BAPCO SYSmark 2018 na versão Full), no prazo de **3** (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data da assinatura do contrato, excepcionalmente prorrogável por igual período, mediante prévia justificativa e desde que aceita pela Administração.

**2 -** A amostra do equipamento deverá ser entregue, no **Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC**, na Rua Riachuelo, nº 115, 3º andar, sala 317, Centro, São Paulo - SP, ou, ainda, em outro local a ser definido oportunamente nos limites da capital, a critério da administração, nos termos e prazos solicitados neste edital.

**3 -** A amostra deverá, obrigatoriamente, estar identificada com os seguintes dados:

* Número e data do pregão;
* Número correspondente ao item do edital;
* Razão social da licitante vencedora, endereço completo, número do telefone e e-mail;
* Nome completo, número do telefone e e-mail do representante da licitante vencedora.

**4 -** Após o recebimento e até a data de emissão do Termo de Aceite Definitivo, não serão devolvidas e/ou substituídas quaisquer amostras.

**5 -** Após a análise da amostra, será emitido o Certificado de Aceitação ou Rejeição, no prazo máximo de **2** (dois) dias úteis, sendo o resultado informado à contratada e encartado ao processo, passando a fazer parte do mesmo.

**6 -** A amostra da licitante vencedora permanecerá disponível para retirada no prazo de **15** (quinze) dias corridos após o recebimento da totalidade dos equipamentos, **atinente à primeira contratação**, findo o qual, e não sendo retirada pela empresa, o Ministério Público se reserva o direito de dar destino apropriado, sem qualquer aviso prévio ou comunicação.

**XIV - DA FORMA DE PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia a contar da data de emissão do Termo de Aceite Definitivo de cada lote, a ser efetuado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, e se processará mediante crédito em conta corrente da licitante vencedora no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente.

2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

3. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo - CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da(s) Contratada(s) no Banco do Brasil S/A.

5. Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual n° 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

6. Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme o caso e nos termos da legislação em vigor.

7. A despesa decorrente da presente licitação irá onerar recursos do Elemento 449052.20 – Equipamentos de Tecnologia da Informação - UGE 27.00.33 – FED – Ministério Público, Atividade 615 – Aperfeiçoamento das Atividades do Ministério Público.

**XV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no Ato (N) nº 308/2003 - PGJ, cuja cópia constitui o ANEXO 6 deste edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br/), e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

3 *-* De acordo com artigo 81 da Lei de Licitações, combinado com o artigo 2º do Ato (N) nº 308/2003 - PGJ, a recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a nota de empenho ou assinar o termo de contrato, dentro dos prazos estabelecidos neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a, conforme o caso e assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, a multa correspondente a 40% do valor do respectivo ajuste e ao cancelamento de seu Registro de Preços.

4 - De acordo com o artigo 10 do Ato (N) nº 308/2003 - PGJ, o valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos ou recolhido por intermédio de guia de recolhimento específica.

5 - As multas serão independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório e, portanto, não eximem a licitante vencedora da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

6 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das obrigações, inclusive as acessórias, que acarretem a indisponibilidade da utilização plena do(s) equipamentos(s), com todas as suas condições, características e recursos oferecidos, poderá ensejar a aplicação das sanções legalmente previstas.

7 - A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**XVI - DA GARANTIA CONTRATUAL**

1 - Para garantia do fiel e exato cumprimento das obrigações contratuais, a licitante vencedora depositará junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, até à data de assinatura do contrato, a título de garantia contratual, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser efetuada nas modalidades de garantia preceituadas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2 - A garantia de que trata a presente cláusula será devolvida, na proporção de 50% (cinquenta por cento), após a entrega dos equipamentos, desde que com o respectivo termo de aceite definitivo, eos restantes 50% (cinquenta por cento) apósa lavratura do Termo de Encerramento das obrigações pactuadas e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

2.1. Se efetuar por meio de caução em dinheiro, esta deverá ser recolhida junto às agências do Banco do Brasil S/A ou demais bancos autorizados a receber receitas de DARE-SP, com fornecimento de comprovante de pagamento com autenticação digital.

3 - Na hipótese de fiança bancária deverá dela constar expressa renúncia do Benefício de Ordem, nos termos do Código Civil vigente.

4 – O Ministério Público do Estado de São Paulo poderá descontar do valor da garantia de execução contratual a importância que a qualquer título lhe for devida pela contratada.

5 - A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas e a multa, observado o disposto no Ato (N) nº 308/2003 - PGJ, de 18 de março de 2003.

6 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das obrigações, inclusive as acessórias, que acarretem a indisponibilidade da utilização plena do(s) equipamentos(s), com todas as suas condições, características e recursos oferecidos, poderá ensejar a aplicação das sanções legalmente previstas.

**XVII – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

O controle será executado do contrato será feito por agente fiscalizador ou substituto legal, designado em Portaria da Diretoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, ao qual caberá a verificação do cumprimento regular do ajuste, comunicando à empresa contratada os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização.

**XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o(s) autor(es) da(s) melhor(es) oferta(s) e para os demais até a etapa de habilitação.
4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos [www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br), opção "enegociospublicos" e [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br), opção "pregaoeletronico".

5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL.

5.2. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo Pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas - DCC.

7. Integram o presente Edital:

|  |  |
| --- | --- |
| a) Anexo 1 – | Memorial Descritivo; |
| b) Anexo 2 – | Modelo de Declaração a que se refere o subitem 1.5.1 do item IV do edital; |
| c) Anexo 3 – | Modelo - Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção; |
| 1. Anexo 4 – 2. Anexo 5 – 3. Anexo 6 – 4. Anexo 7 – 5. Anexo 8 – 6. Anexo 9 – 7. Anexo 10 – 8. Anexo 11 – 9. Anexo 12 – 10. Anexo 13 – 11. Anexo 14 – 12. Anexo 15 - | Minuta da Ata de Registro de Preços;  Estimativa de Aquisição e Preços Máximos Unitários;  ATO (N) nº 308 / 2003 – P.G.J., de 18 de março de 2003;  Resolução CNMP nº 37, de 28 de abril de 2009;  Modelo de Declaração de Capacidade de Assistência Técnica;  Modelo de Contrato.  Relação das Áreas Regionais e Comarcas do Ministério Público  Modelo de Declaração de Disponibilidade de Apresentação dos Documentos Indicados nas Alineas b.1 e b2 do subitem 1.4 do item IV do presente edital  Procedimentos para realização do teste de desempenho medido pelo software bapco Sysmark 2018  Procedimentos para recuperação dos softwares padrão do MPSP através do Kit Recovery.  Modelo de Proposta Detalhada para a Licitante detentora da melhor oferta, conforme previsão contida no subitem 8.2, do item V deste edital.  Relatório de Chamado Técnico |

8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

9. As licitantes deverão atentar para as disposições constantes da Resolução CNMP nº 86, de 21 de março de 2012, ou por qualquer outra que venha a substituí-la, em especial às determinações indicadas em seu art. 5º, II, “e” e “n”.

10. As licitantes deverão atender prontamente às solicitações do Ministério Público do Estado de São Paulo, sempre que necessário, a fim de dar cumprimento à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público acima mencionado.

São Paulo, 23 de abril de 2019.

**RICARDO DE BARROS LEONEL**

Promotor de Justiça

Diretor-Geral

**ANEXO 1**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

**OBJETO:** Aquisição de equipamentos de informática, destinados a atender às necessidades desta Instituição.

**Itens 01 e 02 – Microcomputadores (HDD) 64 bits, com as seguintes características técnicas mínimas:**

1. **Placa principal (*mother-board*)**
   1. Placa mãe do mesmo fabricante do equipamento ou em regime OEM;
   2. Processador capaz de executar seis threads simultâneas com DMI 8 GT/sou HT(HyperTransport) Bus 2.5 Mhz. Deverá suportar memória DDR4 2666 Mhz ou superior;
   3. Deverá atingir índice de no mínimo, 1.600 (mil e seiscentos) pontos, para o desempenho medido pelo software BAPCO SYSmark 2018 com três iterações. Para tanto, deverão ser realizados os procedimentos, de acordo com o **Anexo 12.**
   4. Memória principal de 08 GB, DDR4 2666MHz, expansível para o mínimo de 64 GB;
   5. Existência de pelo menos 02 (dois) slots de memória livre, após a configuração do equipamento;
   6. Padrão de barramento PCI ou PCI-Express;
   7. Deve possuir no mínimo 2 (dois) slots livres, sendo PCI-Express;
   8. Controladora de unidade de disco tipo SATA III;
   9. Padrão ATX ou BTX;
   10. Padrão *SMBIOS 2.4 ou superior (previamente conhecido como DMI BIOS)*;
   11. Suporte à ACPI;
   12. Firmware (UEFI/BIOS) com no mínimo os seguintes recursos:
       1. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas, desde que o fabricante possua direitos (copyright) sobre o BIOS. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante;
       2. BIOS em português ou inglês, desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager);
       3. A comprovação de compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada por meio do site [**http://www.uefi.org/members**](http://www.uefi.org/members), na categoria Promoters ou Contributors;
       4. Implementada em “*flash memory*” atualizável diretamente pelo microcomputador com suporte à senha;
       5. Permitir leitura e configuração do Firmware através de comandos PowerShell ou WMI ou através de software de gerenciamento;
       6. Durante inicialização, deverá ser mostrado no monitor de vídeo o nome do fabricante do microcomputador;
       7. Capacidade de habilitar/desabilitar as portas USB;
   13. O sistema dever ser capaz de checar a integridade da BIOS do sistema e da aérea do código do Boot Block em flash a cada momento que o sistema for ligado ou desligado. A BIOS deve possuir sistema de verificação da integridade da BIOS em tempo real que ao menos garanta que apenas imagens confiáveis do código da BIOS sejam executados e que também impeça a execução de rootkits, vírus e malwares, essa verificação deve ser executada ao menos durante a inicialização. Deverá possuir log de eventos gerados pelo BIOS e Firmware do sistema que ao menos grave os registros críticos em memória flash não volátil, esses eventos devem ser acessíveis através do log de eventos do sistema operacional Windows ou por software de gerenciamento fornecido pelo fabricante do equipamento de forma que possam ser acessados via visualizador de eventos do mesmo, possibilitando o administrador local ou remoto ter visibilidade dos eventos ocorridos. A BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.
   14. Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD de maneira que as informações não possam ser recuperadas, mesmo quando utilizados recursos profissionais para essa finalidade, a solução deverá estar em conformidade com a NIST SP800-88r1 ou superior, ser do próprio fabricante do microcomputador ou de terceiros, porém homologada pelo fabricante do microcomputador;
   15. A placa-mãe deverá possuir memória não volátil, para gravação de informações de inventário de hardware (placa mãe, processador, memória e disco), que sejam acessíveis remotamente pela rede, independente do estado do sistema operacional, bem como possibilitar sistema de alertas proativos que permitam minimizar o tempo de recuperação do equipamento defeituoso.
   16. Deverá dispor de software para diagnóstico de problemas com as seguintes características:
       1. A fim de permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);
       2. O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento; processador; memória RAM; firmware do equipamento; capacidade do disco rígido;
       3. Deverá verificar, testar e emitir relatório, através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Processador; Memória; Disco rígido (ou memória de armazenamento);
   17. Chip de segurança TPM (Trusted Platform Modules), versão 2.0 ou superior baseado na especificação da TCPA, acompanhado do software de configuração e integração com o Sistema Operacional, contendo módulo para controle e configuração do chip TPM.
   18. Deverá possuir informações com o número de série e modelo do equipamento na BIOS, permitindo sua leitura através de software de inventário;
   19. Deverá constar o número do patrimônio da CPU no campo Etiqueta de equipamento (Asset Tag) na BIOS conforme padrão letra “P” + Nº de Patrimônio, com a possibilidade de leitura através de script e software de inventário;
   20. O equipamento deverá ser entregue com o Logotipo do MPSP estampado na inicialização da BIOS do equipamento. Uma vez gravado, o logotipo deverá permanecer mesmo com reset de BIOS ou em caso de troca de bateria da placa mãe.
   21. O processador deverá suportar instruções de aceleração de criptografia AES-NI e virtualização de I/O.
   22. Chipset da placa mãe deverá ser da mesma marca do fabricante do processador;
   23. Não serão admitidas configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de clock, características de disco ou memória.
   24. Deve ser utilizada a configuração padrão de fábrica de BIOS, sendo permitida apenas a alteração na parte de utilização de memória de vídeo, para memória de vídeo exigida no edital.
   25. Conectores integrados à placa-mãe, para entrada e saída de sinal, identificados no padrão de cores PC’99 System Design Guide, bem como pelos nomes ou símbolos;
2. **Armazenamento de dados**
   1. 01 (uma) unidade de disco rígido SMART III ou superior, com capacidade mínima de 500GB podendo ser disco mecânico ou sólido (SSD)com as seguintes características:
      1. Formatos 3,5 pol ou 2,5 pol ou M.2 2280
      2. Interface SATA 6.0 GB/s
      3. 7.200 RPM no caso de disco mecânico ou Leitura/gravação sequencial de 500/450MB/s e expectativa de vida de 1 milhão de horas MTBF para disco sólido.
3. **Interfaces**
   1. Deve possuir no mínimo 10 (dez) portas USB, com as seguintes condições mínimas: pelo menos 06 (seis) dessas portas deverão ser versão 3.1, pelo menos 04 (quatro) dessas portas deverão ser frontais e pelo menos 01 (uma) dessas portas deverá ser Tipo C. Não serão aceitos hubs ou qualquer outra solução externa;
   2. 01 (uma) interface de rede wireless padrão 802.11b/g/n/ac em slot padrão PCI-Express minicard ou M2 interna ao gabinete **compatível com as soluções de gerenciamento remoto**. Não serão aceitas as ofertas de cartões do tipo USB, PCMCIA, Express Card ou similares. Suporte à tecnologia de criptografia: WEP 64 e 128 bits, WPA, WPA2;
   3. Conector RJ-45;
   4. Total compatibilidade com rede Ethernet - padrões IEEE 802.2 e 802.3;
   5. Taxa de transmissão de 10Mbps-Half Duplex, 10Mbps-Full Duplex /100Mbps-Half Duplex, 100Mbps Full Duplex /1000Mbps10/100/1000 Mbits;
   6. Possuir suporte à tecnologia WOL (Wake-up On LAN);
   7. Possuir suporte tecnologia PXE, para realizar instalação remota através da rede;
   8. Possuir barramento de sistema para comunicação, tipo PCI-Express;
   9. Controladora de vídeo de, no mínimo, 512 MB de memória SDRAM, com possibilidade de alocação dinâmica de memória de vídeo;
   10. Deverá suportar 03(três) monitores simultaneamente, com ou sem adaptador, com as funcionalidades monitor clone, monitor estendido, modo tela cheia no monitor secundário e permitir a abertura de outros aplicativos no monitor primário, de forma que não sobreponha ou paralise o vídeo no monitor secundário;
   11. 01 (uma) porta para monitor de vídeo padrão DB15 VGA port, e 02 (duas) portas digitais padrão DVI ou Display Port ou HDMI ou ainda a combinação entre elas, de modo a suportar o uso de três monitores simultaneamente e possibilitando estender a área de trabalho aos demais monitores.
4. **Kit multimídia, composto de:**
   1. Unidade de CD/DVD-RW, leitura e gravação, compatível com a controladora de disco ofertada, com software gravador de CD/DVD, não será aceito o recurso de gravação do próprio Sistema Operacional.
   2. Interface de áudio de 16 bits. Tecnologia plug and play, com drivers para Windows 7 e Windows 10 ou superior;
   3. Autofalante interno na CPU;
   4. Saída de som frontal para fones de ouvido e microfone;
   5. Deve acompanhar software e todos os cabos necessários ao perfeito funcionamento do kit;
   6. Não deve possuir fax/modem integrado, mesmo que seja On-board;
5. **Gabinete da CPU**
   1. O gabinete deverá ser do mesmo fabricante do equipamento ou em regime OEM, desde que devidamente comprovado pelo fabricante.
   2. O padrão de cores do gabinete deverá ter apresentação sóbria, para uso corporativo, sendo cor preta, cinza escuro, prata ou combinação dessas. Não serão aceitos efeitos de iluminação ou transparências (janelas).
   3. Possuir o formato desktop Small Form Factor com volume máximo (obtido pela multiplicação da profundidade, largura e altura máximos) de 12.500cm³; podendo ser utilizado na horizontal ou na vertical.
   4. Possuir no mínimo 02 (duas) baias de 2,5” ou 3,5” interna e 1 baia 5,25” externa ou baia compatível com a unidade óptica ofertada;
   5. Possuir botão liga/desliga;
   6. Possuir indicadores liga/desliga na parte frontal e acesso ao disco rígido;
   7. Com tecnologia “Tool Less” (manuseio e manutenção sem utilização de ferramentas, apenas utilizando-se as mãos, de maneira simples, rápida e sem necessidade de esforços adicionais), para, no mínimo, executar os procedimentos de abertura do gabinete, permitir a retirada, colocação e fixação de adaptadores (placas) de expansão (slots PCI) e das unidades de armazenamento (HDD ou SSD) SATA. Com exceção da tampa do gabinete, não serão aceitos a fixação e o travamento por parafusos, das placas e unidade de armazenamento (HDD ou SSD) SATA. Os dispositivos relacionados deverão estar fixos de forma segura e estável. Não serão aceitas adaptações sobre o gabinete original para se atingir essa tecnologia, como por exemplo, o uso de parafusos recartilhados;
   8. O microcomputador deverá ter sido projetado para manter-se dentro da faixa de temperatura adequada ao uso sem necessidade de entrada/saída de ar nas faces superior, laterais e inferior, podendo usar para a referida finalidade, apenas a face frontal e/ou traseira.
   9. Padrão ATX ou BTX;
   10. Fonte de alimentação ATX ou BTX com tecnologia PFC (Power FactorCorrection) ativa, chaveamento automático de 110/220, com potência de no máximo 260 watts e eficiência de no mínimo 90% de economia a 50% de carga
   11. Deverá ser fornecido adaptador de tomada para o padrão antigo;
6. **Monitor de video** 
   1. LED IPS:
   2. Policromático, widescreen com resolução mínima de 1920X1080 pontos para proporção 16:9
   3. Medida diagonal da tela de no mínimo 21,5”, com proporção 16:9 (widescreen);
   4. 1 (uma) saída analógica (VGA)
   5. 1 (uma) saída digital (DVI ou DisplayPort ou HDMI) devendo estar condizente com as saídas da CPU fornecida ou fornecimento de adaptador;
   6. Tempo de resposta: 08 milissegundos;
   7. Tratamento de superfície antirreflexivo e antiestático. Não será aceito uso de película ou algo do gênero;
   8. Distância entre pontos de 0,3 mm ou inferior;
   9. Mínimo de 16 milhões de cores;
   10. Exibição da imagem em modo não entrelaçado;
   11. Controles externos digitais para ajustes;
   12. Base pivotante que possibilite ajuste de altura, inclinação e rotação da tela podendo alternar para modo retrato ou paisagem;
   13. Deverá acompanhar os respectivos cabos lógicos (analógico e digital) e de força.
   14. Alimentação com ajuste automático (bivolt) 110/220 Volts sem utilização de fonte externa;
   15. O monitor deve respeitar o padrão de cores do gabinete do computador.
   16. Deverá possuir informações com o número de série e modelo do monitor na BIOS do Monitor, permitindo sua leitura através de software de inventário.
7. **Teclado**
   1. Teclado USB com o conjunto de caracteres da língua portuguesa conforme padrão Brasil ABNT 2;
   2. Da mesma marca do Fabricante do equipamento, seguindo o mesmo padrão de cores do gabinete.
   3. Identificação das teclas com serigrafia a quente ou alto-relevo ou dispositivo equivalente para evitar o apagamento da identificação da tecla;
   4. Teclas macias e confortáveis para digitação;
8. **Mouse**
   1. Mouse óptico com interface USB;
   2. Botão de rolagem roda central (Scroll Wheel);
   3. Resolução de 1000 (mil) dpi;
   4. Da mesma marca do Fabricante do equipamento, seguindo o mesmo padrão de cores do gabinete.
   5. Mouse pad ergonômico, com apoio para punho em espuma de poliuretano macia ou base de gel;
9. **Gerenciamento**
   1. A Placa mãe deve permitir o gerenciamento remoto, como acesso a BIOS, permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem (.ISO) em um compartilhamento de rede ou CD ou disquete localizados em outro computador, mesmo com o equipamento desligado;
   2. A máquina deverá ter disponível no POST uma opção para que o usuário possa acionar o helpdesk via rede IP, mesmo se o sistema operacional estiver inoperante.
   3. Deverá estar aderente às especificações do IAMT 12.0 ou DASH 1.0 e WS-MAN, definidas pelo DMTF (Desktop Management Task Force);
   4. As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa-mãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante.
   5. O gerenciamento baseado em hardware deverá funcionar em redes seguras (Cisco NAC, Microsoft NAP);
   6. Permitir que o PC seja ligado remotamente em horários determinados mesmo que este esteja desconectado da rede Ethernet.
   7. O controle remoto deve ser suportado em modo texto e gráfico via hardware.
   8. A máquina deverá ter a capacidade de ser gerenciada mesmo quando estiver fora da rede corporativa, conectada na internet e usando NAT.
   9. O hash público do órgão licitante deverá vir de fábrica instalado no firmware do desktop para que as funções de gerenciamento baseado em hardware funcione. A licitante irá fornecer o hash na fase de preparação da imagem padrão.
10. **Softwares Agregados, Licenciamento, Configuração e Documentação.**
    1. **Windows 10 PRO 64 Bits,** ou superior, versão em português Brasil.
       1. As licenças deverão ser fornecidas em contrato “Microsoft OEM”;
    2. Para preparação da imagem padrão e processo de aceite, deverão ser entregues 2 (dois) equipamentos, conforme ofertado na proposta da licitante, sendo exatamente do mesmo modelo e configurações a serem fabricados conforme lote solicitado. **Não serão admitidas mudanças nas configurações entre os equipamentos disponibilizados para a preparação da imagem matriz e os demais equipamentos fornecidos**.
    3. Deverá acompanhar 1 (um) CD/DVD contendo todos os drivers necessários para o funcionamento de todos os dispositivos do equipamento.
    4. Os equipamentos adquiridos deverão estar configurados com o perfil utilizado no Ministério Público do Estado de São Paulo, como por exemplo: fundo de tela, drivers de impressora, configurações de internet, etc;
    5. Este processo se dará da seguinte forma: um servidor do Ministério Público deverá preparar uma única máquina “modelo” com este perfil. Posteriormente, a empresa vencedora deverá capturar e replicar este modelo para todas as outras máquinas, obedecendo ao licenciamento “MICROSOFT OEM” do *software* Windows. Após a criação da máquina modelo (conforme perfil), a mesma deverá ser encaminhada ao Ministério Público para o processo de validação da imagem / equipamento.
    6. As máquinas deverão ser replicadas após a aprovação do “modelo” pelo Ministério Público do Estado de São Paulo;
    7. Caso haja necessidade de realizar trabalhos nas dependências da empresa vencedora, a qualquer época, por servidor(es) do Ministério Público, todos os custos (locomoção, estadia, refeições, etc.), deverão correr por conta da empresa vencedora;
    8. Programas necessários à instalação, configuração, utilização, diagnósticos e adequação de todos os modos de funcionamento do equipamento e das demais placas e componentes internos, com a respectiva documentação e mídia magnética (CD ou DVD), deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
    9. Todos os dispositivos deverão vir acompanhados de seu respectivo “*driver*” padrão devendo estar disponíveis via web no site do fabricante do equipamento permitindo o download individual por dispositivo (Ex. Rede, Vídeo, Som, etc.) e download do pacote completo (Driver Pack) com drivers em formato **.inf** permitindo a implantação através do SCCM (Microsoft System Center Configuration Manager) conforme modelo do equipamento e versão do Sistema Operacional.
    10. Manuais e documentação técnica necessária à instalação, configuração, operação do equipamento e de controle/monitoração do equipamento ofertado, deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
    11. A documentação técnica deverá ser clara, precisa, completa e original; devendo abranger todos os itens e componentes de *hardware*, incluindo, no mínimo, os seguintes tópicos:
        1. Descrição detalhada dos componentes internos e externos do equipamento;
        2. Referências técnicas completas de todo o *hardware*;
11. Deverá acompanhar cabo de rede na cor azul com 3 metros, categoria CAT5e, Norma EIA/TIA-568B e Padrão T568A.
12. Deverá acompanhar filtro de linha, com as seguintes características técnicas mínimas:
    1. Proteção contra sobretensão.
    2. Caixa plástica antichama.
    3. Com 06 tomadas (2P+T NBR 14136).
    4. Com interruptor liga / desliga e led indicativo.
    5. Com cabo de força de, no mínimo, 1,20 m.
    6. Com fusível instalado de 10 A, podendo ser rearmável, mais um fusível reserva.
    7. Com voltagem de 110/220V.
13. O equipamento proposto deverá estar em linha de produção na data da proposta, inclusive o processador.
14. Exceto para a embalagem do monitor, todos os demais acessórios como Mouse, Mouse Pad, Teclado, Cabos, Adaptadores de tomada, Manuais, etc., deverão estar acondicionados juntamente com a CPU.
15. Os equipamentos deverão ser entregues prontos para executar o teste do Sysmark conforme o anexo 12.

* **Garantia mínima:** de 48 (quarenta e oito) meses “*on site*” em todo o Estado de São Paulo, e para todos os componentes, exceto para o filtro de linha e cabo de rede que deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de aceite definitivo pelo Ministério Público. Caso ocorra qualquer problema no disco rígido, o componente defeituoso permanecerá em posse do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por medida de segurança e confidencialidade de informações.
* O Ministério Público, através de seus técnicos, reserva-se o direito de abrir os equipamentos para instalação de periféricos, sem prejuízo da garantia.
* **Prazo de entrega:** Em até 40 (quarenta) dias corridos a contar do 1º dia útil após a assinatura do contrato.
* **Quantidade:**

**Item 01 - Cota principal (99,3% do quantitativo do item): 1.986 (mil, novecentos e oitenta e seis) unidades.**

**Item 02 - Cota reservada (0,70% do quantitativo do item): 14 (quatorze) unidades.**

**Itens 03 e 04 - Microcomputadores (SSD) 64 bits, com as seguintes características técnicas mínimas:**

1. **Placa principal (*mother-board*)**
   1. Placa mãe do mesmo fabricante do equipamento ou em regime OEM;
   2. Processador capaz de executar seis threads simultâneas com DMI 8 GT/sou HT(HyperTransport) Bus 2.5 Mhz. Deverá suportar memória DDR4 2666 Mhz ou superior;
   3. Deverá atingir índice de no mínimo, 1.650 (mil e seiscentos e cinquenta) pontos, para o desempenho medido pelo software BAPCO SYSmark 2018 com três iterações. Para tanto, deverão ser realizados os procedimentos, de acordo com o **Anexo 12.**
   4. Memória principal de 08 GB, DDR4 2666MHz, expansível para o mínimo de 64 GB;
   5. Existência de pelo menos 02 (dois) slots de memória livre, após a configuração do equipamento;
   6. Padrão de barramento PCI ou PCI-Express;
   7. Deve possuir no mínimo 2 (dois) slots livres, sendo PCI-Express;
   8. Controladora de unidade de disco tipo SATA III;
   9. Padrão ATX ou BTX;
   10. Padrão *SMBIOS 2.4 ou superior (previamente conhecido como DMI BIOS)*;
   11. Suporte à ACPI;
   12. Firmware (UEFI/BIOS) com no mínimo os seguintes recursos:
       1. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas, desde que o fabricante possua direitos (copyright) sobre o BIOS. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante;
       2. BIOS em português ou inglês, desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager);
       3. A comprovação de compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada por meio do site [**http://www.uefi.org/members**](http://www.uefi.org/members), na categoria Promoters ou Contributors;
       4. Implementada em “*flash memory*” atualizável diretamente pelo microcomputador com suporte à senha;
       5. Permitir leitura e configuração do Firmware através de comandos PowerShell ou WMI ou através de software de gerenciamento;
       6. Durante inicialização, deverá ser mostrado no monitor de vídeo o nome do fabricante do microcomputador;
       7. Capacidade de habilitar/desabilitar as portas USB;
   13. O sistema dever ser capaz de checar a integridade da BIOS do sistema e da aérea do código do Boot Block em flash a cada momento que o sistema for ligado ou desligado. A BIOS deve possuir sistema de verificação da integridade da BIOS em tempo real que ao menos garanta que apenas imagens confiáveis do código da BIOS sejam executados e que também impeça a execução de rootkits, vírus e malwares, essa verificação deve ser executada ao menos durante a inicialização. Deverá possuir log de eventos gerados pelo BIOS e Firmware do sistema que ao menos grave os registros críticos em memória flash não volátil, esses eventos devem ser acessíveis através do log de eventos do sistema operacional Windows ou por software de gerenciamento fornecido pelo fabricante do equipamento de forma que possam ser acessados via visualizador de eventos do mesmo, possibilitando o administrador local ou remoto ter visibilidade dos eventos ocorridos. A BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.
   14. Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD de maneira que as informações não possam ser recuperadas, mesmo quando utilizados recursos profissionais para essa finalidade, a solução deverá estar em conformidade com a NIST SP800-88r1 ou superior, ser do próprio fabricante do microcomputador ou de terceiros, porém homologada pelo fabricante do microcomputador;
   15. A placa-mãe deverá possuir memória não volátil, para gravação de informações de inventário de hardware (placa mãe, processador, memória e disco), que sejam acessíveis remotamente pela rede, independente do estado do sistema operacional, bem como possibilitar sistema de alertas proativos que permitam minimizar o tempo de recuperação do equipamento defeituoso.
   16. Deverá dispor de software para diagnóstico de problemas com as seguintes características:
       1. A fim de permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);
       2. O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento; processador; memória RAM; firmware do equipamento; capacidade do disco rígido;
       3. Deverá verificar, testar e emitir relatório, através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Processador; Memória; Disco rígido (ou memória de armazenamento);
   17. Chip de segurança TPM (Trusted Platform Modules), versão 2.0 ou superior baseado na especificação da TCPA, acompanhado do software de configuração e integração com o Sistema Operacional, contendo módulo para controle e configuração do chip TPM.
   18. Deverá possuir informações com o número de série e modelo do equipamento na BIOS, permitindo sua leitura através de software de inventário;
   19. Deverá constar o número do patrimônio da CPU no campo Etiqueta de equipamento (Asset Tag) na BIOS conforme padrão letra “P” + Nº de Patrimônio, com a possibilidade de leitura através de script e software de inventário;
   20. O equipamento deverá ser entregue com o Logotipo do MPSP estampado na inicialização da BIOS do equipamento. Uma vez gravado, o logotipo deverá permanecer mesmo com reset de BIOS ou em caso de troca de bateria da placa mãe.
   21. O processador deverá suportar instruções de aceleração de criptografia AES-NI e virtualização de I/O.
   22. Chipset da placa mãe deverá ser da mesma marca do fabricante do processador;
   23. Não serão admitidas configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de clock, características de disco ou memória.
   24. Deve ser utilizada a configuração padrão de fábrica de BIOS, sendo permitida apenas a alteração na parte de utilização de memória de vídeo, para memória de vídeo exigida no edital.
   25. Conectores integrados à placa-mãe, para entrada e saída de sinal, identificados no padrão de cores PC’99 System Design Guide, bem como pelos nomes ou símbolos;
2. **Armazenamento de dados**
   1. 01 (uma) unidade de disco tipo SSD (Solid Slate Drive) SMART III ou superior, com capacidade mínima de 500GB com as seguintes características:
      1. Formatos 2,5 pol ou M.2 2280
      2. Tecnologia 3D NAND
      3. Interface SATA 6.0 GB/s
      4. Leitura/gravação sequencial de 500/450MB/s e expectativa de vida de 1,5 milhão de horas MTBF para disco sólido.
3. **Interfaces**
   1. Deve possuir no mínimo 10 (dez) portas USB, com as seguintes condições mínimas: pelo menos 06 (seis) dessas portas deverão ser versão 3.1, pelo menos 04 (quatro) dessas portas deverão ser frontais e pelo menos 01 (uma) dessas portas deverá ser Tipo C. Não serão aceitos hubs ou qualquer outra solução externa;
   2. 01 (uma) interface de rede wireless padrão 802.11b/g/n/ac em slot padrão PCI-Express minicard ou M2 interna ao gabinete **compatível com as soluções de gerenciamento remoto**. Não serão aceitas as ofertas de cartões do tipo USB, PCMCIA, Express Card ou similares. Suporte à tecnologia de criptografia: WEP 64 e 128 bits, WPA, WPA2;
   3. Conector RJ-45;
   4. Total compatibilidade com rede Ethernet - padrões IEEE 802.2 e 802.3;
   5. Taxa de transmissão de 10Mbps-Half Duplex, 10Mbps-Full Duplex /100Mbps-Half Duplex, 100Mbps Full Duplex /1000Mbps10/100/1000 Mbits;
   6. Possuir suporte à tecnologia WOL (Wake-up On LAN);
   7. Possuir suporte tecnologia PXE, para realizar instalação remota através da rede;
   8. Possuir barramento de sistema para comunicação, tipo PCI-Express;
   9. Controladora de vídeo de, no mínimo, 512 MB de memória SDRAM, com possibilidade de alocação dinâmica de memória de vídeo;
   10. Deverá suportar 03(três) monitores simultaneamente, com ou sem adaptador, com as funcionalidades monitor clone, monitor estendido, modo tela cheia no monitor secundário e permitir a abertura de outros aplicativos no monitor primário, de forma que não sobreponha ou paralise o vídeo no monitor secundário;
   11. 01 (uma) porta para monitor de vídeo padrão DB15 VGA port, e 02 (duas) portas digitais padrão DVI ou Display Port ou HDMI ou ainda a combinação entre elas, de modo a suportar o uso de três monitores simultaneamente e possibilitando estender a área de trabalho aos demais monitores.
4. **Kit multimídia, composto de:**
   1. Unidade de CD/DVD-RW, leitura e gravação, compatível com a controladora de disco ofertada, com software gravador de CD/DVD, não será aceito o recurso de gravação do próprio Sistema Operacional.
   2. Interface de áudio de 16 bits. Tecnologia plug and play, com drivers para Windows 7 e Windows 10 ou superior;
   3. Autofalante interno na CPU;
   4. Saída de som frontal para fones de ouvido e microfone;
   5. Deve acompanhar software e todos os cabos necessários ao perfeito funcionamento do kit;
   6. Não deve possuir fax/modem integrado, mesmo que seja On-board;
5. **Gabinete da CPU**
   1. O gabinete deverá ser do mesmo fabricante do equipamento ou em regime OEM, desde que devidamente comprovado pelo fabricante.
   2. O padrão de cores do gabinete deverá ter apresentação sóbria, para uso corporativo, sendo cor preta, cinza escuro, prata ou combinação dessas. Não serão aceitos efeitos de iluminação ou transparências (janelas).
   3. Possuir o formato desktop Small Form Factor com volume máximo (obtido pela multiplicação da profundidade, largura e altura máximos) de 12.500cm³; podendo ser utilizado na horizontal ou na vertical.
   4. Possuir no mínimo 02 (duas) baias de 2,5” ou 3,5” interna e 1 baia 5,25” externa ou baia compatível com a unidade óptica ofertada;
   5. Possuir botão liga/desliga;
   6. Possuir indicadores liga/desliga na parte frontal e acesso ao disco rígido;
   7. Com tecnologia “Tool Less” (manuseio e manutenção sem utilização de ferramentas, apenas utilizando-se as mãos, de maneira simples, rápida e sem necessidade de esforços adicionais), para, no mínimo, executar os procedimentos de abertura do gabinete, permitir a retirada, colocação e fixação de adaptadores (placas) de expansão (slots PCI) e das unidades de armazenamento (HDD ou SSD) SATA. Com exceção da tampa do gabinete, não serão aceitos a fixação e o travamento por parafusos, das placas e unidade de armazenamento (HDD ou SSD) SATA. Os dispositivos relacionados deverão estar fixos de forma segura e estável. Não serão aceitas adaptações sobre o gabinete original para se atingir essa tecnologia, como por exemplo, o uso de parafusos recartilhados;
   8. O microcomputador deverá ter sido projetado para manter-se dentro da faixa de temperatura adequada ao uso sem necessidade de entrada/saída de ar nas faces superior, laterais e inferior, podendo usar para a referida finalidade, apenas a face frontal e/ou traseira.
   9. Padrão ATX ou BTX;
   10. Fonte de alimentação ATX ou BTX com tecnologia PFC (Power FactorCorrection) ativa, chaveamento automático de 110/220, com potência de no máximo 260 watts e eficiência de no mínimo 90% de economia a 50% de carga
   11. Deverá ser fornecido adaptador de tomada para o padrão antigo;
6. **Monitor de video** 
   1. LED IPS:
   2. Policromático, widescreen com resolução mínima de 1920X1080 pontos para proporção 16:9
   3. Medida diagonal da tela de no mínimo 21,5”, com proporção 16:9 (widescreen);
   4. 1 (uma) saída analógica (VGA)
   5. 1 (uma) saída digital (DVI ou DisplayPort ou HDMI) devendo estar condizente com as saídas da CPU fornecida ou fornecimento de adaptador;
   6. Tempo de resposta: 08 milissegundos;
   7. Tratamento de superfície antirreflexivo e antiestático. Não será aceito uso de película ou algo do gênero;
   8. Distância entre pontos de 0,3 mm ou inferior;
   9. Mínimo de 16 milhões de cores;
   10. Exibição da imagem em modo não entrelaçado;
   11. Controles externos digitais para ajustes;
   12. Base pivotante que possibilite ajuste de altura, inclinação e rotação da tela podendo alternar para modo retrato ou paisagem;
   13. Deverá acompanhar os respectivos cabos lógicos (analógico e digital) e de força.
   14. Alimentação com ajuste automático (bivolt) 110/220 Volts sem utilização de fonte externa;
   15. O monitor deve respeitar o padrão de cores do gabinete do computador.
   16. Deverá possuir informações com o número de série e modelo do monitor na BIOS do Monitor, permitindo sua leitura através de software de inventário.
7. **Teclado**
   1. Teclado USB com o conjunto de caracteres da língua portuguesa conforme padrão Brasil ABNT 2;
   2. Da mesma marca do Fabricante do equipamento, seguindo o mesmo padrão de cores do gabinete.
   3. Identificação das teclas com serigrafia a quente ou alto-relevo ou dispositivo equivalente para evitar o apagamento da identificação da tecla;
   4. Teclas macias e confortáveis para digitação;
8. **Mouse**
   1. Mouse óptico com interface USB;
   2. Botão de rolagem roda central (Scroll Wheel);
   3. Resolução de 1000 (mil) dpi;
   4. Da mesma marca do Fabricante do equipamento, seguindo o mesmo padrão de cores do gabinete.
   5. Mouse pad ergonômico, com apoio para punho em espuma de poliuretano macia ou base de gel;
9. **Gerenciamento**
   1. A Placa mãe deve permitir o gerenciamento remoto, como acesso a BIOS, permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem (.ISO) em um compartilhamento de rede ou CD ou disquete localizados em outro computador, mesmo com o equipamento desligado;
   2. A máquina deverá ter disponível no POST uma opção para que o usuário possa acionar o helpdesk via rede IP, mesmo se o sistema operacional estiver inoperante.
   3. Deverá estar aderente às especificações do IAMT 12.0 ou DASH 1.0 e WS-MAN, definidas pelo DMTF (Desktop Management Task Force);
   4. As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa-mãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante.
   5. O gerenciamento baseado em hardware deverá funcionar em redes seguras (Cisco NAC, Microsoft NAP);
   6. Permitir que o PC seja ligado remotamente em horários determinados mesmo que este esteja desconectado da rede Ethernet.
   7. O controle remoto deve ser suportado em modo texto e gráfico via hardware.
   8. A máquina deverá ter a capacidade de ser gerenciada mesmo quando estiver fora da rede corporativa, conectada na internet e usando NAT.
   9. O hash público do órgão licitante deverá vir de fábrica instalado no firmware do desktop para que as funções de gerenciamento baseado em hardware possam funcionar. A licitante irá fornecer o hash na fase de preparação da imagem padrão.
10. **Softwares Agregados, Licenciamento, Configuração e Documentação.**
    1. **Windows 10 PRO 64 Bits,** ou superior, versão em português Brasil.
       1. As licenças deverão ser fornecidas em contrato “Microsoft OEM”;
    2. Para preparação da imagem padrão e processo de aceite, deverão ser entregues 2 (dois) equipamentos, conforme ofertado na proposta da licitante, sendo exatamente do mesmo modelo e configurações a serem fabricados conforme lote solicitado. **Não serão admitidas mudanças nas configurações entre os equipamentos disponibilizados para a preparação da imagem matriz e os demais equipamentos fornecidos.**
    3. Deverá acompanhar 1 (um) CD/DVD contendo todos os drivers necessários para o funcionamento de todos os dispositivos do equipamento.
    4. Os equipamentos adquiridos deverão estar configurados com o perfil utilizado no Ministério Público do Estado de São Paulo, como por exemplo: fundo de tela, drivers de impressora, configurações de internet, etc;
    5. Este processo se dará da seguinte forma: um servidor do Ministério Público deverá preparar uma única máquina “modelo” com este perfil. Posteriormente, a empresa vencedora deverá capturar e replicar este modelo para todas as outras máquinas, obedecendo ao licenciamento “MICROSOFT OEM” do *software* Windows. Após a criação da máquina modelo (conforme perfil), a mesma deverá ser encaminhada ao Ministério Público para o processo de validação da imagem / equipamento.
    6. As máquinas deverão ser replicadas após a aprovação do “modelo” pelo Ministério Público do Estado de São Paulo;
    7. Caso haja necessidade de realizar trabalhos nas dependências da empresa vencedora, a qualquer época, por servidor(es) do Ministério Público, todos os custos (locomoção, estadia, refeições, etc.), deverão correr por conta da empresa vencedora;
    8. Programas necessários à instalação, configuração, utilização, diagnósticos e adequação de todos os modos de funcionamento do equipamento e das demais placas e componentes internos, com a respectiva documentação e mídia magnética (CD ou DVD), deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
    9. Todos os dispositivos deverão vir acompanhados de seu respectivo “*driver*” padrão devendo estar disponíveis via web no site do fabricante do equipamento permitindo o download individual por dispositivo (Ex. Rede, Vídeo, Som, etc.) e download do pacote completo (Driver Pack) com drivers em formato **.inf** permitindo a implantação através do SCCM (Microsoft System Center Configuration Manager) conforme modelo do equipamento e versão do Sistema Operacional.
    10. Manuais e documentação técnica necessária à instalação, configuração, operação do equipamento e de controle/monitoração do equipamento ofertado, deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
    11. A documentação técnica deverá ser clara, precisa, completa e original; devendo abranger todos os itens e componentes de *hardware*, incluindo, no mínimo, os seguintes tópicos:
        1. Descrição detalhada dos componentes internos e externos do equipamento;
        2. Referências técnicas completas de todo o *hardware*;
11. Deverá acompanhar cabo de rede na cor azul com 3 metros, categoria CAT5e, Norma EIA/TIA-568B e Padrão T568A.
12. Deverá acompanhar filtro de linha, com as seguintes características técnicas mínimas:
    1. Proteção contra sobretensão.
    2. Caixa plástica antichama.
    3. Com 06 tomadas (2P+T NBR 14136).
    4. Com interruptor liga / desliga e led indicativo.
    5. Com cabo de força de, no mínimo, 1,20 m.
    6. Com fusível instalado de 10 A, podendo ser rearmável, mais um fusível reserva.
13. Com voltagem de 110/220V.
14. O equipamento proposto deverá estar em linha de produção na data da proposta, inclusive o processador.
15. Exceto para a embalagem do monitor, todos os demais acessórios como Mouse, Mouse Pad, Teclado, Cabos, Adaptadores de tomada, Manuais, etc., deverão estar acondicionados juntamente com a CPU.
16. Os equipamentos deverão ser entregues prontos para executar o teste do Sysmark conforme o anexo 12.

* **Garantia mínima:** de 48 (quarenta e oito) meses “*on site*” em todo o Estado de São Paulo, e para todos os componentes, exceto para o filtro de linha e cabo de rede que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de aceite definitivo pelo Ministério Público. Caso ocorra qualquer problema no disco rígido, o componente defeituoso permanecerá em posse do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por medida de segurança e confidencialidade de informações.
* O Ministério Público, através de seus técnicos, reserva-se o direito de abrir os equipamentos para instalação de periféricos, sem prejuízo da garantia.
* **Prazo de entrega:** Em até 40 (quarenta) dias corridos a contar do 1º dia útil após a assinatura do contrato.
* **Quantidade:**

**Item 03 - Cota principal (99,4% do quantitativo do item): 1.988 (mil, novecentos e oitenta e oito) unidades.**

**Item 04 - Cota reservada (0,6% do quantitativo do item): 12 (doze) unidades.**

**Itens 05 e 06 - Notebooks 08GB, com as seguintes características técnicas mínimas:**

1. **Gabinete**
   1. Gabinete com composto de policarbonato/ABS, carbono, magnésio, titânio ou alumínio.
   2. Espessura máxima de 2,10 cm com equipamento fechado.
   3. Peso máximo de 1,8 Kg com bateria e HD.
   4. Sistema de ventilação monitorado pela BIOS, com ventilação dimensionada para a perfeita refrigeração dos componentes internos, operando em sua capacidade máxima, pelo período mínimo de dez horas diárias consecutivas em ambiente não refrigerado.
   5. Cor preta, cinza, prata ou combinação dessas.
   6. Leitor de impressão digital integrado, deverá ser fornecido software para implementação e utilização do mesmo.
   7. Botão de liga/desliga e luz de indicação de computador ligado (Power On).
   8. Entrada universal para trava de segurança.
   9. Câmera integrada ao gabinete com resolução mínima de 720 Pixels HD ou 1.3 Megapixels.
   10. Bateria principal de Íon ou Polímero de Lítio, com autonomia mínima (tempo de descarga) de 8 (oito) horas. A bateria deverá se encaixar perfeitamente no notebook sem aumentar suas dimensões.
   11. Adaptador AC universal - entrada de 110/220 VAC – 50/60 Hz, com comutação automática com cabo de alimentação deve oferecer plugue de acordo com o padrão utilizado no Brasil, especificado pela NBR 14136.
   12. Caso seja fornecido no novo padrão de tomadas deverá ser fornecido adaptador para o padrão antigo.
   13. Suporte dedicado a docking station, não sendo aceito portbar ou replicador de portas. Caso o equipamento não possua suporte a docking station através de porta dedicada, será aceito equipamento com esse suporte através de porta USB 3.1 Tipo C;
2. **Placa-mãe “motherboard”**
   1. Mínimo de 2 (dois) slots para memória do tipo SODIMM que permitam expansão até no mínimo 32 (trinta e dois) Gigabytes;
   2. Deve possuir no mínimo 1 (um) slot M.2 2280;
   3. Suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface);
   4. Atualização da BIOS, por meio de interface gráfica através de utilitário próprio do fabricante, independente da condição;
   5. A placa mãe deverá ser a mesma do fabricante do equipamento, não sendo aceita solução em OEM ou placas encontradas no mercado comum;
   6. Chip de segurança integrado, padrão TPM versão 2.0 ou superior, não será aceita solução em slot;
   7. A Placa mãe deve permitir o gerenciamento remoto, como acesso a BIOS, permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem (.ISO) em um compartilhamento de rede ou CD ou disquete localizados em outro computador, mesmo com o equipamento desligado;
   8. A máquina deverá ter disponível no POST uma opção para que o usuário possa acionar o helpdesk via rede IP, mesmo se o sistema operacional estiver inoperante;
   9. Deverá estar aderente às especificações do IAMT 12.0 ou DASH 1.0 e WS-MAN, definidas pelo DMTF (Desktop Management Task Force);
   10. As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa-mãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante;
   11. O gerenciamento baseado em hardware deverá funcionar em redes seguras (Cisco NAC, Microsoft NAP);
   12. O controle remoto deve ser suportado em modo texto e gráfico via hardware.
   13. A máquina deverá ter a capacidade de ser gerenciada mesmo quando estiver fora da rede corporativa, conectada na internet e usando NAT;
   14. O hash público do orgão licitante deverá vir instalado de fábrica no firmware do equipamento para garantir total funcionamento dos recursos de gerenciamento baseado em hardware;
   15. Deverá possuir as seguintes interfaces:
       1. 04 (quatro) portas USB, sendo ao menos 2 (duas) na versão 3.1 e 01 (uma) energizada mesmo com o equipamento desligado; No caso de portas Type C, deverá acompanhar adaptador para o padrão Tipo A;
       2. Modem 4G integrado;
       3. 01 (um) leitor de cartões de memória com suporte a cartões SD (Secure Digital) e/ou MMC (Multi Media Card).
       4. 01 (uma) interface de som padrão High Definition Audio com conectores para microfone e fone de ouvido, sendo aceita solução através de conector combinado, som estéreo com alto falante integrado com controle de som com botão mudo integrado no gabinete.
       5. Microfone integrado.
       6. Antena Wi-Fi de dupla-banda (Dual-Band) integrada
3. **Processador**
   1. Processador de arquitetura x86 com suporte a 32bits e 64bits.
   2. Recurso de virtualização de CPU e IO e Suporte a AES, para criptografia de dados.
   3. Mínimo de 01 (um) processador com capacidade de executar no mínimo quatro núcleos simultâneas, com frequência de operação interna mínima de 1,4 GHz.
   4. Memória cachê de no mínimo de 6 MB.
   5. Hypertransport de no mínimo de 2400 MHz ou 4 GT/s.
   6. Deverá atingir índice de no mínimo, 1200 (mil e duzentos) pontos, para o desempenho medido pelo software BAPCO SYSmark 2018 com três iterações. Para tanto, deverão ser realizados os procedimentos, de acordo com o **Anexo 12.**
4. **Memória**
   1. Memória principal de 08 GB SDRAM DDR-4 com velocidade de no mínimo 2400 Mhz ou superior.
   2. Deverá possuir expansão para o mínimo de 32 GB;
5. **BIOS**
   1. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas, desde que o fabricante possua direitos (copyright) sobre o BIOS. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante;
   2. BIOS em português ou inglês, desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager);
   3. A comprovação de compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada por meio do site [**http://www.uefi.org/members**](http://www.uefi.org/members), na categoria Promoters ou Contributors;
   4. Implementação em “flash memory”, atualizável diretamente pelo equipamento, que permita configurar senhas para acesso a BIOS e para inicialização do sistema, proteção integrada contra vírus de “boot”, alerta de troca e remoção de memória ou alerta de abertura do gabinete do notebook;
   5. Permitir leitura e configuração do Firmware através de comandos PowerShell ou WMI ou através de software de gerenciamento;
   6. Deverá possuir informações com o número de série e modelo do equipamento na BIOS, permitindo sua leitura através de software de inventário e comandos DMI 2.0 ou superior;
   7. Deverá constar o número do patrimônio do notebook no campo Etiqueta de equipamento (Asset Tag) na BIOS com a possibilidade de leitura através de software de inventário e comandos DMI 2.0 ou superior;
   8. O equipamento deverá ser entregue com o Logotipo do MPSP estampado na inicialização da BIOS do equipamento. Uma vez gravado, o logotipo deverá permanecer mesmo com reset de BIOS ou em caso de troca de bateria da placa mãe.
   9. O sistema dever ser capaz de checar a integridade da BIOS do sistema e da aérea do código do Boot Block em flash a cada momento que o sistema for ligado ou desligado. A BIOS deve possuir sistema de verificação da integridade da BIOS em tempo real que ao menos garanta que apenas imagens confiáveis do código da BIOS sejam executados e que também impeça a execução de rootkits, vírus e malwares, essa verificação deve ser executada ao menos durante a inicialização. Deverá possuir log de eventos gerados pelo BIOS e Firmware do sistema que ao menos grave os registros críticos em memória flash não volátil, esses eventos devem ser acessíveis através do log de eventos do sistema operacional Windows ou por software de gerenciamento fornecido pelo fabricante do equipamento de forma que possam ser acessados via visualizador de eventos do mesmo, possibilitando o administrador local ou remoto ter visibilidade dos eventos ocorridos. A BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.
   10. Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD de maneira que as informações não possam ser recuperadas, mesmo quando utilizados recursos profissionais para essa finalidade, a solução deverá estar em conformidade com a NIST SP800-88r1 ou superior, ser do próprio fabricante do microcomputador ou de terceiros, porém homologada pelo fabricante do microcomputador;
   11. Deverá o equipamento dispor de software para diagnóstico de problemas com as seguintes características:

e.5.1. A fim de permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);

e.5.2. O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento; processador; memória RAM; firmware do equipamento; capacidade do disco rígido;

e.5.3. Deverá verificar, testar e emitir relatório, através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Processador; Memória; Disco rígido (ou memória de armazenamento);

1. **Controladora de disco rígido:**
   1. Serial ATA III ou superior, integrada à placa mãe, com capacidade para controlar, no mínimo, 01 (um) disco rígido, com velocidade de transferência de no mínimo 6.0 GB/S.
2. **Unidade de disco rígido:**
   1. 01 (uma) unidade de disco rígido SMART III ou superior, com capacidade mínima de 500GB podendo ser mecânico ou sólido com as seguintes características:
      1. Formatos 2,5 pol ou M.2 2280
      2. Interface SATA 6.0 GB/s
      3. 7.200 RPM no caso de disco mecânico ou Leitura/gravação sequencial de 500/450MB/s e expectativa de vida de 1 milhão de horas MTBF para disco sólido (SSD).
3. **Unidade Óptica / DVD+/-RW:**
   1. 01 (uma) unidade leitora e gravadora de DVDRW interna ou externa ao gabinete, conforme descrita abaixo:
      1. Padrão SATA/ATAPI.
      2. Padrão de gravação CD-R, CD-RW, DVD e DVDRW.
      3. Tecnologia Dual Layer, com botão de fechar/ejetar e gaveta deslizante.
      4. Possuir software reprodutor e gravador de CD/DVD.
4. **Controladora de vídeo / Display:**
   1. 01 (uma) unidade compatível com o padrão SVGA, com no mínimo 256 MB de memória, com suporte resolução máxima de 1920x1080, modo de 16.7 milhões de cores e sinal de sincronismo vertical mínimo de 60 HERTZ.
   2. Possuir compartilhamento randômico da memória RAM.
   3. Deverá atender ao padrão DIRECTX 12 ou superior.
   4. Deverá possuir conector externo VGA (DB15) ou adaptador compatível;
   5. Deverá possuir uma saída digital podendo ser DisplayPort ou mini DisplayPort ou HDMI. Em qualquer um dos casos deverá ser fornecido adaptador que possibilite conexão com o padrão DVI.
   6. Tela de matriz ativa TFT ou LED com dimensão mínima de 14” e máxima de 14,5” polegadas na diagonal.
   7. Padrão “Plug & Play” e resolução nativa WXGA ou superior, com no mínimo 16 milhões de cores para iluminação e no mínimo 262 mil cores iluminação LED.
   8. Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela e em um monitor externo.
   9. Deverá possuir tratamento antirreflexivo. Não será aceito uso de película ou algo do gênero;
5. **Teclado / Mouse (integrados):**
   1. 1 (um) teclado compatível com o padrão ABNTII, retro iluminado. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNTII. Possuir todos os caracteres da Língua Portuguesa, inclusive “Ç”.
   2. Presença de, no mínimo, doze teclas de funções (F1-F12) situadas na porção superior do teclado.
   3. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.
   4. Dispositivo apontador integrado do tipo touchpad com dois botões e função de rolagem.
6. **Acessórios:**
   1. Dispositivo de acoplamento (Dock Station) com as seguintes configurações mínimas:
      1. Deve alimentar (recarregar) a bateria do notebook conectado;
      2. Conter as seguintes interfaces, em modo totalmente integrado ao notebook conectado:
         1. 05 (cinco) portas sendo no mínimo 02 (duas)USB 3.0;
         2. 02 (duas) saídas digitais DVI, podendo ser HDMI ou Display Port, com fornecimento de adaptadores para DVI;
         3. Uma saída VGA, podendo utilizar adaptador;
         4. Conexão Ethernet (RJ-45) Gigabit;
         5. Conexão para fone de ouvido;
         6. Conexão para microfone;
         7. Conexão para cabo de segurança (tipo Kensington Lock).
         8. Chave para travar o notebook na Dock Station ou cabo tipo kensington que permita travar o notebook em um local seguro, com cabo em aço de mínimo 70 centímetros, resistentes a cortes, acompanhado de duas chaves universais.
   2. 01 (um) mouse externo, com as seguintes características:
      1. Da mesma marca do mesmo fabricante do conjunto do equipamento proposto, podendo ser em regime OEM, desde que seja gravada no periférico a marca do fabricante do equipamento.
      2. Mouse de 2 botões, ambidestro (simétrico);
      3. Com tecnologia ótica (sem esfera);
      4. Funcionar sobre qualquer superfície, sem a necessidade de qualquer tipo de PAD especial;
      5. Com roda (wheel) para scroll;
      6. Resolução de 1000 dpi;
      7. Conector padrão USB, vedado o uso de qualquer adaptador ou conversor de padrão;
      8. Mouse pad com superfície adequada para utilização de mouse ótico;
   3. 01 (um) teclado externo padrão desktop para ser utilizado junto à Dock Station, com as seguintes características:
      1. Teclado com o conjunto de caracteres da língua portuguesa (padrão Brasil ABNT 2), com conector USB integrado à placa principal;
      2. Da mesma marca do Fabricante do equipamento, seguindo o mesmo padrão de cores do gabinete (podendo ser em regime OEM).
   4. No mínimo com uma trava de segurança, tipo kensington que permita travar o notebook em um local seguro, com cabo em aço de mínimo 70 centímetros, resistentes a cortes, acompanhado de duas chaves universal.
   5. Maleta própria para notebook, em couro, poliéster ou nylon, na cor preta ou cinza escuro, com bolso interno para documentos e objetos e bolso externo para acomodar todos os acessórios que acompanham o equipamento (carregador, mouse, etc.), com peso de até 5 Kg e com qualidade construtiva que garanta resistência e proteção efetiva para o equipamento.
7. **Interfaces de rede local e Interface sem fio:**
   1. 01 (uma) interface de rede compatível com os padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosense, full- duplex e plug-and-play, configurável totalmente por software, com função wake-on-lan instalada e em funcionamento, PXE 2.1, TCP/IP/UDP Checksum Offload e RSS (Receive Side Scailling), com conector RJ-45.
   2. 01 (uma) interface de rede wireless padrão 802.11b/g/n/ac em slot padrão PCI-Express minicard ou PC Card interna ao gabinete. Não serão aceitas as ofertas de cartões do tipo USB, PCMCIA, Express Card ou similares. Suporte à tecnologia de criptografia: WEP 64 e 128 bits, WPA, WPA2;
   3. 01 (uma) uma interface Bluetooth v4.0 ou superior. Não sendo aceitas as ofertas externas.
8. **Softwares Agregados, Licenciamento, Configuração e Documentação.**
   1. **Windows 10 PRO 64 Bits**, ou superior, versão em português Brasil.
      1. As licenças deverão ser fornecidas em contrato “Microsoft OEM”;
   2. Para preparação da imagem padrão e processo de aceite, deverão ser entregues 2 (dois) equipamentos, conforme ofertado na proposta da licitante, sendo exatamente do mesmo modelo e configurações a serem fabricados conforme lote solicitado. **Não serão admitidas mudanças nas configurações entre os equipamentos disponibilizados para a preparação da imagem matriz e os demais equipamentos fornecidos**.
   3. Deverá acompanhar na instalação, 1 (um) CD/DVD contendo todos os drivers necessários para o funcionamento de todos os dispositivos do equipamento.
   4. Os equipamentos adquiridos deverão estar configurados com o perfil utilizado no Ministério Público do Estado de São Paulo, como por exemplo: fundo de tela, drivers de impressora, configurações de internet, etc;
   5. Este processo se dará da seguinte forma: um servidor do Ministério Público deverá preparar uma única máquina “modelo” com este perfil. Posteriormente, a empresa vencedora deverá capturar e replicar este modelo para todas as outras máquinas, obedecendo ao licenciamento “MICROSOFT OEM” do *software* Windows. Após a criação da máquina modelo (conforme perfil), a mesma deverá ser encaminhada ao Ministério Público para o processo de validação da imagem / equipamento.
   6. As máquinas deverão ser replicadas após a aprovação do “modelo” pelo Ministério Público do Estado de São Paulo;
   7. Caso haja necessidade de realizar trabalhos nas dependências da empresa vencedora, a qualquer época, por servidor (es) do Ministério Público, todos os custos (locomoção, estadia, refeições, etc.), deverão correr por conta da empresa vencedora;
   8. Programas necessários à instalação, configuração, utilização, diagnósticos e adequação de todos os modos de funcionamento do equipamento e das demais placas e componentes internos, com a respectiva documentação e mídia magnética (CD ou DVD), deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
   9. Manuais e documentação técnica necessária à instalação, configuração, operação do equipamento e de controle/monitoração do equipamento ofertado, deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
   10. A documentação técnica deverá ser clara, precisa, completa e original; devendo abranger todos os itens e componentes de *hardware*, incluindo, no mínimo, os seguintes tópicos:
       1. Descrição detalhada dos componentes internos e externos do equipamento;
       2. Referências técnicas completas de todo o *hardware*;
   11. Todos os dispositivos deverão vir acompanhados de seu respectivo “*driver*” padrão devendo estar disponíveis via web no site do fabricante do equipamento permitindo o download individual por dispositivo (Ex. Rede, Vídeo, Som, etc.) e download do pacote completo (Driver Pack) com drivers em formato .inf permitindo a implantação através do SCCM (Microsoft System Center Configuration Manager) conforme modelo do equipamento e versão do Sistema Operacional.
9. Deverá acompanhar cabo de rede na cor azul com 3 metros, categoria CAT5e, Norma EIA/TIA-568B e Padrão T568A.
10. Deverá acompanhar filtro de linha, com as seguintes características técnicas mínimas:
    1. Proteção contra sobretensão.
    2. Caixa plástica antichama.
    3. Com 06 tomadas (2P+T NBR 14136).
    4. Com interruptor liga / desliga e led indicativo.
    5. Com cabo de força de, no mínimo, 1,20 m.
    6. Com fusível instalado de 10 A, podendo ser rearmável, mais um fusível reserva.
    7. Voltagem de 110/220.
11. O equipamento proposto deverá estar em **linha** de produção na data da proposta, inclusive o processador.
12. Cada conjunto contendo o notebook e todos os demais acessórios como Dock Station, Mouse, Mouse Pad, Teclado, Cabos, Adaptadores de tomada, Manuais, etc., deverão estar acondicionados em um único volume (caixa) com estrutura para suportar o empilhamento de ao menos 4 unidades. Deverão constar na caixa do volume, etiqueta(s) com os códigos de barras, nomes dos itens (notebook, dock station e teclado) com seus respectivos números de património.
13. Os equipamentos deverão ser entregues prontos para executar o teste do Sysmark conforme o anexo 12.

* **Garantia mínima:** de 48 (quarenta e oito) meses “*on site*” em todo o Estado de São Paulo, e para todos os componentes, inclusive a bateria, exceto o filtro de linha e cabo de rede que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de aceite definitivo pelo Ministério Público. Caso ocorra qualquer problema no disco rígido, o componente defeituoso permanecerá em posse do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por medida de segurança e confidencialidade de informações.
* O Ministério Público, através de seus técnicos, reserva-se o direito de abrir os equipamentos para instalação de periféricos, sem prejuízo da garantia.
* **Prazo de entrega:** Em até 40 (quarenta) dias corridos a contar do 1º dia útil após a assinatura do contrato.
* **Quantidade:**

**Item 05 - Cota principal (99,5% do quantitativo do item): 1.990 (mil, novecentos e noventa) unidades.**

**Item 06 - Cota reservada (0,5% do quantitativo do item): 10 (dez) unidades.**

**Itens 07 e 08 - Notebooks 16GB, com as seguintes características técnicas mínimas:**

1. **Gabinete**
   1. Gabinete com composto de policarbonato/ABS, carbono, magnésio, titânio ou alumínio.
   2. Espessura máxima de 2,10 cm com equipamento fechado.
   3. Peso máximo de 1,8 Kg com bateria e HD.
   4. Sistema de ventilação monitorado pela BIOS, com ventilação dimensionada para a perfeita refrigeração dos componentes internos, operando em sua capacidade máxima, pelo período mínimo de dez horas diárias consecutivas em ambiente não refrigerado.
   5. Cor preta, cinza, prata ou combinação dessas.
   6. Leitor de impressão digital integrado, deverá ser fornecido software para implementação e utilização do mesmo.
   7. Botão de liga/desliga e luz de indicação de computador ligado (Power On).
   8. Entrada universal para trava de segurança.
   9. Câmera integrada ao gabinete com resolução mínima de 720 Pixels HD ou 1.3 Megapixels.
   10. Bateria principal de Íon ou Polímero de Lítio, com autonomia mínima (tempo de descarga) de 8 (oito) horas. A bateria deverá se encaixar perfeitamente no notebook sem aumentar suas dimensões.
   11. Adaptador AC universal - entrada de 110/220 VAC – 50/60 Hz, com comutação automática com cabo de alimentação deve oferecer plugue de acordo com o padrão utilizado no Brasil, especificado pela NBR 14136.
   12. Caso seja fornecido no novo padrão de tomadas deverá ser fornecido adaptador para o padrão antigo.
   13. Suporte dedicado a docking station, não sendo aceito portbar ou replicador de portas. Caso o equipamento não possua suporte a docking station através de porta dedicada, será aceito equipamento com esse suporte através de porta USB 3.1 Tipo C;
2. **Placa-mãe “motherboard”**
   1. Mínimo de 2 (dois) slots para memória do tipo SODIMM que permitam 32 (trinta e dois) Gigabytes;
   2. Deve possuir no mínimo 1 (um) slot M.2 2280;
   3. Suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface);
   4. Atualização da BIOS, por meio de interface gráfica através de utilitário próprio do fabricante, independente da condição;
   5. A placa mãe deverá ser a mesma do fabricante do equipamento, não sendo aceita solução em OEM ou placas encontradas no mercado comum;
   6. Chip de segurança integrado, padrão TPM versão 2.0 ou superior, não será aceita solução em slot;
   7. A Placa mãe deve permitir o gerenciamento remoto, como acesso a BIOS, permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem (.ISO) em um compartilhamento de rede ou CD ou disquete localizados em outro computador, mesmo com o equipamento desligado;
   8. A máquina deverá ter disponível no POST uma opção para que o usuário possa acionar o helpdesk via rede IP, mesmo se o sistema operacional estiver inoperante;
   9. Deverá estar aderente às especificações do IAMT 12.0 ou DASH 1.0 e WS-MAN, definidas pelo DMTF (Desktop Management Task Force);
   10. As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa-mãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante;
   11. O gerenciamento baseado em hardware deverá funcionar em redes seguras (Cisco NAC, Microsoft NAP);
   12. O controle remoto deve ser suportado em modo texto e gráfico via hardware.
   13. A máquina deverá ter a capacidade de ser gerenciada mesmo quando estiver fora da rede corporativa, conectada na internet e usando NAT;
   14. O hash público do orgão licitante deverá vir instalado de fábrica no firmware do equipamento para garantir total funcionamento dos recursos de gerenciamento baseado em hardware;
   15. Deverá possuir as seguintes interfaces:
       1. 04 (quatro) portas USB, sendo ao menos 2 (duas) na versão 3.1 e 01 (uma) energizada mesmo com o equipamento desligado; no caso de portas Type C, deverá acompanhar adaptador para o padrão Tipo A;
       2. Modem 4G integrado;
       3. 01 (um) leitor de cartões de memória com suporte a cartões SD (Secure Digital) e/ou MMC (Multi Media Card).
       4. 01 (uma) interface de som padrão High Definition Audio com conectores para microfone e fone de ouvido, sendo aceita solução através de conector combinado, som estéreo com alto falante integrado com controle de som com botão mudo integrado no gabinete.
       5. Microfone integrado.
       6. Antena Wi-Fi de dupla-banda (Dual-Band) integrada
3. **Processador**
   1. Processador de arquitetura x86 com suporte a 32bits e 64bits.
   2. Recurso de virtualização de CPU e IO e Suporte a AES, para criptografia de dados.
   3. Mínimo de 01 (um) processador com capacidade de executar no mínimo quatro núcleos simultâneas, com frequência de operação interna mínima de 1,4 GHz.
   4. Memória cachê de no mínimo de 6 MB.
   5. Hypertransport de no mínimo de 2400 MHz ou 4 GT/s.
   6. Deverá atingir índice de no mínimo, 1250 (mil duzentos e cinquenta) pontos, para o desempenho medido pelo software BAPCO SYSmark 2018 com três iterações. Para tanto, deverão ser realizados os procedimentos, de acordo com o **Anexo 12.**
4. **Memória**
   1. Memória principal de 16 GB SDRAM DDR-4 com velocidade de no mínimo 2400 Mhz ou superior.
   2. Deverá possuir expansão para o mínimo de 32 GB;
5. **BIOS**
   1. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas, desde que o fabricante possua direitos (copyright) sobre o BIOS. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante;
   2. BIOS em português ou inglês, desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager);
   3. A comprovação de compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada por meio do site [**http://www.uefi.org/members**](http://www.uefi.org/members), na categoria Promoters ou Contributors;
   4. Implementação em “flash memory”, atualizável diretamente pelo equipamento, que permita configurar senhas para acesso a BIOS e para inicialização do sistema, proteção integrada contra vírus de “boot”, alerta de troca e remoção de memória ou alerta de abertura do gabinete do notebook;
   5. Permitir leitura e configuração do Firmware através de comandos PowerShell ou WMI ou através de software de gerenciamento;
   6. Deverá possuir informações com o número de série e modelo do equipamento na BIOS, permitindo sua leitura através de software de inventário e comandos DMI 2.0 ou superior;
   7. Deverá constar o número do patrimônio do notebook no campo Etiqueta de equipamento (Asset Tag) na BIOS com a possibilidade de leitura através de software de inventário e comandos DMI 2.0 ou superior;
   8. O equipamento deverá ser entregue com o Logotipo do MPSP estampado na inicialização da BIOS do equipamento. Uma vez gravado, o logotipo deverá permanecer mesmo com reset de BIOS ou em caso de troca de bateria da placa mãe.
   9. O sistema dever ser capaz de checar a integridade da BIOS do sistema e da aérea do código do Boot Block em flash a cada momento que o sistema for ligado ou desligado. A BIOS deve possuir sistema de verificação da integridade da BIOS em tempo real que ao menos garanta que apenas imagens confiáveis do código da BIOS sejam executados e que também impeça a execução de rootkits, vírus e malwares, essa verificação deve ser executada ao menos durante a inicialização. Deverá possuir log de eventos gerados pelo BIOS e Firmware do sistema que ao menos grave os registros críticos em memória flash não volátil, esses eventos devem ser acessíveis através do log de eventos do sistema operacional Windows ou por software de gerenciamento fornecido pelo fabricante do equipamento de forma que possam ser acessados via visualizador de eventos do mesmo, possibilitando o administrador local ou remoto ter visibilidade dos eventos ocorridos. A BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.
   10. Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD de maneira que as informações não possam ser recuperadas, mesmo quando utilizados recursos profissionais para essa finalidade, a solução deverá estar em conformidade com a NIST SP800-88r1 ou superior, ser do próprio fabricante do microcomputador ou de terceiros, porém homologada pelo fabricante do microcomputador;
   11. Deverá o equipamento dispor de software para diagnóstico de problemas com as seguintes características:

e.5.1. A fim de permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);

e.5.2. O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento; processador; memória RAM; firmware do equipamento; capacidade do disco rígido;

e.5.3. Deverá verificar, testar e emitir relatório, através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Processador; Memória; Disco rígido (ou memória de armazenamento);

1. **Controladora de disco rígido:**
   1. Serial ATA III ou superior, integrada à placa mãe, com capacidade para controlar, no mínimo, 01 (um) disco rígido, com velocidade de transferência de no mínimo 6.0 GB/S.
2. **Unidade de disco rígido:**
   1. 01 (uma) unidade de disco tipo SSD (Solid Slate Drive) SMART III ou superior, com capacidade mínima de 500GB com as seguintes características:
      1. Formatos 2,5 pol ou M.2 2280
      2. Interface SATA 6.0 GB/s
      3. Tecnologia 3D NAND
      4. Leitura/gravação sequencial de 500/450MB/s e expectativa de vida de 1,5 milhão de horas MTBF para disco sólido.
3. **Unidade Óptica / DVD+/-RW:**
   1. 01 (uma) unidade leitora e gravadora de DVDRW interna ou externa ao gabinete, conforme descrita abaixo:
      1. Padrão SATA/ATAPI.
      2. Padrão de gravação CD-R, CD-RW, DVD e DVDRW.
      3. Tecnologia Dual Layer, com botão de fechar/ejetar e gaveta deslizante.
      4. Possuir software reprodutor e gravador de CD/DVD.
4. **Controladora de vídeo / Display:**
   1. 01 (uma) unidade compatível com o padrão SVGA, com no mínimo 256 MB de memória, com suporte resolução máxima de 1920x1080, modo de 16.7 milhões de cores e sinal de sincronismo vertical mínimo de 60 HERTZ.
   2. Possuir compartilhamento randômico da memória RAM.
   3. Deverá atender ao padrão DIRECTX 12 ou superior.
   4. Deverá possuir conector externo VGA (DB15) ou adaptador compatível;
   5. Deverá possuir uma saída digital podendo ser DisplayPort ou mini DisplayPort ou HDMI. Em qualquer um dos casos deverá ser fornecido adaptador que possibilite conexão com o padrão DVI.
   6. Tela de matriz ativa TFT ou LED com dimensão mínima de 14” e máxima de 14,5” polegadas na diagonal.
   7. Padrão “Plug & Play” e resolução nativa WXGA ou superior, com no mínimo 16 milhões de cores para iluminação e no mínimo 262 mil cores iluminação LED.
   8. Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela e em um monitor externo.
   9. Deverá possuir tratamento antirreflexivo. Não será aceito uso de película ou algo do gênero;
5. **Teclado / Mouse (integrados):**
   1. 1 (um) teclado compatível com o padrão ABNTII, retro iluminado. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNTII. Possuir todos os caracteres da Língua Portuguesa, inclusive “Ç”.
   2. Presença de, no mínimo, doze teclas de funções (F1-F12) situadas na porção superior do teclado.
   3. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.
   4. Dispositivo apontador integrado do tipo touchpad com dois botões e função de rolagem.
6. **Acessórios:**
   1. Dispositivo de acoplamento (Dock Station) com as seguintes configurações mínimas:
      1. Deve alimentar (recarregar) a bateria do notebook conectado;
      2. Conter as seguintes interfaces, em modo totalmente integrado ao notebook conectado:
         1. 05 (cinco) portas sendo no mínimo 02 (duas)USB 3.0;
         2. 02 (duas) saídas digitais DVI, podendo ser HDMI ou Display Port, com fornecimento de adaptadores para DVI;
         3. Uma saída VGA, podendo utilizar adaptador;
         4. Conexão Ethernet (RJ-45) Gigabit;
         5. Conexão para fone de ouvido;
         6. Conexão para microfone;
         7. Conexão para cabo de segurança (tipo Kensington Lock).
         8. Chave para travar o notebook na Dock Station ou cabo tipo kensington que permita travar o notebook em um local seguro, com cabo em aço de mínimo 70 centímetros, resistentes a cortes, acompanhado de duas chaves universais.
   2. 01 (um) mouse externo, com as seguintes características:
      1. Da mesma marca do mesmo fabricante do conjunto do equipamento proposto, podendo ser em regime OEM, desde que seja gravada no periférico a marca do fabricante do equipamento.
      2. Mouse de 2 botões, ambidestro (simétrico);
      3. Com tecnologia ótica (sem esfera);
      4. Funcionar sobre qualquer superfície, sem a necessidade de qualquer tipo de PAD especial;
      5. Com roda (wheel) para scroll;
      6. Resolução de 1000 dpi;
      7. Conector padrão USB, vedado o uso de qualquer adaptador ou conversor de padrão;
      8. Mouse pad com superfície adequada para utilização de mouse ótico;
   3. 01 (um) teclado externo padrão desktop para ser utilizado junto à Dock Station, com as seguintes características:
      1. Teclado com o conjunto de caracteres da língua portuguesa (padrão Brasil  ABNT 2), com conector USB integrado à placa principal;
      2. Da mesma marca do Fabricante do equipamento, seguindo o mesmo padrão de cores do gabinete (podendo ser em regime OEM).
   4. No mínimo com uma trava de segurança, tipo kensington que permita travar o notebook em um local seguro, com cabo em aço de mínimo 70 centímetros, resistentes a cortes, acompanhado de duas chaves universal.
   5. Maleta própria para notebook, em couro, poliéster ou nylon, na cor preta ou cinza escuro, com bolso interno para documentos e objetos e bolso externo para acomodar todos os acessórios que acompanham o equipamento (carregador, mouse, etc.), com peso de até 5 Kg e com qualidade construtiva que garanta resistência e proteção efetiva para o equipamento.
7. **Interfaces de rede local e Interface sem fio:**
   1. 01 (uma) interface de rede compatível com os padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosense, full- duplex e plug-and-play, configurável totalmente por software, com função wake-on-lan instalada e em funcionamento, PXE 2.1, TCP/IP/UDP Checksum Offload e RSS (Receive Side Scailling), com conector RJ-45.
   2. 01 (uma) interface de rede wireless padrão 802.11b/g/n/ac em slot padrão PCI-Express minicard ou PC Card interna ao gabinete. Não serão aceitas as ofertas de cartões do tipo USB, PCMCIA, Express Card ou similares. Suporte à tecnologia de criptografia: WEP 64 e 128 bits, WPA, WPA2;
   3. 01 (uma) uma interface Bluetooth v4.0 ou superior. Não sendo aceitas as ofertas externas.
8. **Softwares Agregados, Licenciamento, Configuração e Documentação.**
   1. **Windows 10 PRO 64 Bits**, ou superior, versão em português Brasil.
      1. As licenças deverão ser fornecidas em contrato “Microsoft OEM”;
   2. Para preparação da imagem padrão e processo de aceite, deverão ser entregues 2 (dois) equipamentos, conforme ofertado na proposta da licitante, sendo exatamente do mesmo modelo e configurações a serem fabricados conforme lote solicitado. **Não serão admitidas mudanças nas configurações entre os equipamentos disponibilizados para a preparação da imagem matriz e os demais equipamentos fornecidos**.
   3. Deverá acompanhar na instalação, 1 (um) CD/DVD contendo todos os drivers necessários para o funcionamento de todos os dispositivos do equipamento.
   4. Os equipamentos adquiridos deverão estar configurados com o perfil utilizado no Ministério Público do Estado de São Paulo, como por exemplo: fundo de tela, drivers de impressora, configurações de internet, etc;
   5. Este processo se dará da seguinte forma: um servidor do Ministério Público deverá preparar uma única máquina “modelo” com este perfil. Posteriormente, a empresa vencedora deverá capturar e replicar este modelo para todas as outras máquinas, obedecendo ao licenciamento “MICROSOFT OEM” do *software* Windows. Após a criação da máquina modelo (conforme perfil), a mesma deverá ser encaminhada ao Ministério Público para o processo de validação da imagem / equipamento.
   6. As máquinas deverão ser replicadas após a aprovação do “modelo” pelo Ministério Público do Estado de São Paulo;
   7. Caso haja necessidade de realizar trabalhos nas dependências da empresa vencedora, a qualquer época, por servidor (es) do Ministério Público, todos os custos (locomoção, estadia, refeições, etc.), deverão correr por conta da empresa vencedora;
   8. Programas necessários à instalação, configuração, utilização, diagnósticos e adequação de todos os modos de funcionamento do equipamento e das demais placas e componentes internos, com a respectiva documentação e mídia magnética (CD ou DVD), deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
   9. Manuais e documentação técnica necessária à instalação, configuração, operação do equipamento e de controle/monitoração do equipamento ofertado, deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
   10. A documentação técnica deverá ser clara, precisa, completa e original; devendo abranger todos os itens e componentes de *hardware*, incluindo, no mínimo, os seguintes tópicos:
       1. Descrição detalhada dos componentes internos e externos do equipamento;
       2. Referências técnicas completas de todo o *hardware*;
   11. Todos os dispositivos deverão vir acompanhados de seu respectivo “*driver*” padrão devendo estar disponíveis via web no site do fabricante do equipamento permitindo o download individual por dispositivo (Ex. Rede, Vídeo, Som, etc.) e download do pacote completo (Driver Pack) com drivers em formato .inf permitindo a implantação através do SCCM (Microsoft System Center Configuration Manager) conforme modelo do equipamento e versão do Sistema Operacional.
9. Deverá acompanhar cabo de rede na cor azul com 3 metros, categoria CAT5e, Norma EIA/TIA-568B e Padrão T568A.
10. Deverá acompanhar filtro de linha, com as seguintes características técnicas mínimas:
    1. Proteção contra sobretensão.
    2. Caixa plástica antichama.
    3. Com 06 tomadas (2P+T NBR 14136).
    4. Com interruptor liga / desliga e led indicativo.
    5. Com cabo de força de, no mínimo, 1,20 m.
    6. Com fusível instalado de 10 A, podendo ser rearmável, mais um fusível reserva.
    7. Voltagem de 110/220.
11. O equipamento proposto deverá estar em **linha** de produção na data da proposta, inclusive o processador.
12. Cada conjunto contendo o notebook e todos os demais acessórios como Dock Station, Mouse, Mouse Pad, Teclado, Cabos, Adaptadores de tomada, Manuais, etc., deverão estar acondicionados em um único volume (caixa) com estrutura para suportar o empilhamento de ao menos 4 unidades. Deverão constar na caixa do volume, etiqueta(s) com os códigos de barras, nomes dos itens (notebook, dock station e teclado) com seus respectivos números de património.
13. Os equipamentos deverão ser entregues prontos para executar o teste do Sysmark conforme o anexo 12.

**Garantia mínima:** de 48 (quarenta e oito) meses “*on site*” em todo o Estado de São Paulo, e para todos os componentes, inclusive a bateria, exceto para o filtro de linha e cabo de rede que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de aceite definitivo pelo Ministério Público. Caso ocorra qualquer problema no disco rígido, o componente defeituoso permanecerá em posse do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por medida de segurança e confidencialidade de informações.

O Ministério Público, através de seus técnicos, reserva-se o direito de abrir os equipamentos para instalação de periféricos, sem prejuízo da garantia.

**Prazo de entrega:** Em até 40 (quarenta) dias corridos a contar do 1º dia útil após a assinatura do contrato.

* **Quantidade:**

**Item 07 - Cota principal (95,5% do quantitativo do item): 191 (cento e noventa e uma) unidades.**

**Item 08 - Cota reservada (4,5% do quantitativo do item): 09 (nove) unidades.**

**Itens 09 e 10 – Microcomputadores (mini PC) 64 bits, com as seguintes características técnicas mínimas:**

1. **Microprocessador**
   1. 01 (um) processador, arquitetura x86, com suporte a 32bits e 64bits, capaz de executar 06 (seis) threads simultâneas com DMI 8 GT/s ou HT(HyperTransport) Bus 2.1 Mhz. Deverá suportar memória DDR4 2666 Mhz ou superior;
   2. O processador deve implementar mecanismos de redução de consumo de energia e deverá possuir controle automático para evitar superaquecimento que possa danificá-lo.
   3. O processador deverá suportar instruções de aceleração de criptografia AES-NI e virtualização de CPU e I/O.
   4. Deverá ser comprovado, o desempenho correspondente à pontuação mínima de 1300 (mil e trezentos) medido pelo software BAPCO Sysmark 2018, com 03 (três) iterações, conforme procedimentos descritos no **Anexo 12**.
2. **PLACA MÃE (MOTHERBOARD)**
   1. Com arquitetura Mini-ATX, Mini-BTX ou Mini-ITX, Hypertransport de no mínimo de 2666 MHz ou DMI de no mínimo 8 GT/s;
   2. A placa mãe deverá ser a mesma do fabricante do equipamento, não sendo aceita solução em OEM ou placas encontradas no mercado comum;
   3. A placa-mãe deverá possuir memória não volátil, para gravação de informações de inventário de hardware (placa mãe, processador, memória e disco), que sejam acessíveis remotamente pela rede, independente do estado do sistema operacional, bem como possibilitar sistema de alertas proativos que permitam minimizar o tempo de recuperação do equipamento defeituoso.
   4. Deve possuir no mínimo 1 (um) slot M.2 2280;
   5. Conectores integrados à placa mãe, para entrada/saída de sinal, identificados no padrão de cores PC’99 System Design Guide, bem como pelos nomes ou símbolos e disponibilizadas nas quantidades mínimas:
      1. 6 (seis) portas USB- 3.1, sendo pelo menos 2 (duas) localizadas na parte frontal do gabinete e somente 1 (uma) sendo no padrão USB-C, **não** sendo aceitos hub externo para compor essa quantidade de portas;
      2. 1 (um) conector para saída de som (Headphone) e outro para entrada (microfone) localizados na parte frontal do equipamento compatível com especificação AC'97 e/ou Sound Blaster 16/Pro ou superior.
   6. Deverá possuir, integrado à placa-mãe do computador (on-board), sem adaptações, subsistema de segurança TPM (Trusted Plataform Module) versão 2.0.
   7. Compatível com a especificação SMBIOS 2.4 ou superior.
   8. Permitir ligar e desligar o micro remotamente, utilizando protocolo TCP/IP, com controle de acesso, em horários programados, independente do estado do sistema operacional.
   9. Capacidade de acesso à BIOS através de outro computador conectado na rede no momento da inicialização do POST.
   10. Permitir inicialização remota a partir de imagem (ISO ou IMG), CD-ROM ou disquete instalado no console de gerenciamento.
   11. Deverá estar aderente às especificações do IAMT 12.0 ou DASH 1.0 e WS-MAN, definidas pelo DMTF (Desktop Management Task Force);
   12. Permitir acesso remoto, através de conexão TCP/IP, à interface gráfica do microcomputador (KVM over IP), com controle total de teclado e mouse, independente do estado, tipo e versão do sistema operacional instalado no microcomputador ofertado, com controle remoto total da BIOS e visualização das telas de POST e telas gráficas do sistema operacional. e) Permitir instalação de sistemas operacionais remotamente, com acesso remoto ao teclado e mouse além da visualização remota gráfica das telas de instalação.
   13. A máquina deverá suportar intervenção técnica do helpdesk via rede IP para atualização de BIOS, configuração de SETUP (CMOS) e boot remoto para execução de rotinas de diagnóstico, mesmo se o sistema operacional estiver inoperante.
   14. As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa-mãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante.
   15. O gerenciamento baseado em hardware deverá funcionar em redes seguras (Cisco NAC, Microsoft NAP).
   16. O controle remoto baseado em hardware deverá suportar modo gráfico.
   17. O hash público do órgão licitante deverá vir instalado de fábrica no firmware do equipamento para garantir total funcionamento dos recursos de gerenciamento baseado em hardware;
3. **BIOS**
   1. A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas, desde que o fabricante possua direitos (copyright) sobre o BIOS. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no sítio do fabricante;
   2. BIOS em português e inglês, desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>) e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager);
   3. A comprovação de compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada por meio do site [**http://www.uefi.org/members**](http://www.uefi.org/members), na categoria membros;
   4. Permitir leitura e configuração do Firmware através de comandos PowerShell ou WMI ou através de software de gerenciamento;
   5. A placa mãe deverá possuir o número de série do microcomputador e modelo do equipamento registrado na BIOS;
   6. Capacidade de habilitar e desabilitar USB através da BIOS;
   7. Deverá mostrar no monitor de vídeo o nome do fabricante do computador sempre que o computador for inicializado.
   8. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, com capacidade de proteção contra gravação, realizada por software;
   9. Suporte a ACPI 2.0 (Advanced Configuration and Power Interface) com controle automático de rotação do ventilador da CPU;
   10. Capacidade de proteção da memória flash contra gravação, realizada por intermédio da desativação de opção por software em configuração no setup do BIOS;
   11. Possuir controle de permissões de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador e outra para os recursos de administração do BIOS (Power On e Setup respectivamente);
   12. Deverá constar o **número do patrimônio** do equipamento no campo Etiqueta de equipamento **(Asset Tag)** na BIOS com a possibilidade de leitura através de software de inventário e comandos DMI 2.0 ou superior;
   13. O equipamento deverá ser entregue com o **Logotipo do MPSP** estampado na inicialização da BIOS do equipamento. Uma vez gravado, o logotipo deverá permanecer mesmo com reset de BIOS ou em caso de troca de bateria da placa mãe.
   14. Deverá o equipamento dispor de software para diagnóstico de problemas com as seguintes características:
       1. A fim de permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1...F12);
       2. O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento; processador; memória RAM; firmware do equipamento; capacidade do disco rígido;
       3. Deverá verificar, testar e emitir relatório, através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Processador; Memória; Disco rígido (ou memória de armazenamento);
   15. O sistema dever ser capaz de checar a integridade da BIOS do sistema e da aérea do código do Boot Block em flash a cada momento que o sistema for ligado ou desligado. A BIOS deve possuir sistema de verificação da integridade da BIOS em tempo real que ao menos garanta que apenas imagens confiáveis do código da BIOS sejam executados e que também impeça a execução de rootkits, vírus e malwares, essa verificação deve ser executada ao menos durante a inicialização. Deverá possuir log de eventos gerados pelo BIOS e Firmware do sistema que ao menos grave os registros críticos em memória flash não volátil, esses eventos devem ser acessíveis através do log de eventos do sistema operacional Windows ou por software de gerenciamento fornecido pelo fabricante do equipamento de forma que possam ser acessados via visualizador de eventos do mesmo, possibilitando o administrador local ou remoto ter visibilidade dos eventos ocorridos. A BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.
   16. Deverá ser entregue solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento como HDD, SSD e SSHD de maneira que as informações não possam ser recuperadas, mesmo quando utilizados recursos profissionais para essa finalidade, a solução deverá estar em conformidade com a NIST SP800-88r1 ou superior, ser do próprio fabricante do microcomputador ou de terceiros, porém homologada pelo fabricante do microcomputador;
4. **MEMÓRIA**
   1. Memória do tipo DDR4 ou superior.
   2. Frequência mínima de 2666MHz ou superior.
   3. Deverão ser fornecidos no mínimo 8 GB de memória RAM.
   4. O computador deverá suportar expansibilidade de memória total de no mínimo 32GBytes.
5. **CONTROLADOR DE DISCO**
   1. Serial ATA III ou superior, integrada à placa mãe, com capacidade para controlar, no mínimo, 1 (um) disco rígido para o equipamento ofertado, com velocidade de transferência de no mínima 6.0 GB/S;
6. **UNIDADE DE ARMAZENAMENTO** 
   1. 01 (uma) unidade de disco rígido SMART III ou superior, com capacidade mínima de 500GB podendo ser disco mecânico ou sólido (SSD)com as seguintes características:
      1. Formatos 3,5 pol ou 2,5 pol ou M.2 2280
      2. Interface SATA 6.0 GB/s
      3. 7.200 RPM no caso de disco mecânico ou Leitura/gravação sequencial de 500/450MB/s e expectativa de vida de 1 milhão de horas MTBF para disco sólido.
7. **Adaptador Hub USB com no mínimo as seguintes características:**
   1. Conexão USB 3.1 Type-c;
   2. Mínimo de 3 portas USB-A 3.0 ou superior;
   3. Cabo com comprimento de 50 CM;
   4. Compatibilidade Plug and Play.
8. **Unidade Óptica / DVD+/-RW:**
   1. 01 (uma) unidade leitora e gravadora de DVDRW, acoplada ao gabinete e com conexão USB formando um único conjunto, devendo seguir a mesma largura e cumprimento do gabinete ou unidade externa, conforme descrição abaixo:
      1. Padrão SATA/ATAPI.
      2. Padrão de gravação CD-R, CD-RW, DVD e DVDRW.
      3. Tecnologia Dual Layer, com botão de fechar/ejetar e gaveta deslizante.
      4. Possuir software reprodutor e gravador de CD/DVD, compatível com os padrões suportados pela unidade fornecida.
9. **INTERFACE DE VÍDEO**
   1. Controladora de vídeo compatível com o padrão SVGA, com no mínimo 512 MB de memória SDRAM e com possibilidade de alocação dinâmica de memória de vídeo;
   2. Suporte à resolução de 1920x1440, modo de 16.7 milhões de cores e sinal de sincronismo vertical mínimo de 60 HERTZ para as resoluções de 1920x1080;
   3. Barramento PCI-Express, sendo aceita solução onboard;
   4. Deverá atender ao padrão **DIRECTX 12** ou superior;
   5. Permitir a utilização de 03(três) monitores simultaneamente, com ou sem adaptador, com as funcionalidades monitor clone, monitor estendido, modo tela cheia no monitor secundário e permitir a abertura de outros aplicativos no monitor primário, de forma que não sobreponha ou paralise o vídeo no monitor secundário;
   6. 01 (uma) porta para monitor de vídeo padrão **DB15 VGA** e 02 (duas) portas digitais padrão **DVI ou Display Port ou HDMI** ou ainda a combinação entre elas, de modo a suportar o uso de três monitores simultaneamente e possibilitando estender a área de trabalho aos demais monitores. Caso as portas digitais não sejam DVI, deverão ser fornecidos adaptadores para permitir tal conexão;
10. **Monitor de video** 
    1. LED IPS:
    2. Policromático, widescreen com resolução mínima de 1920X1080 pontos para proporção 16:9
    3. Medida diagonal da tela de no mínimo 21,5”, com proporção 16:9 (widescreen);
    4. 1 (uma) saída analógica (VGA)
    5. 1 (uma) saída digital (DVI ou DisplayPort ou HDMI) devendo estar condizente com as saídas da CPU fornecida ou fornecimento de adaptador;
    6. Tempo de resposta: 08 milissegundos;
    7. Tratamento de superfície antirreflexivo e antiestático. Não será aceito uso de película ou algo do gênero;
    8. Distância entre pontos de 0,3 mm ou inferior;
    9. Mínimo de 16 milhões de cores;
    10. Exibição da imagem em modo não entrelaçado;
    11. Controles externos digitais para ajustes;
    12. Base pivotante que possibilite ajuste de altura, inclinação e rotação da tela podendo alternar para modo retrato ou paisagem;
    13. Deverá acompanhar os respectivos cabos lógicos (analógico e digital) e de força.
    14. Alimentação com ajuste automático (bivolt) 110/220 Volts sem utilização de fonte externa;
    15. O monitor deve respeitar o padrão de cores do gabinete do computador.

Deverá possuir informações com o número de série e modelo do monitor na BIOS do Monitor, permitindo sua leitura através de software de inventário.

1. **INTERFACE DE REDE LOCAL**
   1. Conector RJ-45 com led indicador de status, integrado a placa-mãe ou através de slot PCI-E;
   2. Total compatibilidade com rede Ethernet - padrões IEEE 802.2 e 802.3;
   3. Taxa de transmissão de 10/100/1000 Mbps, com o chaveamento automático entre as velocidades, suportando o modo de operação “Full Duplex” e auto-sense;
   4. Possuir suporte à tecnologia WOL (Wake-up On LAN) e PXE (Pré-boot Execution Enviroment;
2. **INTERFACE DE REDE SEM FIO**
   1. 01 (uma) interface de rede wireless padrão 802.11b/g/n/ac em slot padrão PCI-Express minicard ou PC Card interna ao gabinete. Não serão aceitas as ofertas de cartões do tipo USB, PCMCIA, Express Card ou similares.
   2. Homologada pela Anatel, possuindo o respectivo selo de homologação;
   3. Suporte à tecnologia de criptografia: WEP 64 e 128 bits, WPA, WPA2;
   4. Permitir gerenciamento remoto do equipamento através desta conexão;
   5. Antena integrada ao gabinete;
   6. 01 (uma) uma interface Bluetooth v4.0 ou superior. Não sendo aceitas as ofertas externas.
3. **INTERFACE DE ÁUDIO**
   1. Interface de áudio compatível com especificação AC'97 e/ou Sound Blaster 16/Pro ou superior, com drivers para Windows 7 e Windows 10 ou superior;
   2. Autofalante interno na CPU;
   3. Saída de som frontal para fones de ouvido e microfone;
4. **TECLADO**
   1. 01 (um) teclado por equipamento, sendo da mesma marca do Fabricante do equipamento, seguindo o mesmo padrão de cores do gabinete.
   2. Teclado com o conjunto de caracteres da língua portuguesa (padrão Brasil ABNT 2), com no mínimo 104 teclas, padrão USB, compatível com Windows 10;
   3. Identificação das teclas com serigrafia a quente ou alto-relevo ou dispositivo equivalente para evitar o apagamento da identificação da tecla;
   4. Teclas macias e confortáveis para digitação;
5. **MOUSE**
   1. Mouse óptico com interface USB e com cabo de no mínimo 1,5 m;
   2. Botão de rolagem roda central (Scroll Wheel);
   3. Resolução mínima de 1000 (mil e duzentos) dpi;
   4. Da mesma marca do Fabricante do equipamento, seguindo o mesmo padrão de cores do gabinete;
   5. Mouse pad ergonômico, com apoio para punho em espuma de poliuretano macia ou base de gel;
6. **GABINETE**
   1. Acabamento da chapa do gabinete em microtextura fosca com proteção contra cargas eletrostáticas e corrosão.
   2. O computador deve possuir botão liga/desliga e deve ser desligado por Software mantendo pressionado o botão, o qual deve possuir dispositivo de proteção para prevenir o desligamento acidental do computador.
   3. Deve possuir dispositivo de segurança conectado à placa mãe que permita ao software de gerenciamento detectar a violação física do gabinete mesmo desligado, e que gere eventos de sistema a serem armazenados em memória não-volátil da placa-mãe, acessíveis remotamente pela rede independente do estado do sistema operacional.
   4. Deve possibilitar a instalação de cadeado ou lacre de segurança em slot ou trava externa do gabinete de forma a impedir a abertura do gabinete.
   5. Caso possua alto-falante interno ao gabinete, este deverá ser desativado automaticamente quando conectado algum dispositivo de áudio externo à interface de som “line-out” frontal ou traseiro, passando a reprodução do som para esse dispositivo.
   6. Deverá ser entregue solução própria ou oficialmente homologada, devidamente comprovado por catálogo do fabricante, visando à fixação do equipamento ao monitor ofertado de forma que não cause risco de queda devido à instabilidade, sendo: fixação no próprio monitor ou no pedestal, deverá formar um conjunto único e compacto, utilizando o padrão VESA. A solução não poderá utilizar de frisagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes.
   7. No mínimo com uma trava de segurança, tipo kensington que permita travar a CPU ao monitor, com cabo em aço de mínimo 70 centímetros, resistentes a cortes, acompanhado de duas chaves universal.
   8. 01 (um) cabo Extensor USB 3.1 no padrão A Macho x A Fêmea, com tamanho entre de 1m e 1,8m devendo seguir o mesmo padrão de cor dos demais cabos dos equipamentos.
   9. O gabinete deverá ser “ToolLess” para abertura e remoção do disco rígido e memória, sendo permitido a utilização de parafusos recartilhados.
   10. Possuir o formato ultracompacto com volume máximo (obtido pela multiplicação da profundidade, largura e altura máximos) de 1.300cm³ desconsiderando a unidade de DVD caso esteja fisicamente acoplada; podendo ser utilizado na horizontal ou na vertical. Deverá possuir no máximo 2,5 litros considerando a unidade de DVD fisicamente acoplada, formando um único conjunto.
   11. Não serão aceitos gabinetes tipo minitorre ou desktops e não serão aceitos conectores ou orifícios de ventilação na parte superior da tampa.
   12. Fonte de alimentação externa de 110/220 Vac, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração, permitida pela placa mãe (Motherboard), possuindo potência máxima de até 135W e eficiência energética de no mínimo 87%;
   13. Caso seja fornecido no novo padrão (NBR 14136) de tomadas deverá ser fornecido adaptador que permita conexão para o padrão antigo. Serão aceitos somente adaptadores certificados, conforme exigência do Art. 3º da Portaria Inmetro nº 324, de 21/08/2007.
7. **Softwares Agregados, Licenciamento, Configuração e Documentação.**
   1. **Windows 10 PRO 64 Bits,** ou superior, versão em português Brasil.
   2. As licenças deverão ser fornecidas em contrato “Microsoft OEM”;
   3. Para preparação da imagem padrão e processo de aceite, deverão ser entregues 2 (dois) equipamentos, conforme ofertado na proposta da licitante, sendo exatamente do mesmo modelo e configurações a serem fabricados conforme lote solicitado. **Não serão admitidas mudanças nas configurações entre os equipamentos disponibilizados para a preparação da imagem matriz e os demais equipamentos fornecidos**.
   4. Deverá acompanhar na instalação, 01 (um) CD/DVD contendo todos os drivers necessários para o funcionamento de todos os dispositivos do equipamento.
   5. Os equipamentos adquiridos deverão estar configurados com o perfil utilizado no Ministério Público do Estado de São Paulo, como por exemplo: fundo de tela, drivers de impressora, configurações de internet, etc;
   6. Este processo se dará da seguinte forma: um servidor do Ministério Público deverá preparar uma única máquina “modelo” com este perfil. Posteriormente, a empresa vencedora deverá capturar e replicar este modelo para todas as outras máquinas, obedecendo ao licenciamento “MICROSOFT OEM” do *software* Windows. Após a criação da máquina modelo (conforme perfil), a mesma deverá ser encaminhada ao Ministério Público para o processo de validação da imagem / equipamento.
   7. As máquinas deverão ser replicadas após a aprovação do “modelo” pelo Ministério Público do Estado de São Paulo;
   8. Caso haja necessidade de realizar trabalhos nas dependências da empresa vencedora, a qualquer época, por servidor(es) do Ministério Público, todos os custos (locomoção, estadia, refeições, etc.), deverão correr por conta da empresa vencedora;
   9. Programas necessários à instalação, configuração, utilização, diagnósticos e adequação de todos os modos de funcionamento do equipamento e das demais placas e componentes internos, com a respectiva documentação e mídia magnética (CD ou DVD), deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
   10. Manuais e documentação técnica necessária à instalação, configuração, operação do equipamento e de controle/monitoração do equipamento ofertado, deverão ser entregues junto com o equipamento, após a contratação, podendo ser disponibilizado via web no site do fabricante do equipamento;
   11. A documentação técnica deverá ser clara, precisa, completa e original; devendo abranger todos os itens e componentes de *hardware*, incluindo, no mínimo, os seguintes tópicos:
       1. Descrição detalhada dos componentes internos e externos do equipamento;
       2. Referências técnicas completas de todo o *hardware*;
   12. Todos os dispositivos deverão vir acompanhados de seu respectivo “*driver*” padrão devendo estar disponíveis via web no site do fabricante do equipamento permitindo o download individual por dispositivo (Ex. Rede, Vídeo, Som, etc.) e download do pacote completo (Driver Pack) com drivers em formato **.inf** permitindo a implantação através do SCCM (Microsoft System Center Configuration Manager) conforme modelo do equipamento e versão do Sistema Operacional.
8. Deverá acompanhar cabo de rede na cor azul com 3 metros, categoria CAT5e, Norma EIA/TIA-568B e Padrão T568A.
9. Deverá acompanhar filtro de linha, com as seguintes características técnicas mínimas:
   1. Proteção contra sobretensão.
   2. Caixa plástica antichama.
   3. Com 06 tomadas (2P+T NBR 14136).
   4. Com interruptor liga / desliga e led indicativo.
   5. Com cabo de força de, no mínimo, 1,20 m.
   6. Com fusível instalado de 10 A, podendo ser rearmável, mais um fusível reserva.
   7. Com voltagem de 110/220V.
10. O equipamento proposto deverá estar em linha de produção na data da proposta, inclusive o processador.
11. Exceto para a embalagem do monitor, todos os demais acessórios como Mouse, Mouse Pad, Teclado, Cabos, Adaptadores de tomada, Manuais, etc., deverão estar acondicionados juntamente com a CPU.
12. Os equipamentos deverão ser entregues prontos para executar o teste do Sysmark conforme o anexo 12.

* **Garantia mínima:** de 48 (quarenta e oito) meses “*on site*” em todo o Estado de São Paulo, e para todos os componentes, exceto o filtro de linha e cabo de rede que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de aceite definitivo pelo Ministério Público. Caso ocorra qualquer problema no disco rígido, o componente defeituoso permanecerá em posse do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por medida de segurança e confidencialidade de informações.
* O Ministério Público, através de seus técnicos, reserva-se o direito de abrir os equipamentos para instalação de periféricos, sem prejuízo da garantia.
* **Prazo de entrega:** Em até 40 (quarenta) dias corridos a contar do 1º dia útil após a assinatura do contrato.
* **Quantidade:**

**Item 09 - Cota principal (99,3% do quantitativo do item): 1.986 (mil, novecentos e oitenta e seis) unidades.**

**Item 10 - Cota reservada (0,7% do quantitativo do item): 14 (quatorze) unidades.**

**Itens 11 e 12 – Monitores de vídeo, com as seguintes características técnicas mínimas:**

* 1. LED ou IPS:
  2. Policromático, widescreen com resolução mínima de 1920X1080 pontos para proporção 16:9
  3. Possui gabinete na cor preta.
  4. Medida diagonal da tela de no mínimo 21,5”, com proporção 16:9 (widescreen);
  5. 1 (uma) porta analógica (VGA)
  6. 1 (uma) porta digital (DVI ou DisplayPort ou HDMI);
  7. Tempo de resposta: 08 milissegundos;
  8. Tratamento de superfície antirreflexivo e antiestático. Não será aceito uso de película ou algo do gênero;
  9. Distância entre pontos de 0,3 mm ou inferior;
  10. Mínimo de 16 milhões de cores;
  11. Exibição da imagem em modo não entrelaçado;
  12. Controles externos digitais para ajustes;
  13. Base pivotante que possibilite ajuste de altura, inclinação e rotação da tela podendo alternar para modo retrato ou paisagem;
  14. Deverá acompanhar os respectivos cabos lógicos (analógico e digital) e de força.
  15. Alimentação com ajuste automático (bivolt) 110/220 Volts sem utilização de fonte externa;
  16. Caso a porta digital do monitor for DVI ou HDMI, deverá ser fornecido adaptador com rabicho que permita conexão com porta DisplayPort, conforme modelos abaixo:





* **Garantia: 48** (quarenta e oito) meses on-site, em todo Estado de São Paulo, a contar da data de aceite definitivo pelo Ministério Público.
* **Prazo de entrega:** Em até 40 (quarenta) dias corridos a contar do 1º dia útil após a assinatura do contrato.
* **Quantidade:**

**Item 11 - Cota principal (97,62% do quantitativo do item): 3.905 (três mil, novecentos e cinco) unidades.**

**Item 22 - Cota reservada (2,37% do quantitativo do item): 95 (noventa e cinco) unidades.**

**OBSERVAÇÕES**

1. Deverá constar a marca, modelo e procedência dos equipamentos cotados.
2. Garantia dos produtos: ........ (.............) meses - no mínimo 48 (quarenta e oito) meses on site, a contar do aceite definitivo.
3. Os equipamentos serão entregues nas condições previstas no ITEM X – DAS CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO do Edital.

|  |
| --- |
|  |

**Anexo 2**

**MODELO DE DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O SUBITEM 1.5.1 DO ITEM IV DO EDITAL**

Eu, \_\_\_, portador do RG nº \_\_ e do CPF nº \_\_, representante legal da licitante \_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2019 do MPSP, DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que a referida licitante:

a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;

b) não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999 e do art. 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;

c) não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedações previstas na Resolução CNMP nº 37/2009, com suas alterações, em especial nos artigos 3º e 4º, e alterações posteriores.

São Paulo, ..... de ...................... de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone, e-mail e número de fax, se houver.

**Anexo 3**

**MODELO - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2019, Processo n° 027/2019 - FED, DECLARO, sob as penas da lei, especialmente do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c)o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

São Paulo, ..... de ...................... de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone, e-mail e número de fax, se houver.

**Anexo 4**

**MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2019**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2019

PROCESSO Nº 027/2019 - FED

O **Ministério Público do Estado de São Paulo**, por meio do FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ nº 13.885.115/0001-52, situado na Rua Riachuelo, 115, Centro, São Paulo, SP, CEP 01007-904, na qualidade de Órgão Gerenciador, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Doutor **RICARDO DE BARROS LEONEL,** Promotor de Justiça, no exercício da competência delegada pelo Ato nº 045/03 - PGJ, de 15 de maio de 2003, doravante designado **MPSP**, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seus documentos constitutivos, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, do Decreto nº 47.297, de 06/11/2002, e, onde couber, do Decreto Estadual nº 63.722, de 21 de setembro de 2018, com as alterações que lhe foram incorporadas e Ato (N) nº 597/2009 – PGJ, de 01/07/2009, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

**DETENTORA**

Denominação: ...........................

Endereço: ..................................

CNPJ: ........................................

Representante Legal: .................

CPF: ..........................................

ITEM 1

QUANTIDADE:

PREÇO UNITÁRIO: R$

DETENTORA:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. Registro de Preços para aquisição de **equipamentos de informática**, destinados a atender às necessidades desta Instituição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE ENTREGA**

2.1. Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades do MPSP e por meio da emissão de nota(s) de empenho e a assinatura do respectivo termo de contrato.

2.2. Os equipamentos deverão ser entregues, em até 40 (quarenta) dias corridos, a contar do 1º (primeiro) dia útil, seguinte à assinatura do contrato, no Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC, localizado na Avenida Casa Verde, 571 / 593 – Casa Verde – SP – Telefones: (11) 3775-4195, no horário das 9:30 às 12:30 horas e das 13:30 às 15:30 horas, em dias úteis, ou em outro local a ser definido oportunamente nos limites da Capital, a critério da Administração, sem ônus adicional para o Ministério Público do Estado de São Paulo.

2.3. Correrão por conta da DETENTORA todas as despesas pertinentes, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

2.4. Constatada divergência entre os materiais entregues e os materiais especificados na proposta, a DETENTORA deverá substituí-los em, no máximo, 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da recusa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de **12** (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

**CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

* 1. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia a contar da data de emissão do Termo de Aceite Definitivo relativo a cada item entregue, a ser efetuado por esta Instituição, e será processado mediante crédito em conta corrente da DETENTORA no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente.
  2. No caso de devolução da nota fiscal ou fatura, por sua inexatidão ou de dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 4.1 será contado da data de entrega da referida correção.
  3. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore* em relação ao atraso verificado.
  4. Constitui condição para a realização do pagamento, a inexistência de registro em nome da DETENTORA no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – Cadin Estadual.

4.5. Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme o caso e legislação em vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

5.1. A DETENTORA obriga-se a proceder à entrega em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2. À DETENTORA caberá a responsabilidade total pelo fornecimento do objeto contratado.

5.3. A DETENTORA obriga-se a garantir o objeto contratado pelo prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da aceitação definitiva do mesmo.

5.4. A DETENTORA deverá comunicar às alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MPSP**

6.1. Cabe ao MPSP efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES**

7.1. Aplicam-se às contratações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Ato (N) nº 308/2003 - PGJ, de 18 de março de 2003.

**CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 028/2019, seus Anexos e a proposta da DETENTORA.

8.2. A existência de preços registrados não obriga o MPSP a firmar as contratações que deles poderão advir.

**CLÁUSULA NONA - FORO**

9.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo.

9.2. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

São Paulo, ........ de ............................. de 2019.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**RICARDO DE BARROS LEONEL** DETENTORA(S)

PROMOTOR de Justiça

Diretor-Geral

**Testemunhas**:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

RG nº RG nº

**ANEXO 5**

**ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO E PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **QUANT. MÁXIMA ANUAL** | **QUANT. MÍNIMA ANUAL** | **UNID.** | **QUANTIDADE MÁXIMA PARA CADA AQUISIÇÃO INDIVIDUAL** | **QUANTIDADE MÍNIMA PARA CADA AQUISIÇÃO INDIVIDUAL** | **PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R$)** | **PREÇO MÁXIMO TOTAL**  **(R$)** |
| 1 (COTA PRINCIPAL – 99,3% DE 2.000) | Microcomputador com 8GB de memória e disco de 500GB HDD | 1.986 | 200 | Peça | 1.986 | 20 | **5.643,75** | **11.208.487,50** |
| 2 (COTA RESERVADA -0,7% de 2.000) | Microcomputador com 8GB de memória e disco de 500GB HDD | 14 | 04 | Peça | 14 | 02 | **5.643,75** | **79.012,50** |
| 3 (COTA PRINCIPAL – 99,4% DE 2.000) | Microcomputador com 8GB de memória e disco de 500GB SSD | 1.988 | 200 | Peça | 1.988 | 20 | **6.647,25** | **13.214.733,00** |
| 4 (COTA RESERVADA – 0,6% DE 2.000) | Microcomputador com 8GB de memória e disco de 500GB SSD | 12 | 04 | Peça | 12 | 02 | **6.647,25** | **79.767,00** |
| 5 (COTA PRINCIPAL – 99,5% DE 2.000) | Notebook com 8GB de memória e disco de 500GB HDD | 1.990 | 200 | Peça | 1.990 | 20 | **7.322,50** | **14.571.775,00** |
| 6 (COTA RESERVADA – 0,5% DE 2.000) | Notebook com 8GB de memória e disco de 500GB HDD | 10 | 04 | Peça | 10 | 02 | **7.322,50** | **73.225,00** |
| 7 (COTA PRINCIPAL – 95,5% DE 200) | Notebook com 16GB de memória e disco de 500GB SSD | 191 | 50 | Peça | 191 | 05 | **8.391,25** | **1.602.728,75** |
| 8 (COTA RESERVADA – 4,5% DE 200) | Notebook com 16GB de memória e disco de 500GB SSD | 09 | 04 | Peça | 09 | 02 | **8.391,25** | **75.521,25** |
| 9 (COTA PRINCIPAL – 99,3% DE 2.000) | Microcomputador (mini PC) com 8GB de memória e disco de 500GB | 1.986 | 200 | Peça | 1.986 | 20 | **5.660,50** | **11.241.753,00** |
| 10 (COTA PRINCIPAL – 0,7% DE 2.000) | Microcomputador (mini PC) com 8GB de memória e disco de 500GB | 14 | 04 | Peça | 14 | 02 | **5.660,50** | **79.247,00** |
| 11 (COTA PRINCIPAL – 97,62% DE 4.000) | Monitor de vídeo | 3.905 | 400 | Peça | 3.905 | 40 | **840,67** | **3.282.816,35** |
| 12 (COTA PRINCIPAL – 2,37% DE 4.000) | Monitor de vídeo | 95 | 20 | Peça | 95 | 04 | **840,67** | **79.863,65** |

**ANEXO 6**

**ATO (N) Nº 308/2003 - P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003**

**Publicado no D.O.E. de 19.03.2003**

Estabelece normas para a aplicação de multas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 19, inciso IX, alínea "a", da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993,

Considerando o que estabelece o artigo 115 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações,

Considerando a necessidade de se adaptar a atual norma sobre aplicação de multas no âmbito deste Ministério Público,

Resolve:

**Artigo 1º** - A sanção administrativa de multa prevista na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, será aplicada, no âmbito deste Ministério Público, de acordo com as normas estabelecidas neste Ato.

**Artigo 2º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Ministério Público, ensejará a aplicação de multa correspondente a 40% (quarenta por cento) a 100% (cem por cento) do valor do respectivo do ajuste, conforme previsto no edital.

Artigo 3º - O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento do material, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

**I** - de 1% (um por cento) ao dia, para atraso até 30 (trinta) dias;

**II** - de 2% (dois por cento) ao dia, para atraso superior a 30 (trinta) dias, limitado a 45 (quarenta e cinco) dias;

**III** - atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias, caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no artigo 6º.

**Artigo 4º** - O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil, de expediente da Instituição, subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega do material ou execução da obra ou do serviço, até o dia anterior à sua efetivação.

**Artigo 5º** - O material recusado ou serviço executado em desacordo com o estipulado, deverá ser substituído ou refeito no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da recusa.

**Parágrafo único** - A não ocorrência da substituição ou nova execução dos serviços ensejará a aplicação da multa estabelecida no artigo 3º deste Ato, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no "caput" deste artigo.

**Artigo 6º** - Pela inexecução total ou parcial dos serviços, obras ou fornecimento de materiais poderá ser aplicada multa:

**I** - de 20 (vinte por cento) a 100% (cem por cento), sobre o valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;

**II** - no valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação ou contratação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

**§ 1º** - Na aplicação da multa a que se refere o inciso I deste artigo, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues e os prejuízos causados à Instituição e à reincidência da contratada.

**§ 2º** - As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

**Artigo 7º** - O pedido de prorrogação do prazo para conclusão de obras, serviços ou para entrega de materiais, deverá ser encaminhado à Diretoria Geral e só será apreciado se apresentado antes do vencimento do prazo pactuado, devidamente justificado.

**Parágrafo único** - A unidade requisitante manifestar-se-á prévia e obrigatoriamente acerca da possibilidade de ser concedida a prorrogação ou da ocorrência de eventuais prejuízos.

**Artigo 8º** - A aplicação de multa prevista neste Ato será apurada em procedimento administrativo, assegurada a defesa prévia, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

**Artigo 9º** - Da aplicação da multa caberá recurso administrativo, que poderá ser interposto no Protocolo Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação.

**Artigo 10** - Decorridos 15 (quinze) dias da notificação da decisão definitiva, o valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, será:

**I** - descontado da garantia prestada quando da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

**II** - descontado de pagamentos eventualmente devidos, quando não houver garantia ou esta for insuficiente; ou

**III** - recolhido por intermédio de guia de recolhimento específica, pela própria pessoa física ou jurídica multada, preenchendo-se o campo respectivo com o código nº 500, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A.

**Parágrafo único** - Os valores provenientes das multas constituem receitas do Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 10.332, de 21 de junho de 1999.

**Artigo 11** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação da decisão definitiva de aplicação da multa e não tendo sido ela quitada, serão adotadas as medidas necessárias visando sua cobrança.

**Parágrafo único** – A atualização monetária da multa será efetuada, até a data de seu efetivo pagamento, com base no INPC – IBGE.

**Artigo 12** - As sanções previstas neste Ato são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989.

**Artigo 13** - O presente Ato deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação, contratos ou equivalentes.

**Artigo 14** - As disposições constantes deste Ato aplicam-se, também, às contratações decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 15** - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato (N) nº 229/2000 - PGJ, de 03 de março de 2000.

**ANEXO 7**

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**RESOLUÇÃO Nº 37, DE 28 DE ABRIL DE 2009**

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**(Publicada no Diário da Justiça, de 18/05/2009, pág. 03)**

ALTERA AS RESOLUÇÕES CNMP Nº01/2005, Nº07/06 E Nº21/07, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA SÚMULA VINCULANTE Nº13 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

            O Conselho Nacional do Ministério Público, no exercício da competência prevista no art. 130-A, §2°, inciso II, da Constituição Federal e com arrimo no artigo 19 do Regimento Interno, à luz dos *considerando* mencionados nas Resoluções CNMP n° 01, de 07.11.2005, n° 07, de 17.04.2006, e n° 21, de 19.06.2007, e considerando, ainda, o disposto na Súmula Vinculante n° 13 do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a decisão plenária tomada na sessão realizada no dia 28.04.2009;

**RESOLVE**

**Art. 1°** - É vedada a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções comissionadas, no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art. 2°** - É vedada a nomeação ou designação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor ocupante, no âmbito do mesmo Ministério Público, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, para exercício de cargo em comissão ou função comissionada, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art. 3º** Constituem práticas de nepotismo vedadas no âmbito de todos os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados: (Redação dada pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

**I** – a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

**II** – a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

**§ 1º** A vedação prevista no inciso II deste artigo não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

**§ 2º** A vedação constante do inciso II deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

**§ 3º** A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017).

**Art. 4°** - É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão-de-obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

**Parágrafo único**: Cada órgão do Ministério Público estabelecerá, nos contratos firmados com empresas prestadoras de serviços, cláusula proibitiva da prestação de serviço no seu âmbito, na forma estipulada no caput.

**Art. 5°** - Na aplicação desta Resolução serão considerados, no que couber, os termos do  Enunciado n° 01/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Art. 6°** - Ficam mantidos os efeitos das disposições constantes do artigo 5° da Resolução CNMP n° 01 de 07.11.2005, do artigo 3° da Resolução CNMP n° 07, de 17.04.2006, e do art. 3° da Resolução CNMP n° 21, de 19.06.2007.

**Art. 7º** - Os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados adotarão as providências administrativas para adequação aos termos desta Resolução no prazo de trinta dias.

**Art. 8°** - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 28 de abril de 2009.

ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

**ANEXO 8**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Processo nº 027/2019 FED

Pregão nº 028/2019

Órgão: Ministério Público do Estado de São Paulo

........... (Localidade) ......... , ...... de ............... de 2019.

( texto para o caso de a licitante ser revenda)

Declaramos, sob as penas da lei, que forneceremos o equipamento ....................... (indicar o equipamento proposto), cujo fabricante é a empresa .................... (indicar o fabricante do equipamento proposto).

Declaramos também que, caso sejamos vencedores do presente certame, apresentaremos a relação dos endereços dos Centros de Assistência Técnica no momento da assinatura do contrato.

OU

 (texto para o caso de a licitante ser a fabricante do equipamento)

Declaramos, sob as penas da lei, que somos fabricantes do equipamento ................. (indicar o equipamento proposto) e que temos a disponibilidade de Centros de Assistência Técnica adequadamente estruturados, isto é, dispõem de kit de reparo, kit de limpeza, instrumentos de teste, partes e peças para reposição e técnicos na quantidade necessária para prestarem os serviços de assistência técnica durante todo o período de garantia nas condições especificadas neste edital.

Declaramos também que, caso sejamos vencedores do presente certame, apresentaremos a relação dos endereços dos Centros de Assistência Técnica no momento da assinatura do contrato.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**[Assinatura do(s) Representante Legal(is) da Licitante]”.**

Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone, e-mail e número de fax, se houver.

**ANEXO 9**

**MINUTA DO TERMO CONTRATUAL**

PROCESSO Nº 027/2019 - FED

CONTRATO Nº......................./2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2019

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI FAZEM O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, E ..................., RELATIVAMENTE AOS ITENS ..................DO PREGÃO Nº 028/2019

Aos ............ dias do mês de ................... de 2019, no edifício-sede do **Ministério Público do Estado de São Paulo,** situado na Rua Riachuelo nº 115, CEP nº 01007-904, nesta Capital, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, C.N.P.J./MF nº 13.885.115/0001-52, neste ato representado pelo Doutor **RICARDO DE BARROS LEONEL,** Promotor de Justiça, Diretor-Geral, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro, ........................................., CNPJ nº .........................., estabelecida na ................................, CEP nº ................., neste ato representada pelo(a) Senhor(a) .................................., RG nº ...................................., CPF nº ...................................................................., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, os quais têm certo e ajustado o presente Contrato, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei Estadual nº 6.544/89, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto da presente avença, o fornecimento ao **CONTRATANTE**, de *...................(definir quantidades, materiais e suas respectivas marcas)*..................., constante(s) do Pregão nº 028/2019, obedecidas as disposições estabelecidas no edital e as condições de fornecimento constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA** no mencionado procedimento.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência da data de sua assinatura até a emissão do Termo de Aceite Definitivo pelo CONTRATANTE, ressalvada a garantia estabelecida neste contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, DO PRAZO E DA FORMA DE

## FORNECIMENTO

**3.1**. Os equipamentos deverão ser entregues, em até 40 (quarenta) dias corridos a contar do 1º dia útil após a assinatura do contrato, no Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, localizada na Avenida Casa Verde, 571/593 – Casa Verde - SP ou outro endereço a ser definido oportunamente nesta capital, a critério da Administração – Telefones: (11) 3775.4195, no horário das 9:30 às 12:30 horas e das 11:00 às 15:30 horas, em dias úteis.

**3.2.** A (s) entrega (s) poderá (ão) ser efetuada (s) parcialmente, desde que a entrega total não ultrapasse o prazo máximo estipulado no subitem 3.1.

**3.3.** Somente os servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo poderão receber os equipamentos.

**3.4.** O **CONTRATANTE** se reserva o direito de aceitar equipamento(s) com especificação superior à proposta oferecida pela(s) **CONTRATADA**(s), caso aconteça uma das situações a seguir:

* + 1. Caso no momento da entrega dos equipamentos, a **CONTRATADA** encontre dificuldades para o cumprimento do apresentado na proposta técnica, devido a não continuidade de produção de algum componente, desde que, a qualidade dos componentes seja superior a oferecida na Proposta, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**.
    2. Caso no momento da entrega dos equipamentos, a **CONTRATADA** ofereça uma configuração superior a oferecida na Proposta Técnica, a mesma passará por testes e aprovações, e poderá ser aceita desde que não traga ônus para o **CONTRATANTE.**
    3. Não serão aceitos equipamentos com configurações diferentes dentro do mesmo lote.
  1. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com os cabos, acessórios, conectores, interfaces, parafusos, suportes, "*drivers*", programas de configuração e demais dispositivos necessários ao seu perfeito e efetivo funcionamento.
     1. Estar acompanhados de documentação completa (manuais, diagramas, termos de garantia, etc.) e atualizada em português, necessária à instalação e operação dos mesmos. Não serão aceitas cópias de qualquer tipo; a documentação deverá ser fornecida em sua forma original.
     2. Possuir garantia permanente contra defeitos de montagem de *hardware*.
     3. Ser acondicionados conforme praxe do fabricante, devendo garantir proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor. Na parte externa das embalagens, deverá ser afixada etiqueta constando o número de série do(s) equipamento(s), além de espaço em branco, reservado para identificação pelo CONTRATANTE, do(s) número(s) do(s) patrimônio(s) a ser(em) recebido(s).
     4. Juntamente com a nota fiscal deverá ser entregue por meio magnético, arquivos que os identifiquem, no seguinte formato:

1. Lay-out do arquivo (de preferência separados em lotes – ex: uma planilha para cada lote)

* **Lay-out do arquivo**

Descrição Tipo Tamanho

Nº Item do edital Caracter 01

Tipo do equipamento Caracter 15

Nº Sequencial Caracter 03

Nº Série Caracter 15

Nº Nota fiscal Caracter 12

Endereço da entrega Caracter 40

Cidade da entrega Caracter 40

Nome da UA (Unidade Administrativa)

Numero de Patrimônio

**onde:**

**Nº Item do edital** - número do item no edital do referido equipamento.

**Tipo do equipamento** – Computador (por exemplo).

**Nº Sequencial** - número sequencial do equipamento. Por exemplo, para o item 1 (2.000 computadores) teremos Nº Sequencial de 001 a 2.000.

**Nº Série** - número de série do equipamento.

**Nº Nota fiscal** - número da nota fiscal de venda do equipamento.

**Endereço da entrega** – nome do logradouro definido pelo Ministério Público para entrega do equipamento.

**Cidade da entrega** – cidade onde foi entregue o equipamento.

**Nome da UA** – Nome da Unidade Administrativa do Ministério Público

**Número de Patrimônio** – numero do patrimônio atribuído ao equipamento

* **Observações :**

1. O arquivo deverá ser gerado no formato XLS (Excel).
2. Devem ser utilizadas apenas letras maiúsculas;
3. Deve ser utilizada 1 linha para cada equipamento.
4. Para os microcomputadores, devem ser gerados registros para a CPU, o monitor e o teclado.

**3.5.5**. A **CONTRATADA** deverá fixar nos equipamentos chapa/etiqueta com número de controle patrimonial, a ser fornecida pelo **CONTRATANTE** juntamente com as instruções para fixação das mesmas, antes do início da entrega.  O número de controle patrimonial deverá, também, ser registrado em suas embalagens externas, através de etiqueta adesiva (fornecida e confeccionada pelo fornecedor).

**3.5.6.** **A CONTRATADA** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, juntamente com as Notas Fiscais, relatório contendo o número da Nota Fiscal, o local de entrega, o número de série do equipamento e o número do controle patrimonial.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DO ACEITE DEFINITIVO**

**4.1.** Após a entrega de 01 (um) equipamento modelo, o **CONTRATANTE** submeterá o mesmo à verificação quanto às especificações constantes deste Edital e da Proposta Comercial. As verificações serão realizadas a critério do **CONTRATANTE.**

* 1. Após a entrega dos equipamentos e o recebimento das respectivas notas fiscais, o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, emitirá Termo de Aceite Definitivo dos equipamentos, em até 15 (quinze) dias corridos, que será assinado por servidor da **CONTRATANTE.**

**4.3.** No caso de constatada divergência entre o equipamento entregue e o equipamento especificado na Proposta e nesta licitação, a **CONTRATADA** deverá efetuar a substituição em, no máximo, 10 (dez) dias, sendo realizados novos testes.

## CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO E RECURSOS CONSIGNADOS

Para efeito legal, o valor do presente Contrato é de R$ .......... (.........), onerando os recursos de despesa dos elementos 449052-20 – Equipamentos de Tecnologia da Informação – UGE 27.00.33 – FED – Ministério Público, Atividade 615 – Aperfeiçoamento das Atividades do Ministério Público.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO**

* 1. Pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o preço unitário de R$ ............(................), perfazendo um total de R$ .................(.....................), para fornecimento do produto constante do item ........
  2. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia a contar da data de aceitação definitiva, e se processará mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente.
  3. No caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura, por sua inexatidão ou na dependência de apresentação de carta corretiva, o prazo fixado no item 6.2. será contado da data de entrega da referida correção.
  4. É necessária a menção do número da conta corrente e da agência do Banco do Brasil S.A., em que a **CONTRATADA** seja correntista, para fins de pagamento.
  5. Os acréscimos ou supressões, nos termos do disposto na Cláusula 8ª, implicarão alteração do valor contratado a partir da data da vigência do Termo Aditivo, até o vencimento deste Contrato.
  6. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados ‘pro rata tempore’ em relação ao atraso verificado.
  7. Constitui condição para a realização do pagamento, a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento.
  8. Na Nota Fiscal ou Fatura deverá constar, obrigatoriamente, a descrição completa do(s) equipamento(s) entregues, quantidade, marca, características, acessórios, valor unitário e total geral.
  9. Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme o caso e nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

* 1. A **CONTRATADA** se obriga a:
     1. Proceder à entrega em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter, durante toda a execução deste Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
     2. Assumir total responsabilidade pelo fornecimento do objeto deste Contrato;
     3. Garantir o objeto deste contrato contra problemas e defeitos, nos prazos de garantia especificados para cada equipamento, contados a partir da aceitação definitiva dos mesmos.
     4. Caso o(s) equipamento(s) apresente(m) defeito ou problemas durante o prazo de garantia, a **CONTRATAD**A deverá designar técnico para atendimento no local para diagnóstico e solução do problema em, no máximo, 08  (oito) horas úteis, a contar da abertura do chamado técnico, conforme horário de atendimento mencionado no subitem 7.1.5.,   munido (do kit recovery homologado para este modelo e) de todas as peças e componentes necessários para a conclusão definitiva do conserto ou problema, devendo ser realizado pelo mesmo fornecedor e na mesma visita. Não sendo resolvido o defeito ou o problema no prazo estipulado, ou se houver necessidade de reparos fora das dependências do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá colocar à disposição deste, no momento da própria visita, equipamento backup configurado e devidamente formatado, conforme subitem 7.4, durante o prazo de execução do reparo, que não poderá ultrapassar 15 (quinze) dias corridos. Na retirada do equipamento backup, este deverá ser formatado na presença do usuário garantindo a exclusão dos dados do usuário.
     5. O atendimento deverá ser realizado das 09:00 às 18:00 horas de 2ª a 6ª feira, exceto feriados.
     6. Todo atendimento deverá ser realizado por conta da **CONTRATADA**, presencialmente e diretamente na localidade, nos termos estabelecidos no contrato. Não serão aceitos testes ou realização de procedimentos por telefone, whatsapp ou e-mail. Será facultado o contato telefônico com o usuário exclusivamente para fins de agendamento.
     7. Havendo necessidade de reinstalação do software Windows, fornecido com os equipamentos, a **CONTRATADA** será responsável por sua instalação através do kit recovery homologado para este modelo, configuração na rede de dados através de assistente de integração, ativação do Office, bem como pela realização de backup e restore de todos as pastas, arquivos e dados do usuário, inclusive arquivos do tipo PST e configuração do correio eletrônico da Instituição, conforme modelo Anexo 13, devendo ser realizado pelo mesmo fornecedor e na mesma visita.
     8. A **CONTRATADA**  deverá, quando necessário, proceder a configuração e instalação dos equipamentos reparados, substituídos ou equipamentos backup, através do kit recovery homologado para este modelo, configuração na rede de dados através de assistente de integração, ativação do Office, bem como pela realização de backup e restore de todos as pastas, arquivos e dados do usuário, inclusive arquivos do tipo PST e configuração do correio eletrônico da Instituição, conforme modelo Anexo 13, devendo ser realizado pelo mesmo fornecedor e na mesma visita.
     9. Caso haja necessidade de substituição de disco(s) rígido(s) do(s) equipamento(s) durante o período de garantia, o(s) disco(s) rígido(s) defeituoso(s) deverá(ão) permanecer em posse da **CONTRATANTE** para garantir a integridade e o sigilo dos dados armazenados.
     10. Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, a retirada, transporte, entrega ou devolução  de todo o equipamento em que houver necessidade de reparos em laboratório. Caberá a **CONTRATADA** o fornecimento e substituições de toda e qualquer peça ou componente, quando se fizer necessário, por peças ou componentes originais, novos, de capacidade igual ou superior, sem ônus adicional para à  **CONTRATANTE,** devendo ser devidamente descritas em relatório técnico assinado e deixado cópia em posse do usuário.
     11. A **CONTRATADA** deverá fornecer site próprio ou e-mail para registro dos chamados técnicos além de número de telefone da central de atendimento, de modo que a Instituição não assuma as despesas referentes às ligações interurbanas (0800). No caso de abertura de chamado por e-mail, o registro da data e hora de abertura do chamado fica valendo pela data e hora do envio da mensagem, devendo o e-mail ser respondido retornando o número de chamado da **CONTRATADA**, em no máximo 02 (duas) horas.
     12. Os chamados técnicos poderão ser registrados por pessoal sem conhecimento técnico, seja pelo **CONTRATANTE**  ou por empresa credenciada para essa finalidade sem prejuízo ao atendimento. Durante a abertura dos chamados, não serão realizados testes. Os registros dos chamados deverão ser realizados de forma prática, rápida e simples, sem ônus à **CONTRATANTE,** bastando apenas, fornecimento de informações básicas para o atendimento, como a unidade administrativa, contato, telefone, endereço da localidade e dados do equipamento como modelo, patrimônio, série, breve descrição do problema e número de chamado interno da **CONTRATANTE**, que deverá ser utilizado como referência para acompanhamento dos chamados junto a **CONTRATADA.** Não serão aceitas outras formas para abertura, tais como sistemas informatizados com categorizações e/ou automatizados para despacho de peças, informações adicionais de part number, etc.
     13. No caso de divergência no diagnóstico ou reincidência  do problema, caberá a **CONTRATADA**, nova(s) visita(s) técnica(s) até a solução definitiva do problema. Se necessário, o **CONTRATANTE** por meio de  contato telefônico ou e-mail, poderá agendar um atendimento conjunto entre a **CONTRATADA** e a equipe de software para solução definitiva do problema.
     14. Após o atendimento de cada chamado técnico, ou no caso de defeito não resolvido, ou se houver fornecimento de equipamento backup ou necessidade de reparos fora das dependências do **CONTRATANTE,** a **CONTRATADA** deverá encaminhar em até 06 (seis) horas, os dados referentes ao fechamento ou andamento do chamado, por e-mail e disponibilizar as informações através de site próprio, para que o **CONTRATANTE** ou empresa credenciada possam realizar o acompanhamento da evolução dos chamados, conforme modelo Anexo “15”.
     15. A **CONTRATADA** deverá encaminhar diariamente, por e-mail, ao Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC da **CONTRATANTE** e empresa credenciada, Relatório de Chamado Técnico, de todos os chamados técnicos, atendidos ou não, conforme modelo apresentado como Anexo 1 do presente contrato (Anexo 15 do Edital do Pregão de nº 028/2019).
     16. No caso de constatação de defeito por mau uso, deverá a **CONTRATADA**, providenciar e encaminhar ao **CONTRATANTE**, relatório com o laudo técnico e orçamento, de acordo com os preços praticados no mercado, para eventual autorização.
     17. Prestar a assistência técnica devida para os itens objeto deste contrato, oferecendo, nos casos de descredenciamento de Centros de Assistência Técnica, novas opções de atendimento, nas mesmas proximidades, em substituição àqueles, inclusive nas localidades constantes do Anexo 10 do edital correspondente.
  2. Deverá ser garantida uma disponibilidade de 90% (noventa por cento) no funcionamento dos equipamentos. Um novo cálculo deverá ser realizado a cada 3 (três) meses, a partir do primeiro lote fornecido, onde a **CONTRATADA** deverá encaminhar por e-mail, relatório com levantamento do índice de disponibilidade do período, de cada equipamento instalado, baseado nos dados de abertura e fechamento de chamados técnicos junto à sua central de atendimento. Os equipamentos que não atingirem a meta de 90% de disponibilidade deverão ser substituídos por outros de características e especificação idênticas, novos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da notificação pela **CONTRATANTE**, conforme subitem 7.4.
  3. O índice de quebra de equipamentos não poderá ultrapassar o limite de 5% (cinco por cento) trimestralmente, considerando o total de equipamentos entregues à **CONTRATANTE.** Um novo cálculo deverá ser realizado a cada 3 (três) meses, a partir do primeiro lote fornecido, onde a **CONTRATADA** deverá encaminhar por e-mail, relatório com levantamento do índice de quebra do período, baseado nos dados de abertura e fechamento de chamados técnicos junto à sua central de atendimento.
     1. No caso do índice de quebra ultrapassar o percentual estabelecido a **CONTRATADA** estará sujeita à multa, por não cumprimento das condições pactuadas.
  4. No caso de substituição ou fornecimento de equipamentos backup, estes deverão ser idênticos ou de capacidade e desempenho superior. A **CONTRATADA** será responsável por sua instalação através do kit recovery homologado para este modelo, configuração na rede de dados através de assistente de integração, ativação do Office, bem como pela realização de backup e restore de todos as pastas, arquivos e dados do usuário, inclusive arquivos do tipo PST e configuração do correio eletrônico da Instituição, conforme modelo Anexo 13, devendo ser realizado pelo mesmo fornecedor e na mesma visita. No caso de fornecimento de equipamento por outro de características, capacidade e desempenho superior, este deverá ser fornecido conforme subitem 3.4 para nova homologação.
  5. A critério e sob responsabilidade da **CONTRATANTE,** poderá ser realizada atualizações do kit recovery do equipamento fornecido. Neste caso, uma cópia do kit recovery atualizado será fornecida para a **CONTRATADA**, que deverá sob sua responsabilidade, replicar para sua equipe técnica num prazo de até 15 (quinze) dias úteis, utilizando a nova versão nos próximos atendimentos.
  6. Comunicar ao **CONTRATANTE** as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.
  7. O  **CONTRATANTE**, além de acompanhar o fornecimento, as especificações e a qualidade dos equipamentos, de acordo com as condições e prazos estabelecidos nas Cláusulas Terceira e Quarta, efetuar o pagamento dos valores devidos, nos termos do subitem 6.2 da presente avença.

**CLÁUSULA OITAVA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO**

Na forma estabelecida pelo § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões decorrentes da necessidade do material, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial pactuado, atualizado, mediante comunicação por escrito do **CONTRATANTE**.

## CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

**9.1.** Para garantia do exato e fiel cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a **CONTRATADA** deverá depositar junto ao CONTRATANTE, até a data de assinatura do Contrato, a título de garantia contratual, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, podendo ser efetuada nas modalidades de garantia preceituadas no parágrafo 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

**9.2.** A garantia de que trata a presente cláusula será devolvida à **CONTRATADA**, na proporção de 50% (cinquenta por cento), após a entrega dos equipamentos, desde que com o respectivo termo de aceite definitivo, eos restantes 50% (cinquenta por cento) apósa lavratura do Termo de Encerramento das obrigações pactuadas, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do artigo 56 da Lei 8.666/93.

**9.3.** O **CONTRATANTE** poderá descontar do valor da garantia contratual a importância que a qualquer título lhe for devida pela **CONTRATADA.**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA**

* 1. Aplicam-se à presente contratação, as sanções e demais disposições previstas no Ato (N) nº 308/2003 – PGJ, publicado no D.O.E. de 19 de março de 2003, cuja cópia é parte integrante deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

**10.2.** Quando aplicada a multa, esta poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida, conforme disposto no artigo 10 do ATO (N) nº 308/2003 – P.G.J. de 18 de março de 2003.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS**

* 1. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do presente Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.
  2. Se, durante o prazo de vigência deste Contrato, forem criados tributos novos ou ocorrerem modificações nas alíquotas atuais, de forma a comprovadamente, majorar ou diminuir o ônus dos contratantes, serão estes revistos, a fim de adequá-los.

# CLÁUSULA DÉCMIA SEGUNDA - DAS AMOSTRAS

**12.1 -** Para comprovação das especificações e demais características ofertadas para os equipamentos dos itens 01 a 10 (microcomputador e notebook), as quais deverão estar em perfeita conformidade com o exigido no edital, é **OBRIGATÓRIA**, pela licitante vencedora, a apresentação de **1** (uma) **amostra física** (**equipamento modelo**, com a devida instalação do software BAPCO SYSmark 2018 na versão Full), no prazo de **3** (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data da assinatura do contrato, excepcionalmente prorrogável por igual período, mediante prévia justificativa e desde que aceita pela Administração.

**12.2 -** A amostra do equipamento deverá ser entregue, no **Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC**, na Rua Riachuelo, nº 115, 3º andar, sala 317, Centro, São Paulo - SP, ou, ainda, em outro local a ser definido oportunamente nos limites da capital, a critério da administração, nos termos e prazos solicitados neste edital.

**12.3 -** A amostra deverá, obrigatoriamente, estar identificada com os seguintes dados:

* Número e data do pregão;
* Número correspondente ao item do edital;
* Razão social da licitante vencedora, endereço completo, número do telefone e e-mail;
* Nome completo, número do telefone e e-mail do representante da licitante vencedora.

**12.4 -** Após o recebimento e até a data de emissão do Termo de Aceite Definitivo, não serão devolvidas e/ou substituídas quaisquer amostras.

**12.5 -** Após a análise da amostra, será emitido o Certificado de Aceitação ou Rejeição, no prazo máximo de **2** (dois) dias úteis, sendo o resultado informado à contratada e encartado ao processo, passando a fazer parte do mesmo.

**12.6 -** A amostra da **CONTRATADA** permanecerá disponível para retirada no prazo de **15** (quinze) dias corridos após o recebimento da totalidade dos equipamentos, **atinente à primeira contratação**, findo o qual, e não sendo retirada pela empresa, o Ministério Público se reserva o direito de dar destino apropriado, sem qualquer aviso prévio ou comunicação.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERXEIRA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O controle será executado por agente fiscalizador ou substituto legal, devidamente designado em Portaria da Diretoria-Geral, ao qual caberá a verificação da qualidade do material fornecido, comunicando à **CONTRATADA** os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização no prazo pactuado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Nos termos da Lei federal n. 8.666/93, o presente Contrato é celebrado após procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob o nº 028/2019, homologado e adjudicado por despacho do Senhor Diretor-Geral às fls. ....... do Processo nº 027/2019 - FED.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS NORMAS REGEDORAS DO CONTRATO**

**15.1.** A presente contratação encontra-se vinculada ao Pregão nº 028/2019, à Proposta da CONTRATADA e à competente Ata de Registro de Preços, as quais fazem parte desta avença, como se aqui estivessem transcritas.

**15.2.** Aplica-se à presente contratação e aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e demais normas legais aplicáveis à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

**16.1** Este Contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também às disposições constantes dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

**16.2** A inexecução parcial ou total do ajuste ensejará as rescisões contratuais, obedecendo-se ao disposto no artigo 79, acarretando as consequências contidas no inciso IV, do artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV, todos da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, observados porém, os termos e condições deste Contrato.

**16.3** A partir da data em que for concretizada a rescisão, cessarão as obrigações contratuais de ambas as partes, ressalvadas as vencidas até aquela data por imposições constantes da presente avença.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente Contrato, representado por uma das Varas dos Feitos da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos de direito.

# RICARDO DE BARROS LEONEL CONTRATADA

Promotor de Justiça

Diretor-Geral

**A N E X O 10**

## RELAÇÃO DAS ÁREAS REGIONAIS E COMARCAS

**Área Regional da Capital**

**Comarcas**

São Paulo Capital

**Área Regional da Grande São Paulo I**

***Comarcas***1. Santo André;  
2. Diadema;  
3. Mauá;  
4. Ribeirão Pires;  
5. São Bernardo do Campo;  
6. São Caetano do Sul.

**Área Regional da Grande São Paulo II**

***Comarcas***1. Osasco;

2. Barueri;  
3. Caieiras;  
4. Carapicuíba;  
5. Cotia;  
6. Embu Guaçu;  
7. Embu das Artes;  
8. Franco da Rocha;

9. Francisco Morato  
10. Itapecerica da Serra;  
11. Itapevi;  
12. Jandira;

13. Santana do Parnaiba  
14. Taboão da Serra;  
15. Vargem Grande Paulista.

**Área Regional da Grande São Paulo III**

***Comarcas***1. Arujá;

1. Biritiba Mirim
2. Ferraz de Vasconcelos;
3. Guararema;
4. Guarulhos;
5. Itaquaquecetuba;
6. Mairiporã;
7. Moji das Cruzes;
8. Poá;
9. Santa Isabel;
10. Suzano;
11. Brás Cubas;

**Área Regional de Santos**

***Comarcas***1. Santos;  
2. Bertioga;  
3. Cubatão;  
4. Guarujá;  
5. Itanhaém;  
6. Mongaguá;  
7. Peruíbe;  
8. Praia Grande;  
9. São Vicente;  
  
**Área Regional de Sorocaba**

***Comarcas***  
1. Sorocaba;  
2. Angatuba;  
3. Apiaí;  
4. Boituva;  
5. Cabreúva;  
6. Capão Bonito;  
7. Ibiúna;

1. Iperó
2. Itaberá;
3. Itaí
4. Itapetininga;
5. Itapeva;
6. Itaporanga;
7. Itararé;
8. Itu;
9. Mairinque;
10. Paranapanema
11. Porangaba
12. Piedade;
13. Pilar do Sul;
14. Porto Feliz;
15. Salto;
16. Salto do Pirapora
17. São Miguel Arcanjo;
18. São Roque;
19. Tatuí;
20. Tietê
21. Taquarituba
22. Votorantim.

**Área Regional de Campinas**

***Comarcas***1. Campinas;  
2. Aguaí;  
3. Águas de Lindóia;  
4. Amparo;  
5. Atibaia;  
6. Bragança Paulista;  
7. Cajamar;  
8. Campo Limpo Paulista;

9. Conchal  
10. Cosmópolis;  
11. Espírito Santo do Pinhal;  
12. Horlândia;  
13. Indaiatuba;  
14. Itapira;  
15. Itatiba;  
16. Jaguariúna;  
17. Jarinu;  
18. Jundiaí;

19. Louveira  
20. Moji-Guaçu;  
21. Moji-Mirim;  
22. Monte-Mor;  
23. Nova Odessa;

24. Nazaré Paulista  
25. Paulínia;  
26. Pedreira;  
27. Pinhalzinho;  
28. Piracaia;  
29. São João da Boa Vista;  
30. Serra Negra;  
31. Socorro;  
32. Sumaré;  
33. Valinhos;  
34. Vargem Grande do Sul;  
35. Várzea Paulista;  
36. Vila Mimosa;  
37. Vinhedo.

**Área Regional de Ribeirão Preto**

***Comarcas***  
1. Ribeirão Preto;  
2. Américo Brasiliense;  
3. Araraquara;  
4. Bebedouro;  
5. Brodwski;  
6. Caconde;  
7. Cajuru;  
8. Casa Branca;  
9. Cravinhos;  
10. Descalvado;  
11. Guariba;  
12. Ibaté;  
13. Jaboticabal;  
14. Jardinópolis;  
15. Matão;  
16. Mococa;  
17. Monte Alto;  
18. Piraçununga;

19. Pirangi  
20. Pitangueiras;  
21. Pontal;  
22. Porto Ferreira;  
23. Ribeirão Bonito;  
24. Santa Cruz das Palmeiras;  
25. Santa Rita do Passa Quatro;  
26. Santa Rosa de Viterbo;  
27. São Carlos;  
28. São José do Rio Pardo;  
29. São Sebastião da Grama;  
30. São Simão;  
31. Serrana;

32. Serra Azul  
33. Sertãozinho;

34. Taiuva  
35. Tambaú;  
36. Taquaritinga;  
37. Viradouro.

**Área Regional de Bauru**

***Comarcas***  
1. Bauru;  
2. Agudos;

3. Álvaro Carvalho  
4. Avaré;

5. Avaí

6. Balbinos  
7. Bariri;  
8. Barra Bonita;

9. Borborema  
10. Botucatu;  
11. Cerqueira César;  
12. Chavantes;  
13. Dois Córregos;  
14. Duartina;  
15. Fartura;  
16. Gália;  
17. Garça;

18. Iaras  
19. Ibitinga;  
20. Ipauçu;  
21. Itápolis;  
22. Itatinga;  
23. Jaú;  
24. Lençóis Paulista;  
25. Macatuba;  
26. Marília;  
27. Ourinhos;  
28. Palmital;  
29. Pederneiras;  
30. Piraju;  
31. Pirajuí;  
32. Piratininga;  
33. Pompéia;  
34. Reginópolis

35. Santa Cruz do Rio Pardo;  
36. São Manoel;

**Área Regional de São José do Rio Preto**

***Comarcas***

1. São José do Rio Preto;  
2. Auriflama;  
3. Barretos;  
4. Cardoso;  
5. Catanduva;  
6. Colina;  
7. Estrela d'Oeste;  
8. Fernandópolis;  
9. General Salgado;  
10. Icém;  
11. Itajobi;  
12. Jales;  
13. José Bonifácio;  
14. Macaubal;  
15. Mirassol;  
16. Monte Aprazível;  
17. Monte Azul Paulista;  
18. Neves Paulista;  
19. Nhandeara;  
20. Nova Granada;  
21. Novo Horizonte;  
22. Olímpia;

23. Ouroeste  
24. Palestina;  
25. Palmeira d'Oeste;  
26. Paulo de Faria;  
27. Potirendaba;  
28. Santa Adélia;  
29. Santa Fé do Sul;  
30. Tabapuã;  
31. Tanabi;  
32. Urânia;  
33. Urupês;  
34. Votuporanga.

**Área Regional de Taubaté**

***Comarcas***  
1. Taubaté;  
2. Aparecida;  
3. Bananal;  
4. Caçapava;  
5. Cachoeira Paulista;  
6. Campos do Jordão;  
7. Caraguatatuba;  
8. Cruzeiro;  
9. Cunha;  
10. Guaratinguetá;  
11. Ilhabela;  
12. Jacareí;  
13. Lorena;  
14. Paraibuna;  
15. Pindamonhangaba;  
16. Piquete;  
17. Queluz;  
18. Roseira;

19. Salesópolis   
20. Santa Branca;  
21. São Bento do Sapucaí;  
22. São José dos Campos;  
23. São Luís do Paraitinga;  
24. São Sebastião;  
25. Tremembé;  
26. Ubatuba.

**Área Regional de Presidente Prudente**

***Comarcas***  
1. Presidente Prudente;  
2. Adamantina;

3. Assis  
4. Bastos;

5. Caiuá

6. Cândido Mota  
7. Dracena;

8. Flórida Paulista  
9. Iepê;

10. Herculândia

11. Irapuru  
12. Junqueirópolis;  
13. Lucélia;  
14. Martinópolis;  
15. Mirante do Paranapanema;

16. Marambá Paulista

17. Maracaí

18. Oswaldo Cruz;  
19. Pacaembu;  
20. Panorama;

21. Paraguaçú Paulista   
22. Pirapozinho;  
23. Presidente Bernardes;  
24. Presidente Epitácio;  
25. Presidente Venceslau;

26. Quatá  
27. Rancharia;  
28. Regente Feijó;  
29. Rosana;

30. Rinópolis   
31. Santo Anastácio;  
32. Teodoro Sampaio;  
33. Tupã;  
34. Tupi Paulista.

**Área Regional de Franca**

***Comarcas***  
1. Franca;  
2. Altinópolis;  
3. Batatais;  
4. Guaira

5. Guará;  
6. Igarapava;  
7. Ipuã;  
8. Ituverava;  
9. Miguelópolis;  
10. Morro Agudo;  
11. Nuporanga;  
12. Orlândia;  
13. Patrocínio Paulista  
14. Pedregulho  
15. São Joaquim da Barra.

**Área Regional de Araçatuba**

***Comarcas***  
1. Araçatuba;  
2. Andradina;

3. Avanhandava  
4. Bilac;  
5. Birigui;  
6. Buritama;  
7. Cafelândia;  
8. Getulina;  
9. Guararapes;  
10. Ilha Solteira;  
11. Lins;  
12. Mirandópolis;  
13. Penápolis;  
14. Pereira Barreto;  
15. Promissão;  
16. Valparaíso.

**Área Regional de Vale do Ribeira**

***Comarcas***  
1. Cananeia

2. Ilha Comprida

3. Iguape

4. Itariri

5. Eldorado

6. Juquiá

7. Jacupiranga

8. Miracatu

9. Pariquera-Açu

10. Registro

**Área Regional de Piracicaba**

***Comarcas***  
1. Santa Cruz da Conceição

2. Analândia

3. Leme

4. Corumbataí

5. Brotas

6. Itirapina

7. Torrinha

8. Ipeúna

9. Rio Claro

10. Araras

11. Santa Maria da Serra

12. São Pedro

13. Charqueado

14. Santa Gertrudes

15. Cordeirópolis

16. Águas de São Pedro

17. Iracemápolis

18. Limeira

19. Piracicaba

20. Anhembí

21. Conchas

22. Saltinho

23. Rio das Pedras

24. Santa Bárbara D’Oeste

25. Americana

26. Laranjal Paulista

27. Mombuca

28. Capivarí

29. Pereiras

30. Rafard

31. Cerquilho

Observação: Os endereços das Unidades poderão ser obtidos no seguinte endereço: [www.mpsp.mp.br/Serviços/Lista](http://www.mpsp.mp.br/Serviços/Lista) Telefônica.

**ANEXO 11**

**MODELO DE DECLARÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS INDICADOS NAS ALINEAS B.1 e B2 DO SUBITEM 1.4 DO ITEM IV DO PRESENTE EDITAL**

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (nome da empresa), interessada em participar do Pregão nº 028/2019, do Ministério Público do Estado de São Paulo, DECLARO, sob as penas da lei, que a (nome da pessoa jurídica), sagrando-se vencedora do certame, tem disponibilidade de apresentar, na data da assinatura do contrato, os seguintes documentos: a) Certificado ou Relatório de Avaliação de Conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO, comprovando que o MONITOR DE VÍDEO, COMPUTADOR E SEU RESPECTIVO MONITOR DE VÍDEO estão em conformidade com a norma IEC 60950 (Safety of Information Technology Equipament Including Eletrical Business Equipament), para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos **(somente para os itens 01, 02, 03, 04, 09, 10, microcomputador e o seu respectivo monitor de vídeo e itens 11 e 12, monitor de vídeo),** b) Comprovação da certificação de compatibilidade do equipamento do modelo e marca ofertada com Windows 10 da Microsoft (Windows Catalog). Deverão ser apresentadas fotocópia(s) autenticada(s) do(s) certificado(s) ou comprovantes extraídos da Internet, no site da Microsoft (**itens 01 A 10, microcomputador e notebook).**

São Paulo, de de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina.

**ANEXO 12**

**PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO TESTE DE DESEMPENHO MEDIDO PELO SOFTWARE BAPCO SYSMARK 2018 (deverá seguir o roteiro abaixo passo a passo e deverá ser realizado em equipamento de acordo com a configuração ofertada)**

Todos os passos descritos abaixo devem ser rigorosamente adotados visando padronizar a mensuração do desempenho do equipamento ofertado.

Está vetada quaisquer alterações nas configurações originais do Sistema Operacional e dos componentes de hardware além das citadas neste procedimento.

O equipamento utilizado no teste deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado na proposta. **Caso o teste apresente componentes ou características diferentes do que foi ofertado, o teste estará automaticamente invalidado. Todos os itens de software e hardware que aparecerem no resultado do teste serão observados, tais como, sistema operacional, resolução da tela, placa-mãe, processador, discos, memória, entre outros.**

Não serão admitidas configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de clock, características de disco ou memória.

Deverá ser utilizada a configuração padrão de fábrica de BIOS, sendo permitida apenas alteração na parte de utilização de memória de vídeo, para a memória de vídeo exigida no edital.

Os procedimentos para preparação do equipamento para medição de desempenho são os seguintes:

1. Formatar o disco rígido com uma única partição NTFS ocupando todo o espaço em disco.
2. Instalar o sistema operacional MS-Windows 10 Professional 1809 64 bits, no idioma Inglês;
3. Utilize a conta Administrador Local para executar as demais etapas;
4. Instalar os drivers na versão mais atual para todos os componentes, dispositivos e periféricos que integrem o equipamento, verificando a correção das instalações no Gerenciador de Dispositivos;
5. Configurar a resolução de vídeo para **1920x1080** com **32 bits**;
6. Instalar o **BAPCo SYSmark 2018** na versão Full;
7. Desfragmentar o disco rígido e reiniciar o equipamento;
8. Clicar duplamente no ícone do **BAPCo SYSmark 2018** na área de trabalho;
9. Em **configurações / ajustes**, selecionar a **execução em 3 (três) interações**, desativar os itens: **“Conditioning run”** e **“Process Idle Task”** e retorne para a tela inicial;
10. Executar o teste.

**A licitante deverá apresentar cópia do resultado gerado pelo aplicativo, junto com a Proposta Comercial.**

Se durante a vigência do contrato, houver a necessidade de alteração do modelo do equipamento ou de seus principais componentes internos como placa mãe, processador, discos ou memórias, deverá ser apresentado pela licitante, novo relatório de testes com índice aferido sobre esta nova configuração.

**ANEXO 13**

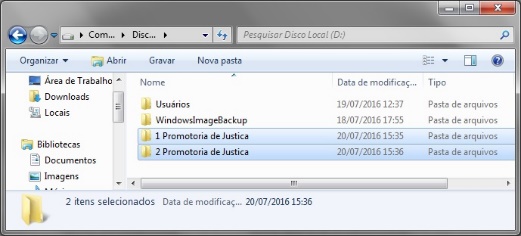
**Procedimentos para recuperação dos softwares padrão do MPSP através do Kit Recovery.**

Quando a solução do problema envolver a utilização do **kit recovery** do equipamento, a contratada deverá observar minimamente os procedimentos abaixo para garantir a preservação e restauração das informações de seus usuários.

**Cópia dos dados (Backup´s)**

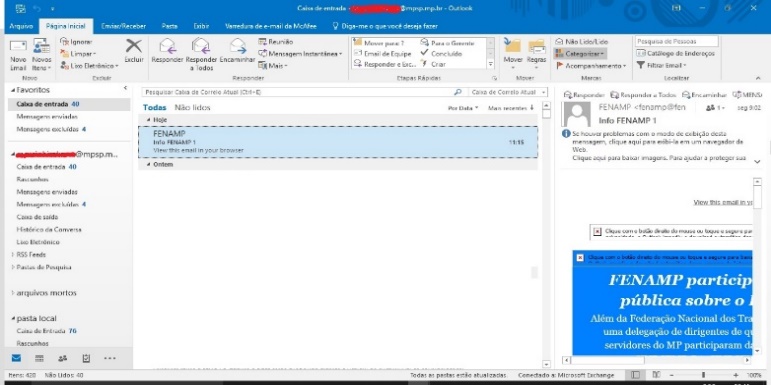
Antes da utilização do Recovery a contratada deverá garantir a cópia dos dados de todos usuários do equipamento.

**Dados:** Deverá atentar para as pastas e arquivos do perfil do usuário, bem como demais pastas de trabalho que por ventura encontram-se na raiz do drive D.



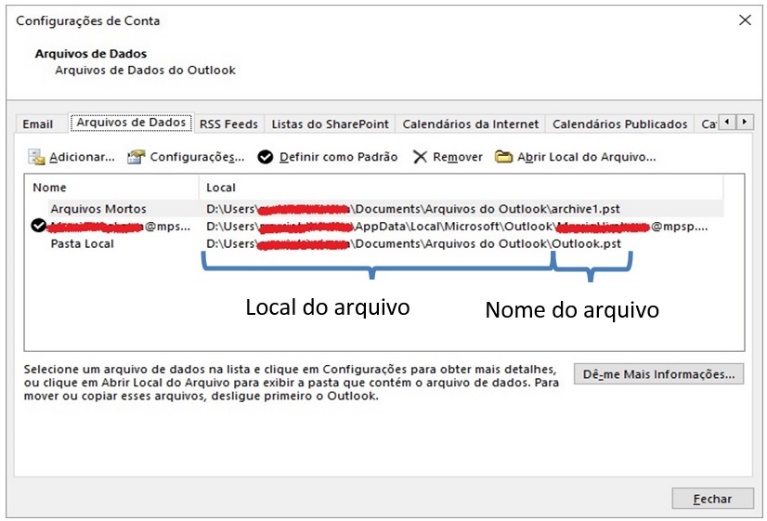
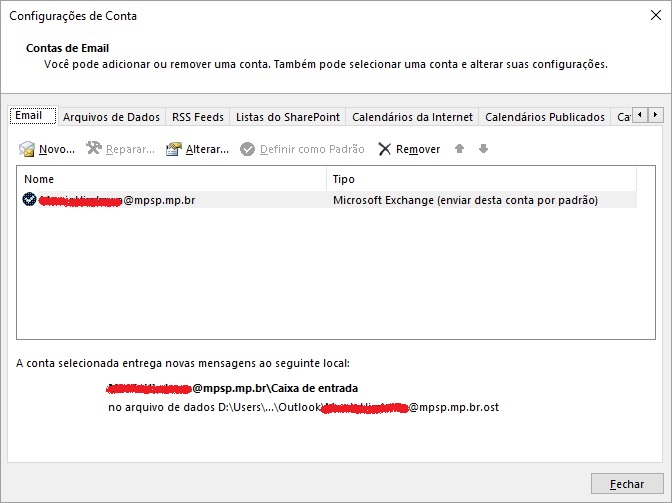
Exemplos de pastas de trabalho no Drive D:

**E-mail:** Verificar se o usuário armazena seus e-mails no equipamento. Segue uma das formas de verificar. Este procedimento deverá ser feito para cada usuário do equipamento.



Abra o Outlook e clique na aba ***“Arquivo”***





Verifique quais contas estão configuradas, pois deverá repetir os passos seguintes para cada conta.

Marque uma conta e clique na aba ***“Arquivo de Dados”.***

Clique em ***“Configurações de Conta”***

Copie todos os arquivos com extensão PST. Os arquivos estão no local indicado.

Sua restauração será mostrada mais tarde.

**Baixando Recovery**

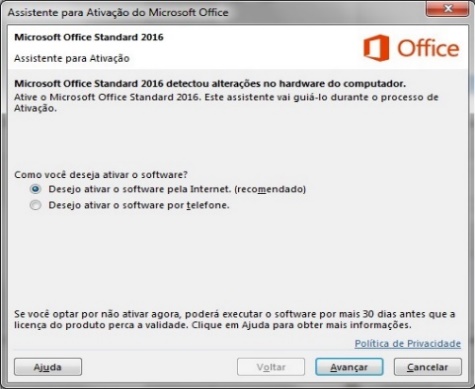
Antes de utilizar o kit Recovery, verifique os seguintes itens:

1. Certifique-se que a configuração do Raid esteja correta (Raid 1)
2. Verifique se o cabo de rede está devidamente conectado e que os leds da placa de rede estejam acesos indicando conexão.

**Importante:** Após baixar o recovery, remova todas as unidades de armazenamento USB (pendrive, HD, etc.) que estiverem conectados ao computador.

No 1º boot o equipamento executará as etapas do Sysprep que terminará de configurar o equipamento, inclusive com configurações de rede adicionando-o ao domínio MP. Ao termino desta etapa o equipamento estará pronto, aguardando autenticação do usuário.

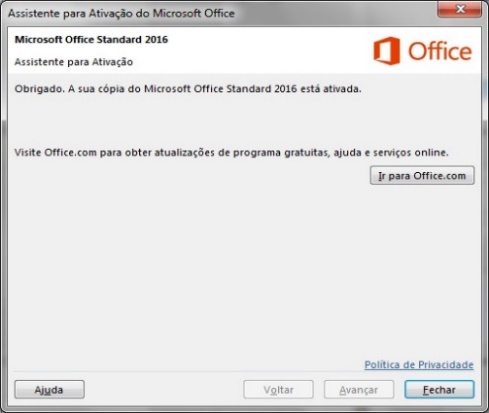
**Ativação Office**



Após o recovery o MS Office deverá ser ativado. Certifique-se que a Internet está funcional.

Execute um dos aplicativos do pacote MS Office (Word, Excel ou Powerpoint).

Na janela de ativação, ao lado, clique em ***“Avançar”***.



A tela ao lado indica que a ativação foi bem-sucedida.

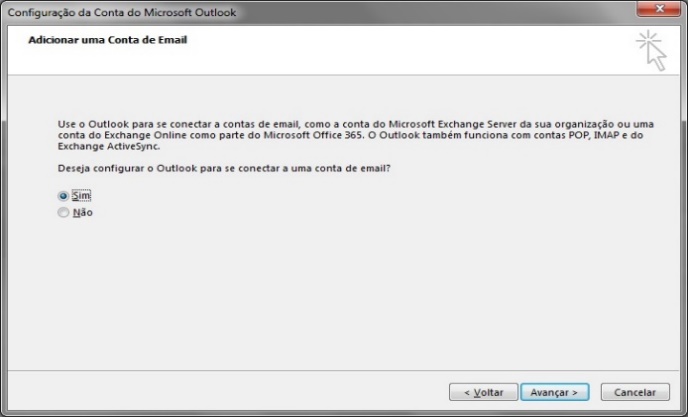
**Configuração da conta de e-mail**

Configurar o Outlook. O procedimento abaixo deverá ser seguido para cada usuário do equipamento.

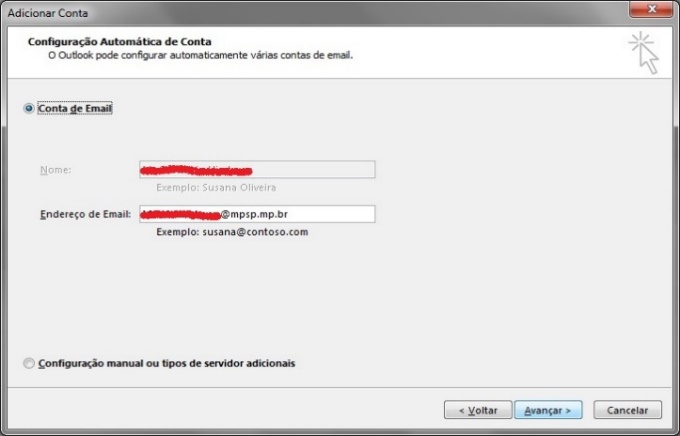


Para configurar a conta de e-mail (Exchange) no Outlook, certifique-se que esteja na sessão do usuário.

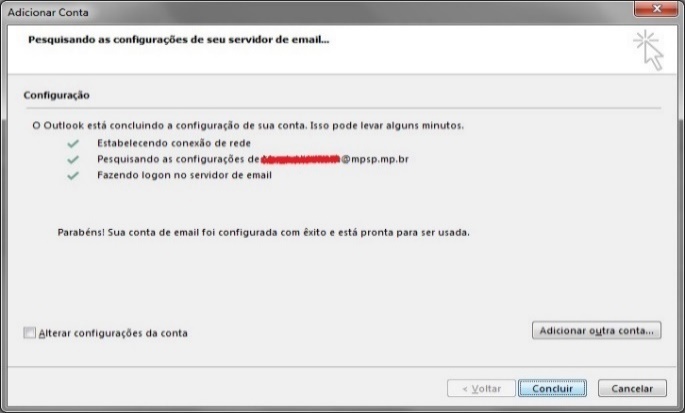
Execute o Outlook para iniciar (tela ao lado) e clique em ***“Avançar”.***



Clique em ***“Avançar”.***



Confira o endereço e clique em ***“Avançar”.***



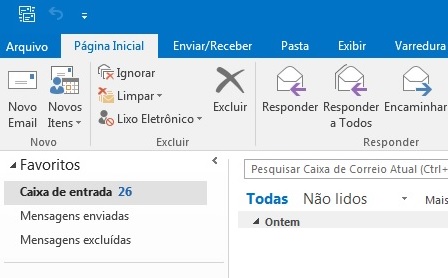
**Restauração das informações**

Clique em ***“Concluir”.***

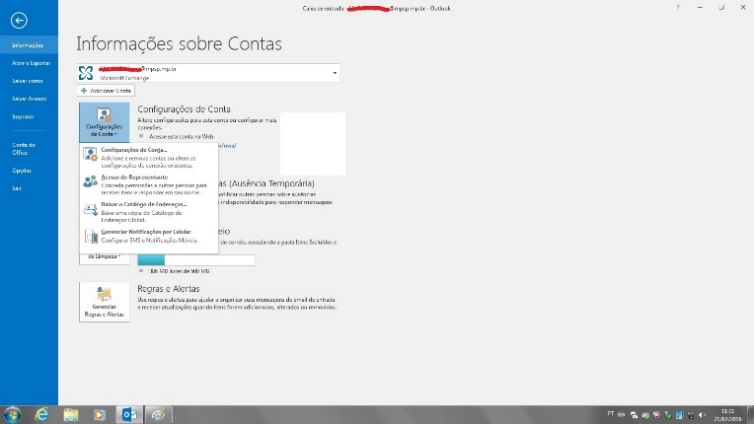
A partir deste momento a conta do usuário está criada, providencie, se necessária, a restauração dos e-mails (arquivos PST).

**Dados:** Restaure as pastas e arquivos do perfil do usuário, bem como demais pastas de trabalho.

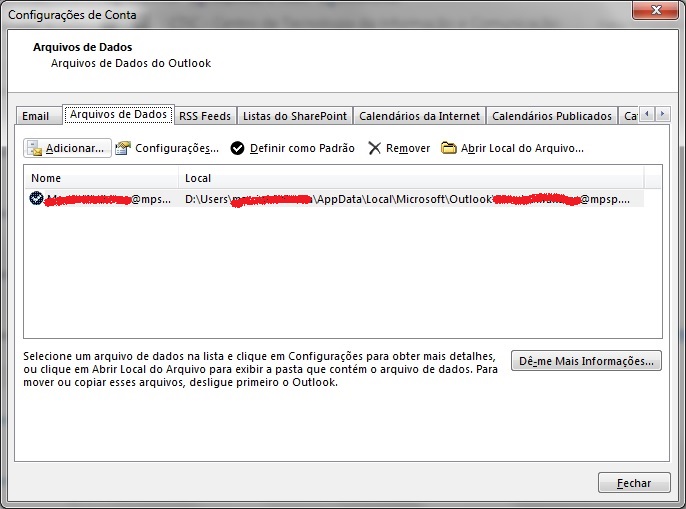
**E-mail:** Para restaurar os e-mails proceda da seguinte forma:



Execute o Outlook no perfil do usuário, clique na aba ***“Arquivo”.***

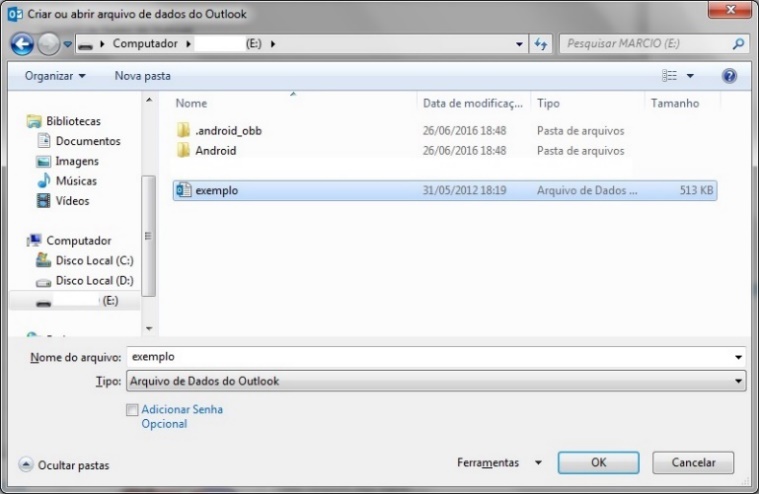


Em ***“Configurações de Conta”*** escolha a opção ***“Configurações de Conta...”.***

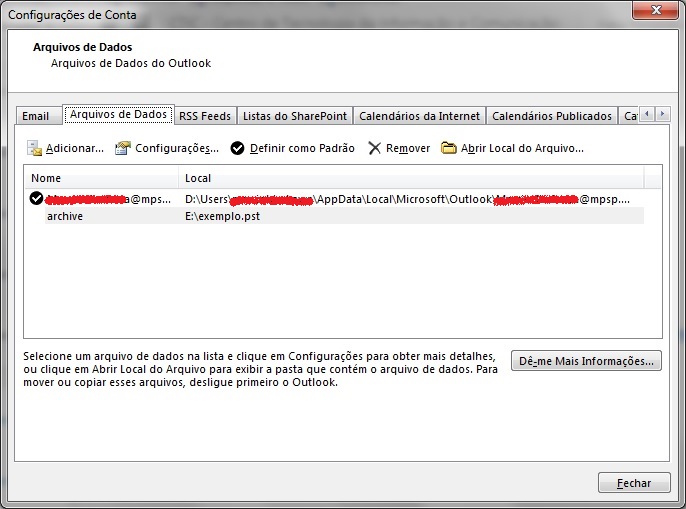


Na tela que abrir clique na aba ***“Arquivos de Dados”.***

***Clique em “Adicionar...”.***



Direcione para o local onde está armazenado o arquivo PST do Outlook. Clique em ***“OK”.***



Se o usuário tiver mais arquivos PST, repita o processo.



As pastas com os e-mails aparecerão logo abaixo da principal.

**ANEXO 14**

**Modelo de Proposta Detalhada para a Licitante detentora da melhor oferta, conforme previsão contida no subitem 8.2, do item V deste edital.**

Ao

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Rua Riachuelo, nº 115

São Paulo - SP

## PREGÃO Nº 028/2019

**PROCESSO Nº 027/19 FED**

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, destinados a atender às necessidades dessa Instituição.

Prezados Senhores:

Após analisarmos, minuciosamente, toda a documentação constante da licitação supracitada e de seus anexos e tomarmos conhecimento das suas condições, propomos entregar, sob nossa integral responsabilidade, nas condições e prazos constantes do Edital, conforme abaixo descrito:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **CONFORME SOLICITADO:** | **PROPOSTO PELA LICITANTE** |
| **01- (Cota Principal)** | **1.986 (mil, novecentos e oitenta e seis) unidades de Microcomputadores de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **02 (Cota Reservada)** | **14 (quatorze) unidades de Microcomputadores de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **03- (Cota Principal)** | **1.988 (mil, novecentos e oitenta e oito) unidades de Microcomputadores de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **04- (Cota Reservada)** | **12 (doze) unidades de Microcomputadores de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **05- (Cota Principal)** | **1.990 (mil, novecentos e noventa) unidades de Notebooks de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **06- (Cota Reservada)** | **10 (dez) unidades de Notebooks de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **07- (Cota Principal)** | **191 (cento e noventa e uma) unidades de Notebooks de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **08 (Cota Reservada)** | **09 (nove) unidades de Notebooks de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **09- (Cota Principal)** | **1.986 (mil, novecentos e oitenta e seis) unidades de Microcomputadores (Mini PC) de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **10 - (Cota Reservada)** | **14 (quatorze) unidades de Microcomputadores (Mini PC) de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **11- (Cota Principal)** | **3.905 (três mil, novecentos e cinco) unidades de Monitores de vídeo de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |
| **12- (Cota Reservada)** | **95 (noventa e cinco) unidades de Monitores de vídeo de acordo com o Memorial descritivo, Anexo I** |  |

1. Deverá constar da proposta:

c.1) Marca, sendo que para os itens 01 a10, inclusive para o HD, Processador e memória.

c.2) Procedência

c.3) Modelo, sendo que para os itens 01 a 10, inclusive para o HD, Processador e memória.

c.4) Garantia: .................. (mínima 48 (quarenta e oito) meses on site, em todo estado de São Paulo, a contar da data de aceite definitivo pelo Ministério Público.

1. Deverão ser anexados à proposta catálogo e especificações técnicas do modelo do produto ofertado, podendo ser extraído de páginas do fabricante na INTERNET, com o respectivo endereço do “site” acessado, bem como o resultado do teste de desempenho medido pelo software BAPCO SYSMARK 2018 com o respectivo procedimento, de acordo com o estabelecido no **Anexo 12.**

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

**Preços:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **QUANT** | **MARCA/ MODELO/PROCEDÊNCIA** | **PREÇO**  **UNITÁRIO** | **PREÇO**  **TOTAL** |
| **1- (Cota Principal)** | **1.986** |  |  |  |
| **2- (Cota Reservada)** | **14** |  |  |  |
| **3- (Cota Principal)** | **1.988** |  |  |  |
| **4- (Cota Reservada)** | **12** |  |  |  |
| **5- (Cota Principal)** | **1.990** |  |  |  |
| **6- (Cota Reservada)** | **10** |  |  |  |
| **7- (Cota Principal)** | **191** |  |  |  |
| **8- (Cota Reservada)** | **09** |  |  |  |
| **9- (Cota Principal)** | **1.986** |  |  |  |
| **10- (Cota Reservada)** | **14** |  |  |  |
| **11- (Cota Principal)** | **3.905** |  |  |  |
| **12- (Cota Reservada)** | **95** |  |  |  |

**OBS: Somente para utilização da licitante detentora da melhor oferta, conforme previsão contida no subitem 8.2, do item V deste edital.**

**A N E X O 15**

M O D E L O - RELATÓRIO DE CHAMADO TÉCNICO

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nro. Chamado  Ministério Público | Nr. Chamado  Licitante | Data e Hora  Abertura | Data e Hora  Primeiro Atendimento | Localidade | Contato | Nro. Patrimônio | Série | Modelo Equipamento | Defeito | Data e Hora  Fornecimento Backup | Solução do  Problema | Data e Hora  Conclusão |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |